



UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS – MESTRADO EM LETRAS
Campus I – Prédio B4, sala 106 – Bairro São José – Cep. 99001-970 - Passo Fundo/RS
Fone (54) 3316-8341 – Fax (54) 3316-8330 – E-mail: mestradoletras@upf.br

Aline Fantinel Alves

**RELAÇÃO ARGUMENTATIVA ENTRE TÍTULOS E TEXTOS DE
PROVAS DE PROFICIÊNCIA DE LEITURA EM INGLÊS**

Passo Fundo, 2010

Aline Fantinel Alves

**RELAÇÃO ARGUMENTATIVA ENTRE TÍTULOS E TEXTOS DE
PROVAS DE PROFICIÊNCIA DE LEITURA EM INGLÊS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Passo Fundo, como requisito para obtenção do grau de mestre em Letras, sob a orientação da Prof.(a) Dr. Telisa Furlanetto Graeff.

Passo Fundo

2010

A Deus, pela perseverança, proteção, amparo e motivação diária; a meus pais e irmã, por sempre me apoiarem e acreditarem em mim; ao Vanderlei, por ser meu suporte nas horas difíceis e me amar incondicionalmente; a Bárbara, por ter dado maior sentido à minha vida e ter me ensinado o verdadeiro amor, dedico este trabalho.

À professora Telisa Furlanetto Graeff meu reconhecimento, admiração e gratidão por sua competente, dedicada, paciente e amiga orientação, que me conduziu na caminhada exaustiva, mas prazerosa desta dissertação: sua participação e apoio foram decisivos no sucesso deste empreendimento.

AGRADECIMENTOS

Para mim, este trabalho representa o término de uma etapa e o início de uma nova fase em minha vida acadêmica e profissional. Certamente, ele não teria sido concretizado se não fossem o auxílio e a participação de algumas pessoas.

Primeiramente, gostaria de agradecer a Deus, por ter me dado disposição, paciência e auxílio para que eu pudesse levá-lo adiante nas muitas vezes em que, por alguns momentos, desanimei.

Agradeço ao meu marido Vanderlei e à minha filha Bárbara, os quais torcem por mim e me apoiam, incondicionalmente, em tudo o que faço.

Aos meus queridos pais Orlando e Natalina e à minha irmã Emilia, que sempre me ajudaram, compreenderam e confiaram na minha capacidade e força de vontade.

A todos os professores do mestrado em Estudos Linguísticos, pela amizade, pelo exemplo de profissionalismo e pelo saber compartilhado durante todas as etapas do curso.

Ao Programa de Pós-Graduação em Letras da UPF, por ter me proporcionado essa aprendizagem tão significativa.

À professora Marley Pértile, pela amizade e conselhos oportunos nas horas de decisão e dúvida.

Às colegas Luciane e Susan, pela amizade, pelo material compartilhado e as caronas dadas; a todas as demais colegas, as quais, de uma forma ou outra, sempre foram presença amiga durante o curso.

Aos meus amigos, colegas de trabalho e alunos, que souberam me entender e me apoiar nos momentos difíceis.

À Simone, por ter ajudado a cuidar da Bárbara enquanto eu estava estudando e/ou me dedicando ao curso e à pesquisa.

À amiga Franciele Dario, que me ajudou na digitação de alguns textos.

Ao Mateus, secretário do mestrado em Letras, pelo bom atendimento e presteza.

Enfim, a todos os que, de uma ou outra forma, contribuíram para mais essa realização, a minha mais sincera gratidão.

Há quem diga que todas as noites são de sonhos. Mas há também quem garanta que nem todas, só as de verão. No fundo, isso não tem importância. O que interessa mesmo não é a noite em si, são os sonhos. Sonhos que o homem sonha sempre, em todos os lugares, em todas as épocas do ano, dormindo ou acordado.

William Shakespeare

RESUMO

A teoria da Argumentação na Língua, por meio da Teoria dos Blocos Semânticos e mais recentemente da Teoria Polifônica Ampliada, pode oferecer um novo direcionamento à questão da leitura e conseqüentemente à questão do título do texto como estratégia de leitura e produção textual, ao atribuir papéis bem definidos tanto ao locutor/ autor quanto ao interlocutor/leitor e principalmente ao reforçar a ideia de que o sentido do texto está inscrito na língua e expresso no discurso, sendo, portanto, argumentativo e essencialmente de *dentro para fora* da língua. Nessa perspectiva, este estudo visa a analisar a relação argumentativo-polifônica entre os cinco títulos e os respectivos textos das provas de proficiência de leitura em inglês selecionados, através dos encadeamentos argumentativos neles expressos. A partir disso, explicita-se que, de acordo com esse ponto de vista, o título, satisfatoriamente classificado como uma estratégia de leitura, comporta a argumentação central do texto, caso em que sintetiza ou encapsula todo o encadeamento argumentativo, não apenas segmentos dele. Por fim, comprovou-se que a ADL pode auxiliar na leitura de textos tanto em língua materna quanto em língua estrangeira, especialmente no que diz respeito à explicitação dos blocos semânticos constituídos e dos aspectos argumentativos selecionados, visando a oferecer uma orientação teoricamente segura tanto para a leitura e análise de títulos de textos quanto para sua elaboração.

Palavras-chave: Leitura. Teoria da argumentação na língua. Encadeamentos argumentativos. Blocos semânticos. Provas de proficiência de leitura em inglês. Título do texto.

ABSTRACT

The Theory of Argumentation Within Language, through the Theory of Semantic Blocks and, more recently, the Enhanced Theory of Polyphony, can offer a new direction to the reading and therefore to the title of the text as a reading and textual production strategy, as it assigns well-defined roles to both the speaker/ author and the speaker/ reader, and especially to reinforce the idea that the meaning of the text is inscribed within the language and expressed in the speech, being, therefore, argumentative, and essentially *inside out* of it. This way, this study aims to analyze the argumentative-polyphonic relationship between the five titles and the texts taken from the reading proficiency tests in English, by means of the argumentative chains expressed in them. To do so, we point out that, according to this point of view, the title, satisfactorily classified as a reading strategy, contains the main argumentation of the text, which means it encapsulates all the argumentative chain. Finally, this study found that the TAL can help in the reading process in both native and foreign language, especially as regards the semantic blocks made and the semantic argumentative aspects selected, in order to serve as a guide to both theoretically secure reading, analysis of the titles of the texts and to make them up.

Keywords: Reading. Theory of argumentation within language. Argumentative sequences. Semantic blocks. Reading proficiency tests in English. Title of the text.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	SENTIDO ARGUMENTATIVO DO TEXTO: DA FORMA <i>STANDARD</i> DA TEORIA DA ARGUMENTAÇÃO NA LÍNGUA À TEORIA POLIFÔNICA AMPLIADA.	17
2.1	Teoria da Argumentação na Língua: estruturalismo e enunciação.....	17
2.2	Teoria da Argumentação na Língua: da forma <i>standard</i> à Teoria dos <i>Topoi</i>	30
2.3	Teoria dos Blocos Semânticos.....	35
2.4	Teoria Polifônica Ampliada.....	42
3	LEITURA EM FOCO	49
3.1	Leitura na perspectiva cognitivista	50
3.1.1	Estratégias cognitivas e metacognitivas.....	54
3.1.2	Título do texto como estratégia de leitura e produção textual	57
3.2	Leitura na perspectiva da Semântica Argumentativa	64
3.2.1	Encapsulamento anafórico e encadeamento argumentativo	68
4	PROCEDIMENTOS, ANÁLISE DOS TÍTULOS E RESULTADOS.....	74
4.1	Seleção do <i>corpus</i> e procedimentos de análise	74
4.2	Análise argumentativo-polifônica dos títulos selecionados.....	77
4.2.1	Análise do título do texto I.....	77
4.2.2	Análise do título do texto II	83
4.2.3	Análise do título do texto III.....	88
4.2.4	Análise do título do texto IV	91
4.2.5	Análise do título do texto V.....	94
4.3	Discussão dos resultados	97
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	106
	REFERÊNCIAS	111
	ANEXOS	117

ANEXO A.....	117
ANEXO B.....	120
ANEXO C.....	121
ANEXO D.....	124
ANEXO E.....	126

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho é fruto de várias motivações. A maioria delas advém do fato de que, como professora de língua inglesa por mais de quinze anos, sempre me deparei com o desafio de procurar facilitar aos meus alunos o aprendizado dessa língua, num contínuo processo de estudo e busca por teorias de ensino de idiomas que dessem conta de suas principais nuances¹. Nos últimos anos, passei a pesquisar e a trabalhar com o inglês instrumental, que proporciona o desenvolvimento e o aprimoramento das habilidades de leitura nessa língua aos estudantes, pesquisadores e profissionais de várias áreas do conhecimento que, não sendo muito proficientes nessa língua, precisam ler e compreender textos de divulgação científica a fim de dar conta de tarefas acadêmicas, de acompanhar as inovações nas suas áreas de atuação, ou de serem aprovados em provas de proficiência de leitura para ingresso em cursos de mestrado e doutorado.

Essa abordagem para uso instrumental da língua está centrada nas chamadas “estratégias cognitivas e metacognitivas de leitura”, utilizadas tanto para a leitura de textos em língua materna quanto daqueles em língua estrangeira. Nessa perspectiva, entende-se por estratégia cognitiva “o processo através do qual utilizamos elementos formais do texto para fazer as ligações necessárias à construção de um contexto, [...] que é um processo inferencial de natureza inconsciente” (KLEIMAN, 1989, p. 50). Considera-se estratégia metacognitiva de leitura a capacidade que o leitor tem de estabelecer objetivos para a leitura e de formular hipóteses sobre o conteúdo do texto, constituindo, assim, o que Kleiman (p. 34) chama de “estratégia de controle e regulamento do próprio conhecimento”.

Teorias linguísticas de base cognitivista, como a Psicolinguística e a Linguística Textual (esta especialmente em seu início), que tratam, entre outros, da questão das estratégias cognitivas e metacognitivas de leitura, tomam o título do texto como uma importante estratégia para a leitura e a produção textual, uma vez que, ao expressar o tópico discursivo, facilita a compreensão textual. Contudo, o enfoque dado por essas teorias é, essencialmente, *de fora para dentro da língua*, ou seja, veem a questão da leitura e das estratégias de leitura como algo que,

¹ Entendam-se aqui os aspetos relacionados com as habilidades ouvir, falar, ler e escrever, que devem ser desenvolvidas pelos aprendizes de uma língua estrangeira.

sendo exterior à língua, tem direta influência sobre ela. Em outras palavras, essas perspectivas trabalham mais com o estabelecimento de relação entre conhecimento prévio e informação da realidade para a construção do sentido, do que com o aspecto essencialmente linguístico do discurso, como entende Ducrot².

A teoria da Argumentação na Língua (ADL³), por meio da Teoria dos Blocos Semânticos (TBS⁴) e, mais recentemente, da Teoria Polifônica Ampliada⁵, pode oferecer um novo direcionamento a essa questão da leitura, ao atribuir papéis bem definidos tanto ao locutor/ autor quanto ao interlocutor/ leitor e, principalmente, ao reforçar a ideia de que o sentido do texto está inscrito na língua e expresso no discurso, sendo, portanto, argumentativo e essencialmente de *dentro para fora* da língua⁶. Porém, essa perspectiva teórica, diferentemente do que afirmam alguns, não toma a língua apenas como um sistema, mas a partir de seu aspecto linguístico vinculado à enunciação, ou seja, à produção de discursos, visto que são essenciais para a apreensão dos sentidos que fazem parte de um enunciado durante todo e qualquer processo de leitura.

Na verdade, quando se pensa no processo de leitura como uma produção de sentidos a partir de um texto, logo se pensa nos principais elementos envolvidos nesse processo: o autor/ locutor e o leitor/interlocutor e a sua condição de interação via texto. Percebe-se que, nesse processo de interação, o leitor/ interlocutor procura construir uma representação significativa do texto, graças à associação do seu conhecimento conceptual e linguístico com pistas existentes no próprio texto, as quais, numa perspectiva de leitura com base na TBS, podem ser caracterizadas como sendo as marcas deixadas pelo sujeito (locutor) no enunciado, não reflexos do próprio sujeito do enunciado. Em outras palavras, nessa ótica, não se trata apenas de pensar no discurso como processo de comunicação e no sujeito como ser do mundo. Trata-se, sim, de perceber esse sujeito como ser linguístico, que figura na enunciação ou no discurso como entidade que se

² Para Ducrot, o discurso designa uma sequência de enunciados ligados entre si, que são frutos das relações estabelecidas entre os encadeamentos argumentativos, que estão representados no enunciado. “O discurso será, portanto, uma realização [...] de um texto” (DUCROT, 1984, p. 369).

³ Assim abreviada por corresponder à sigla do nome em francês da teoria *Argumentation dans la Langue*.

⁴ Conforme seção 2.3.

⁵ Nova fase da ADL, desenvolvida por Carel e Ducrot e explicitada no seguinte artigo: CAREL, Marion; DUCROT, Oswald. Descrição argumentativa e descrição polifônica: o caso da negação. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 43, n.1, p.7-18, jan./mar. 2008.

⁶ Como explicitou Cláudio Primo Delanoy em sua dissertação de mestrado (2008).

relaciona com a língua e, ao mesmo tempo, a integra. Assim, quando o interlocutor/ leitor recupera um sentido ou o reconstrói no texto, recupera, por meio do linguístico, o perfil desse sujeito (locutor/escritor) que se enuncia. Não se trata, porém, de um ser real (portador de uma identidade civil), mas de um ser discursivo, abstrato, uma *imagem textual*, construída com base em inúmeros *pontos de vista*, ou enunciadores, postos em cena a fim de darem conta da sua subjetividade, ou seja, da sua argumentação. A esse respeito, Cláudio Delanoy (2008, p. 49) afirma que:

de acordo com a TAL, o locutor se posiciona argumentativamente ao produzir o discurso e nele se marca, isto é, revela sua subjetividade. Quer dizer que ele expressa um ponto de vista sobre determinado tema e de modo subjetivo. A razão disso é que a língua não é representativa do mundo, visão em conformidade com a teoria saussureana (o significado de uma expressão não é um objeto, nem uma idéia, nem uma representação mental, mas é de ordem essencialmente lingüística). A língua pode, sem dúvida, referir o objeto na realidade, mas o faz de uma maneira indireta: a função primeira da língua é argumentar; a descrição e a referência ao mundo são secundárias à argumentação. Portanto, mesmo que o locutor descreva uma cena, ele a descreve sob um olhar, e nesse modo de ver está a sua subjetividade, a sua argumentação.

Com essa ideia torna-se evidente o papel assumido pelo locutor /autor e pelo interlocutor/ leitor: o primeiro é o ser responsável pela produção do discurso e, ao mesmo tempo, pelo posicionamento diante de um tema, através da argumentação que já está presente em certas estruturas da língua, ao passo que o segundo interage com ele por meio da tentativa de resgate do sentido ali produzido. Para tanto, ele deve assumir uma postura de investigador, que busca construir o sentido daquilo que lê. Ao se afirmar que o interlocutor/ leitor visa a resgatar o sentido discursivo produzido, reconhece-se o caráter metalingüístico dessa leitura, que não ocorre apenas a partir do conteúdo do discurso, mas do sentido que se constrói por empréstimo do contexto, que, como afirma Ducrot (2005, p.11) “[...] é dirigido pelo valor propriamente lingüístico das palavras que se devem interpretar”. Isso ocorre porque o discurso pode apresentar lacunas, que, com base nas pistas lingüísticas fornecidas, devem ser preenchidas pelo interlocutor/ leitor. É o que Ducrot chama de caráter “instrucional” do enunciado, o qual limita a busca contextual a certo número de escolhas, que não são únicas, mas também não podem ser qualquer uma.

Contudo, essa questão da leitura na perspectiva argumentativa está apenas iniciando. Carel (2008), ao publicar um artigo sobre a leitura e a análise de fábulas, apontou essa possibilidade, que ainda carece de mais aprofundamento. Nessa perspectiva, este estudo, que visa a ampliar tais acepções sobre leitura, principalmente, ao analisar a questão do título do texto como uma estratégia de leitura e produção textual à luz da ADL e de seus desdobramentos, pretende responder às seguintes questões:

– Que relação há entre o título e a argumentação do texto (discurso, segundo a ADL), especialmente no que diz respeito aos blocos semânticos constituídos e aos aspectos argumentativos selecionados?

– O título mais adequado como uma estratégia de leitura e produção textual deve resumir a argumentação central do texto (o sentido único advindo de um bloco semântico expresso num encadeamento), isto é, constituir um aspecto de um bloco semântico, ou pode ser apenas um segmento desse bloco, caso em que resume parcialmente a ideia central do texto⁷?

Pretende-se, portanto, neste estudo, enfatizar a importância dessa concepção argumentativa de linguagem para a leitura e compreensão de textos, focando, especialmente, a questão da relação argumentativa e polifônica entre o título e o texto, explicitando que, de acordo com esse ponto de vista, o título, satisfatoriamente classificado como uma estratégia de leitura, expressa um encadeamento argumentativo em DC ou em PT de um bloco semântico⁸, de modo a encapsular⁹ a argumentação central do texto (tal qual já foi apontado por Graeff, 2007). Nessa perspectiva, a pesquisa objetiva também auxiliar os professores, em especial os de língua estrangeira, em seu trabalho com a leitura de textos em sala de aula, principalmente no que diz

⁷ Como mostra Graeff (2007) ao tratar do objeto de discurso de textos em seu artigo *Encadeamento argumentativo e encapsulamento anafórico*, no qual conclui que “esse tipo de anáfora conceitual ou encapsulamento anafórico pode remeter tanto a um segmento de enunciado quanto ao enunciado como um todo [...], sintetizando o valor semântico-argumentativo do encadeamento” (p. 197-198).

⁸ O encadeamento argumentativo, ou seja, a união de dois predicados (A e B), ocorre por um conector normativo do tipo de *DONC* (DC), em francês, ou *portanto*, em português, e de um conector transgressivo *POURTANT*, em francês, ou *mesmo assim (no entanto)*, em português. Segundo Carel e Ducrot (2005), tais conectores, por serem unidades semânticas básicas de mesma natureza, exprimem um ponto de vista apenas, que compõe o sentido unitário do bloco semântico, ou seja, o encadeamento argumentativo.

⁹ Entenda-se aqui por *encapsular* a ideia de que os títulos sintetizam ou expressam todo o encadeamento argumentativo, ou seja, a argumentação principal do texto e não apenas segmentos dele. Isso equivaleria dizer que os enunciados contidos nos títulos possuem uma relação de interdependência semântica com os segmentos contidos no texto, que é do ponto de vista argumentativo, sinonímica.

respeito à explicitação dos blocos semânticos constituídos e dos aspectos argumentativos selecionados, podendo, ainda, oferecer uma orientação teoricamente segura tanto para a leitura e análise de títulos de textos quanto para a elaboração destes.

Com o intuito de contemplar os principais aspectos relevantes ao desenvolvimento da pesquisa, selecionaram-se cinco textos científicos, que foram retirados de provas de proficiência de leitura em língua inglesa de instituições de ensino superior do Rio Grande do Sul entre os anos de 1995 e 2009. Buscou-se um *corpus* que refletisse o tipo de leitura a que tais leitores são geralmente submetidos durante a realização de tais provas. De modo geral, esses textos caracterizam-se por serem textos de divulgação científica, que tratam de temas diversos, retirados, em sua maioria, de revistas e *sites* que abordam inovações sobre as diversas áreas do conhecimento. Considera-se oportuno salientar ainda que, embora as questões das diferentes provas sejam diversificadas e visem à mobilização de variados aspectos da competência leitora do candidato, principalmente em se tratando de questões de compreensão textual, de referenciais e de tradução de expressões ou pequenas partes do texto, a compreensão da ideia central do texto e a resolução das questões de leitura, certamente, tendem a ser bastante facilitadas pela apreensão da argumentação que o constitui.

A fim de direcionar a apresentação deste estudo, optou-se pela divisão do texto em três capítulos. No primeiro capítulo, são apresentados os fundamentos teóricos da ADL, de forma a justificar o modo de análise dos dados coletados. No segundo realiza-se, primeiramente, um percurso pelas acepções cognitivistas de leitura (estratégias cognitivas e metacognitivas, dando ênfase especial à questão do título do texto), que geralmente norteiam o trabalho de leitura, especialmente em língua estrangeira. Em seguida, no mesmo capítulo, são abordadas algumas acepções de leitura baseadas na Semântica Argumentativa, as quais incluíram também a questão do *encapsulamento anafórico e do encadeamento argumentativo*, a partir da Linguística Textual e da TBS, conforme Graeff (2007). No terceiro capítulo, apresenta-se, na primeira parte, a seleção do *corpus* e os procedimentos de análise dos textos selecionados. Em seguida, realiza-se a análise argumentativo-polifônica dos títulos e discute-se a relação argumentativa entre os títulos e os textos, cujos encadeamentos argumentativos foram analisados com base na ADL. Seguem-se, então, as considerações finais, em que se apresenta um conjunto de procedimentos para a leitura, análise e produção de títulos de textos numa perspectiva argumentativa e polifônica.

2. SENTIDO ARGUMENTATIVO DO TEXTO: DA FORMA *STANDARD* DA TEORIA DA ARGUMENTAÇÃO NA LÍNGUA À TEORIA POLIFÔNICA AMPLIADA

Neste capítulo, primeiramente, faz-se um delineamento a respeito dos princípios fundamentais da Semântica Argumentativa, cujo desdobramento principal é a teoria da Argumentação na Língua, que foi ampliada e modificada por Carel com a Teoria dos Blocos Semânticos e, mais recentemente, pela Teoria Polifônica Ampliada, as quais vêm sendo desenvolvidas em conjunto por Carel e Ducrot, a partir de 1995. Na sequência, apresenta-se o percurso da ADL, desde a sua forma *standard*, passando pela Teoria dos *Topoi*, até chegar à Teoria dos Blocos Semânticos e à Teoria Polifônica Ampliada, fase atual da teoria.

2.1 Teoria da Argumentação na Língua: estruturalismo e enunciação

Um dos mais fascinantes patrimônios da civilização, a linguagem tem sido objeto de estudo daqueles que buscam compreender um pouco mais sobre a essência humana. De natureza puramente linguística, a teoria da Argumentação na Língua (ADL), desenvolvida por Oswald Ducrot e seguidores desde os primórdios da década de 1980, dentre eles Jean-Claude Anscombre e, posteriormente, Marion Carel, é uma aplicação do estruturalismo de Saussure à semântica linguística, contribuindo para a descrição das línguas naturais com base no pressuposto de que a função primeira da linguagem não é informar, mas argumentar. Essa concepção visa a se opor à aceção tradicional de sentido, segundo a qual o sentido de um enunciado está atrelado a três aspectos: objetivo, subjetivo e intersubjetivo¹⁰ (DUCROT, 1990, p. 49). Para Ducrot (1990), a linguagem ordinária não parece possuir uma parte objetiva, tampouco parece que seus enunciados

¹⁰ Entenda-se aqui por *objetivo* o aspecto denotativo, ou seja, aquele que se encontra descrito no dicionário e/ ou outras fontes de consulta; os demais aspectos se encontram no nível da conotação, isto é, do sentido figurado, não dicionarizado.

deem acesso direto à realidade – pelo menos não a descrevem diretamente. Além disso, os aspectos subjetivo e intersubjetivo da linguagem, apontados por Karl Bühler (apud DUCROT, 1990, p. 49), consistem no que Ducrot chama de “valor argumentativo” dos enunciados, que, na verdade, seria a essência de toda descrição semântica.

Como a ADL está baseada nos princípios saussureanos, faz-se necessário delinear os fundamentos estruturalistas que a compõem, como a noção de signo linguístico, a relação entre língua e fala, frase e enunciado, texto e discurso, bem como a ideia de significação e sentido, para, então, abordar a noção de valor argumentativo do enunciado, a questão do encadeamento argumentativo, a questão dos blocos semânticos, dentre outros aspectos importantes da teoria.

Para Saussure (2006), a língua é um sistema de signos¹¹, no qual cada um está constituído por duas entidades psíquicas e abstratas, que diferem entre si e, ao mesmo tempo, se completam mutuamente: um significante e um significado. Enquanto o primeiro é a imagem acústica do signo, o outro é o conceito que lhe é atribuído. Desse ponto de vista, pode-se afirmar que um signo não pode ser simplesmente considerado como a união de certo som com certo conceito, pois, como afirma Saussure (2006, p. 132), “defini-lo assim seria isolá-lo do sistema do qual faz parte; seria acreditar que é possível começar pelos termos e construir o sistema fazendo a soma deles [...]”. Nesse sentido, o fundador da ciência da linguagem ainda defende que a ideia de que, na descrição semântica, a noção de relação entre os signos, especialmente a de oposição entre eles, é de fundamental importância. Isso ocorre porque os valores, que são primeiramente os elementos da significação linguística, correspondem a conceitos ou significados que são puramente diferenciais, definidos não positivamente por seu conteúdo, mas negativamente por suas relações com outros termos do sistema. Por outro lado, do mesmo ponto de vista saussureano, a significação ou o significado, que é uma contraparte da imagem acústica no interior do signo linguístico, nada mais é que um valor inicial determinado por suas relações com outros valores semelhantes, sem os quais não existiria.

Com base nessas noções, pode-se afirmar que para a ADL as palavras ou expressões da língua só adquirem sentido quando tomadas em relação a outras palavras ou expressões, isto é,

¹¹ O valor desses signos, segundo Saussure, é definido pela relação de oposição que se pode estabelecer entre eles. “Assim, o valor de qualquer termo que seja está determinado por aquilo que o rodeia; nem sequer da palavra que significa “sol” se pode fixar imediatamente o valor sem levar em conta o que lhe existe em redor; há línguas em que é impossível dizer ‘sentar-se ao sol’” (SAUSSURE, 2006, p. 135, grifo do autor).

quando consideradas a partir de uma situação discursiva, o que está embasado nas próprias palavras de Saussure (2006, p. 136):

Quando afirmo simplesmente que uma palavra significa alguma coisa, quando me atendo à associação da imagem acústica com o conceito, faço uma operação que pode, em certa medida, ser exata e dar uma ideia da realidade; mas em nenhum caso exprime o fato linguístico na sua essência e amplitude.

Com essa ideia de Saussure assevera-se que a expressão *hoje faz calor* só adquire sentido quando articulada a outra expressão, como, por exemplo, *vamos à praia*, considerando que, neste caso, trata-se de uma situação que estimula o sair, o aproveitar o bonito dia de verão, para se divertir. Por outro lado, se a mesma expressão for articulada à frase *então, vamos nos refrescar na piscina*, tem-se o sentido de outro tipo de calor – um calor que faz com que desejemos apenas nos refrescar em algum lugar. Percebe-se, por meio desses exemplos, que uma mesma expressão pode, em determinada situação discursiva, adquirir inúmeros significados, os quais dependem da relação que é estabelecida com outras expressões. Assim, reforça-se a noção argumentativa de linguagem desenvolvida pela semântica argumentativa, segundo a qual o sentido está inscrito na língua, e o contexto linguístico vai delimitar as possibilidades argumentativas que as palavras ou expressões podem produzir num contexto discursivo.

Os conceitos de língua e fala, como elementos abstratos e concretos, respectivamente, os quais foram desenvolvidos por Saussure, também têm reflexos diretos nos fundamentos da ADL, visto que influenciaram diretamente a definição dos conceitos de frase e enunciado, texto e discurso, significação e sentido, formulados por Ducrot (1990) e bastante utilizados no desenvolvimento da sua teoria linguística. Quanto a essas distinções, o autor, em sua primeira conferência, em Cali, Colômbia, ao falar da teoria da Argumentação na Língua, enfatiza que¹² “[...] o enunciado é uma realidade empírica, é o que podemos observar quando escutamos as pessoas falarem” (p. 53), ao passo que a frase, ao contrário, é uma entidade teórica e, portanto, de natureza abstrata. Segundo as suas próprias palavras, a frase¹³ “[...] é uma construção do linguista

¹² “[...] el enunciado es una realidad empírica, es lo que podemos observar cuando escuchamos hablar a la gente” (Tradução nossa).

¹³ “[...] es una construcción del lingüista que le sirve para explicar la infinidad de enunciados. Esto significa que la frase es algo que no puede ser observado: no oímos, no vemos frases. Solamente vemos y oímos enunciados” (Tradução nossa).

que serve para explicar a infinidade de enunciados. Isso significa que a frase é algo que não pode ser observado: não ouvimos, não vemos frases. Somente vemos e ouvimos enunciados” (p.53). Seguindo o raciocínio, Ducrot (1990) afirma que o discurso é, por sua vez, constituído por uma sucessão de enunciados segmentados, que são a realização de uma frase, ao mesmo tempo em que um texto, segundo esse ponto de vista, também seria constituído por um conjunto de discursos.

A respeito, Cláudio Delanoy (2008, p. 16) propõe um interessante esquema, que mostra a correspondência entre *língua/fala* de Saussure e *frase/enunciado* de Ducrot, ao qual se poderia, ainda, acrescentar a relação entre *discurso/texto* para Ducrot:

	<i>Entidade abstrata</i>	<i>Entidade concreta</i>
<i>Saussure</i>	Língua	Fala
<i>Ducrot</i>	Frase	Enunciado
<i>Ducrot</i>	Texto	Discurso

Depois dessas noções preliminares, pode-se afirmar que Ducrot (1990) ainda define a língua como um conjunto de frases, cuja descrição, na mesma ótica, deve ser sistemática¹⁴, uma vez que não se pode atribuir um valor semântico para cada uma delas, o que constituiria uma descrição infinita e impossível de ser realizada. Na verdade, o autor objetiva destruir a noção de valor denotativo ou valor representativo ou valor descritivo da linguagem. Para o autor, a questão da diferenciação entre *significação e sentido* é tão importante quanto às distinções já apresentadas¹⁵. Assim, o autor distingue, inicialmente, os valores semânticos da frase e do enunciado ao afirmar que as frases têm significação e os enunciados possuem sentido e que são interdependentes. Ducrot (1990) faz essa distinção especialmente quanto à natureza da significação e do sentido, “por considerar que esse último só é produzido no uso, não havendo a idéia de sentido constante ou literal. A *significação*, por outro lado, é constituída de instruções

¹⁴ “[...] una descripción sistemática consiste en calcular el valor semántico de las frases complejas a partir del valor semántico de las frases simples [...], que son aquellas que no contienen operadores como casi, hasta, entonces, etc” (DUCROT, 1990, p. 56-57).

¹⁵ Considera-se relevante aqui destacar que a TBS amplia a ADL ao reformular os conceitos de sentido e enunciado, visto que propõe uma descrição semântico-lexical da língua, através da ideia de bloco e da utilização de outros conceitos como argumentação interna (AI) e argumentação externa (AE), as quais são explicadas na seção 2.3.

abertas, isto é, não pré-concebidas, que vão produzir sentido no uso da língua (DELANOY, 2008, p. 16-17, grifo do autor).

Cabe salientar que, por ter esse caráter pragmático¹⁶, os valores semânticos dos enunciados e, conseqüentemente, dos discursos, de acordo com Ducrot (1984), não são os mesmos, uma vez que a capacidade de fazer referência ao mundo é um atributo das entidades concretas da língua, ou seja, dos enunciados, não das frases, pois são eles que nos dão instruções para a construção polifônica do seu sentido. Segundo Ducrot (1990, p. 72), “o enunciado diz portanto: imagine quais são as posições do locutor e imponha alguns limites a esta imaginação”¹⁷. Para o autor, ainda, a frase ou o enunciado¹⁸ por si só contém indicações sobre as relações entre os interlocutores, razão por que toda a sua teoria sobre a argumentação busca justificar essa ideia. O autor, ainda, salienta que seu objetivo ao desenvolver essa teoria é “[...] mostrar que a frase, e, portanto, toda a língua contém alusões à atividade da fala, contém alusões sobre o que fazemos quando falamos” (DUCROT, 1990, p. 64)¹⁹.

Logo, pode-se asseverar que o autor rejeita a ideia saussureana de que a língua é social e de que a fala é individual, estando, pois, dissociadas; ao contrário, para ele, ambas têm uma relação de interdependência.

Para o linguista, língua e fala são inseparáveis. O sistema, correspondente à frase para a TAL, necessita do uso para que o sentido seja completado. Logo, é no uso da língua que os falantes encontram o sentido do enunciado. De acordo com Saussure, os elementos linguísticos estabelecem entre si relações que se dão em dois níveis distintos: o sintagmático e o paradigmático. As relações sintagmáticas, ou de combinação, são aquelas estabelecidas entre os signos linguísticos, que se organizam numa determinada ordem no sintagma. As paradigmáticas, ou associativas, referem-se àquelas baseadas na seleção de elementos passíveis de figurar num mesmo ambiente do enunciado (DELANOY, 2008, p. 17).

¹⁶ Entenda-se pragmático aqui tanto no sentido contextual quanto no sentido de sua relação com o ato enunciativo (relacionado ao ato da fala). Essas duas distinções foram explicitadas por Ducrot em seu artigo *A pragmática e o estudo semântico da língua*. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 40, n.1, p. 9-22, mar. 2005.

¹⁷ “El enunciado dice por lo tanto: imagine cuáles son las posiciones del locutor e imponga algunos límites a esta imaginación” (Tradução nossa).

¹⁸ Aqui usados indistintamente por Ducrot (1990) para significar o discurso como um todo.

¹⁹ “[...] mostrar que la frase, y por lo tanto la lengua, contiene alusiones a la actividad del habla, contiene alusiones sobre lo que hacemos cuando hablamos” (Tradução nossa).

Segundo Delanoy (2008), Ducrot utiliza-se da noção de relações sintagmáticas na composição do encadeamento argumentativo, o qual, a partir da evolução da teoria, adquiriu sentidos diferentes.

Na forma *standard* (1983) um encadeamento argumentativo era uma relação entre dois signos linguísticos, um argumento e uma conclusão, conectados por DC ou *portanto*. No segundo momento da Teoria, o argumento relacionava-se com a conclusão por meio de um terceiro elemento, o *topos*, formando o sentido. O *topos* funcionava como uma passagem entre o argumento e a conclusão. Já na terceira fase da TAL, a TBS, a relação não se dá entre argumento e conclusão, mas entre dois segmentos articulados por um conector, sem a presença de um elemento exterior (o *topos* é suprimido) (2008, p. 17, grifo do autor).

Para o autor, Ducrot (1990) baseia as relações paradigmáticas nos encadeamentos que podem ser construídos a partir da orientação argumentativa do léxico. É o que pode ser percebido no seguinte enunciado: *João Pessoa é uma cidade bonita, portanto...*, ao qual poderia ser concatenado algo positivo, como *vamos visitá-la, é lá que eu quero morar, etc.* Na verdade, há diversas sequências possíveis para o enunciado, as quais estão expressas no paradigma e se referem à orientação argumentativa que se encontra encerrada em *bonita*, que fará com que apenas uma delas seja escolhida. Essa possibilidade de escolha de sentidos para o enunciado é que faz com que as palavras não signifiquem nada sozinhas, apenas quando estiverem concatenadas a outras palavras ou expressões da língua, o que nos leva a enfatizar que, se o sentido das palavras não está dado *a priori*, a linguagem perde a sua função tradicional de informatividade e representação direta da realidade. São essas diretrizes abertas e instrucionais da significação que constituem o valor semântico das frases e que direcionam a construção do sentido a partir do enunciado, ou seja, a sua possível interpretação, que levam Ducrot (1990, p. 63) a afirmar que “[...] o sentido de um enunciado é polifônico”²⁰, isto é, diferentes vozes se fazem ouvir simultaneamente no enunciado e, conseqüentemente, no discurso. É o que o autor chama de “polifonia discursiva”.

Como a questão da polifonia também é crucial para a concepção ducrotiana de linguagem e argumentação, cabe neste ponto situar suas raízes teóricas, a fim de melhor compreendê-la e caracterizá-la.

²⁰ “[...] el sentido de un enunciado es polifónico” (Tradução nossa).

Segundo Ducrot (1990), originalmente, a noção de polifonia referia-se a uma classe de composição musical na qual se superpõem diferentes partituras. Por volta da metade do século XX, Bakhtin transferiu a noção de polifonia da música para a literatura, afirmando haver dois tipos de literatura: a dogmática, em que é expressa somente a voz do autor (é o caso de uma exposição teórica, de um ensaio), ou de inúmeras personagens, que, de alguma forma, são julgadas pelo autor, de tal forma que a cada momento o leitor escuta a voz do autor dizer o que deve pensar desse ou daquele personagem, cujo protótipo seria o romance de Tolstói²¹; e a literatura popular, polifônica ou, ainda, carnavalesca, que compreende personagens que se apresentam por si mesmas, como as máscaras de carnaval. Estas não são julgadas pelo autor e o sentido global do romance ou da obra resulta simplesmente da confrontação das personagens, sem que o autor dê a entender seu próprio ponto de vista. O melhor exemplo de literatura polifônica é, segundo Bakhtin, a obra de Dostoievski²².

Entretanto, o próprio Ducrot, em sua obra *Lógica, estrutura, enunciação* (apud BARBISAN; TEIXEIRA, 2002, p. 163), afirma ter encontrado inspiração para a sua teoria linguística polifônica na obra *Linguística geral e linguística francesa* de Charles Bally (1965), especialmente, a partir da concepção de que a comunicação de um pensamento pela palavra ocorre por meio da língua, embora seja possível que o pensamento comunicado não seja o do sujeito falante, como no caso da mentira ou da ironia. Ao analisar essas proposições, Ducrot (1990) percebe que Bally contrapõe pensamento e ideias, uma vez que acredita não haver uma identidade entre o sujeito falante e aquele da reação comunicada. Tal ideia é também compartilhada por Ducrot, principalmente porque, a seu ver, o sentido inerente à enunciação pode

²¹ No conto *Os três Staretzi*, há personagens que se expressam; porém, nenhuma delas, em momento algum, expõe a trama sob o seu ponto de vista; todas elas (o arcebispo, o mujiue, o camponês, o mercador, o pescador, o piloto, os três Staretzi, etc) são nitidamente apresentadas e julgadas pelo autor, que, de certa forma, busca fazer um juízo de valores de cada uma. No caso específico do texto em questão, o autor faz questão de concluir a história com a ideia de que a oração decorada que o arcebispo tão forçosamente ensinou aos Staretzi foi esquecida, pois não era algo muito significativo para eles, que até dificuldade para falar tinham. Na verdade, eles é que possuíam algo de especial (o fato de poderem caminhar sobre as águas, por exemplo), que deveria ser louvado e admirado por todos, inclusive pelo arcebispo.

²² O conto russo *Ela era doce e humilde* apresenta-se como um exemplo típico desse tipo de literatura. Primeiro, porque em seu prefácio o autor já apresenta o conflito da trama, mas de uma maneira bastante diluída e confusa; a partir de então, dá voz à personagem central, que conta tudo na sua perspectiva. Na verdade, a voz do autor praticamente desaparece, e o que temos em seu lugar são fragmentos de memória e sobriedade de uma personagem atormentada pela morte da esposa, a qual nunca soubera amar e compreender. Ao realizar a narrativa do seu ponto de vista, vai assumindo papéis e máscaras, os quais tornam difícil a sua verdadeira identificação, assim como das demais personagens envolvidas na trama.

revelar outros sujeitos que diferem do sujeito falante. Pode-se dizer ainda que o autor retoma, reformula e amplia não apenas o conceito de polifonia de Bally, mas as noções de *modus* e de *dictum*, as quais, nessa perspectiva, seriam fundamentais para uma concepção polifônica da linguagem, visto que “[...] obrigariam a reconhecer não apenas diversos *modus*, mas também diversos sujeitos modais (BARBISAN; TEIXEIRA, 2002, p. 165). Em outras palavras, para Ducrot, a noção de polifonia associada à enunciação permite considerar a coexistência possível de vários *modus* e vários *dictum* no sentido de um enunciado único, por meio de diferentes pontos de vista, que se justapõem, se superpõem ou se respondem.

Essa concepção polifônica discursiva, em oposição à visão predominante da unicidade do sujeito falante²³ (expressa na Teoria dos Atos de Fala²⁴, de Austin), levou Ducrot, em 1990, a construir sua Teoria Polifônica da Enunciação, segundo a qual num mesmo enunciado estão presentes vários sujeitos com *status* linguísticos diferentes, cujas *vozes* se encontram implícitas nele. Em outras palavras, essas vozes que se fazem ouvir são os vários pontos de vista, que constituem os vários sentidos que podem ser atribuídos aos enunciados. Cabe ressaltar que Ducrot explicita a diferença básica entre a sua Teoria Polifônica da Enunciação e a Teoria dos Atos da Fala, afirmando que, enquanto nesta

[...] o locutor toma uma só atitude no enunciado e esta atitude está indicada pela força ilocucionária [...], naquela, o enunciado apresenta uma multiplicidade de pontos de vista diferentes e o locutor toma uma multiplicidade de atitudes em relação a esses pontos de vista (DUCROT, 1990, p. 68)²⁵.

²³ Segundo esse postulado, detrás de cada enunciado haveria somente uma pessoa que fala.

²⁴ A *Teoria dos Atos de Fala* está baseada nas doze conferências feitas pelo inglês John Langshaw Austin (1911-1960) na Universidade de Harvard, EUA, em 1955, e publicadas postumamente, em 1962, no livro *How to do Things with words*. O título da obra reporta à ideia principal defendida pelo autor de que “dizer é transmitir informações, mas é também (e sobretudo) uma forma de agir sobre o interlocutor e sobre o mundo circundante” (Disponível em <http://www.filologia.org.br/viiiifelin/41.htm>. Acesso em 14/out./2009). Essa teoria, que foi mais tarde retomada e sistematizada por John Searle (1969), distingue dois tipos de enunciados: os constativos e os performativos. Os primeiros descrevem ou relatam os estados das coisas, e incluem as afirmações, descrições ou relatos, como *Eu toco piano*; *A Terra é redonda*, etc.; ao passo que os outros, ao invés de constatar, realizam uma ação, ou seja, executam um ato, quando proferidos na primeira pessoa do singular do presente do indicativo, na forma afirmativa e na voz ativa, como em *Eu os declaro marido e mulher*. Logo, pode-se afirmar que a Teoria dos Atos de Fala, que concebe a linguagem como uma forma de ação, a partir do pressuposto que “todo dizer é um fazer”, centrou sua atenção nos elementos do contexto (quem fala, com quem se fala, para que se fala, onde se fala, o que se fala, etc.), por meio dos quais podemos encontrar importantes pistas para a compreensão dos enunciados.

²⁵ “[...] el locutor toma una sola actitud en el enunciado y esta actitud está indicada por la fuerza ilocucionaria. En la teoría de la polifonía, por el contrario, el enunciado presenta una multitud de puntos de vista diferentes y el locutor toma una multitud de actitudes en relación con esos puntos de vista” (Tradução nossa).

Assim, pode-se afirmar que Ducrot adaptou a noção de polifonia já existente na literatura à análise propriamente linguística dos enunciados, com o intuito de mostrar que

[...] o autor de um enunciado não se expressa nunca diretamente, senão que põe em cena, no mesmo enunciado, certo número de personagens, ou ponto de vista ou vozes discursivas, os enunciadores (E). O sentido do enunciado nasce da confrontação desses diferentes sujeitos: o sentido do enunciado não é mais que o resultado das diferentes vozes que nele aparecem (DUCROT, 1990, p. 16)²⁶.

Situados alguns princípios fundamentais nos quais Ducrot (1990) e seguidores se basearam para dar corpo à Teoria da Polifonia, podem-se explicitar as noções de sujeito empírico (SE), locutor (L), e enunciadores (E), as quais dão à enunciação um caráter diferente daquele atribuído por Benveniste, por exemplo, visto que este se ocupou do processo de construção do enunciado, ou seja, do ato enunciativo em si, ao passo que Ducrot (1987) concebeu o enunciado como o produto da enunciação. Isso implica dizer que, para a sua teoria argumentativa, não importam os seres reais que fazem parte do processo enunciativo e produzem efetivamente os enunciados, aos quais denomina de SE. Ducrot (1987) atribui importância ao locutor – que é o responsável pelo enunciado: é o eu, o autor do enunciado, que, às vezes, pode ser igual ao SE, sendo, geralmente, um personagem fictício a quem o enunciado atribui a responsabilidade de sua enunciação, salvo alguns casos, como o dos provérbios, por exemplo, que apresentam apenas SE – e também aos enunciadores²⁷. Assim, o autor justifica sua posição em relação a tais elementos.

O que precede [o fato de desconsiderar o sujeito empírico do enunciado] não implica de modo algum, de minha parte, a ideia bizarra [...] que um enunciado possa aparecer por geração espontânea, sem ter na sua origem um sujeito falante que procura comunicar alguma coisa a alguém, este algo sendo precisamente o que denomino o *sentido*. Mas acontece que tenho necessidade, para construir uma teoria do sentido, de uma teoria do que é comunicado, de um conceito de enunciação que não encerre em si, desde o início, a noção de sujeito falante (DUCROT, 1987, p. 169, grifo do autor).

²⁶ “[...] el autor de un enunciado no se expresa nunca directamente, sino que pone en escena en el mismo enunciado un cierto número de personajes. El sentido del enunciado nace de la confrontación de esos diferentes sujetos: el sentido del enunciado no es más que el resultado de las diferentes voces que allí aparecen” (Tradução nossa).

²⁷ Ducrot (1990) define os enunciadores ou os pontos de vista relativos às situações de que se fala com base nas ideias dos linguistas Fauconnier e Martin, que os chamam de “espaços mentais”, e de “universos de crença”, respectivamente.

Na verdade, isso se deve ao fato de que a determinação tanto do SE quanto do L não é um problema linguístico. O linguista, e em particular o linguista semanticista, deve se preocupar com o sentido do enunciado, deve descrever o que disse o enunciado, o que aporta. Dessa maneira, o que lhe interessa é o que está no enunciado, não as condições externas de sua produção, muito menos as marcas deixadas no próprio enunciado, como as da primeira pessoa (eu, me, mi, comigo), aqui, agora, etc, que, geralmente, remetem ao L, especialmente, quando se referem a seres incapazes de falar aos quais a palavra foi concedida, como é o caso de latas de lixo²⁸. A fim de melhor explicitar essa questão, Ducrot (1990, p. 17, grifo do autor) afirma que, “se para falar de mim, eu simplesmente desse meu próprio nome, o problema do locutor não seria linguístico, pois não haveria marca no enunciado que o ‘denunciaria’²⁹. Para Ducrot, ainda, o problema da determinação do SE e do L é mais uma preocupação dos sociolinguistas e dos psicolinguistas, que formulam perguntas como: “Por que o senhor X disse o que disse?”, enquanto o que interessa ao autor é simplesmente: “O que disse o senhor X” (1990, p. 17)³⁰.

Nessa perspectiva, pode-se asseverar que uma das preocupações da semântica argumentativa é descrever o enunciado a partir dos enunciadores, oriundos dos diferentes pontos de vistas ou *puntos de perspectiva abstratos* ali expressos, os quais são postos em cena pelo locutor, que toma três posições em relação a eles³¹. Numa, pode ser identificado com um deles e impor o seu ponto de vista, como ocorre na asserção³². Considere-se o seguinte exemplo: se digo a alguém *Pedro veio*, o locutor apresenta o ponto de vista da vinda de Pedro, identificando-se com ele ou assumindo-o, de modo a impor o seu ponto de vista. O locutor pode também dar a sua aprovação a um dos enunciadores, indicando que está de acordo com ele, embora não queira admitir esse ponto de vista, como ocorre na pressuposição.

²⁸ “A veces nos encontramos en la calle canecas de basura con la leyenda *No dude en utilizarme*. El “me” remite a la caneca, que por supuesto no es el SE y que sin embargo es presentada como el locutor: en este enunciado una caneca habla y se ofrece generosamente para recibir los desechos que arrojan los peatones” (DUCROT, 1990, p. 18, grifo do autor).

²⁹ “Si para hablar de mi simplemente diera mi nombre propio, el problema del locutor no sería lingüístico pues no habría marca en el enunciado que ‘denunciara’ al locutor” (Tradução nossa).

³⁰ “Por qué el señor X dijo lo que dijo? [...] Lo que dijo el señor X” (Tradução nossa).

³¹ Essas posições tomadas pelo L em relação aos E são modificadas e ampliadas na nova fase da teoria, ou seja, na chamada Teoria Polifônica Ampliada, como pode ser conferido na seção 2.4.

³² Identificação do locutor com um dos enunciadores, a qual também chamada de asserção ou afirmação dogmática.

No seguinte exemplo *Pedro deixou de fumar*, temos um enunciado que contém duas indicações ou dois enunciadores: o pressuposto³³ de que *Pedro fumava antes* (E1) e o posto³⁴ (afirmado), ou seja, a asserção ou declaração *Pedro não fuma mais* (E2). Assim, pode-se afirmar que o locutor dá sua aprovação ao ponto de vista, isto é, concorda com o E1 e se identifica com o E2. Logo, desse ponto de vista, aceitar o pressuposto significa dar continuidade ao diálogo; negá-lo compreende dar-lhe outro *rumo* ou outro *sentido*. Em outras palavras, isso equivale dizer que a negação da pressuposição destrói o enunciado, criando um novo sentido para ele³⁵. Por fim, o L pode se opor ao enunciador, ou seja, pode rechaçar ou rejeitar seu ponto de vista. Esta última tomada de posição por parte do locutor é claramente percebida nos casos do humor, da ironia e da negação, abordados por Ducrot (1990) em sua conferência de Cali, sobre a polifonia.

A definição da noção de humor, segundo Ducrot, é relativa e depende do encadeamento semântico. Nesse sentido, um enunciado é classificado como humorístico quando “[...] o L apresenta um ponto de vista absurdo que ele mesmo rechaça, sem apresentar nenhum outro ponto de vista suscetível de corrigir o primeiro” (1990, p. 67)³⁶. Os enunciados humorísticos, nesta concepção, podem ser chamados de “irônicos”, quando o ponto de vista absurdo é atribuído a um

³³ É aquilo que, primeiramente, se apresenta como uma evidência e, então, é aprovado pelo locutor, uma vez que se trata de algo que ambos o locutor e o interlocutor não podem deixar de aceitar. Ainda, segundo Ducrot (1987), o pressuposto é algo que é submetido a certas modificações sintáticas, como a negação e a interrogação. No caso específico da negação, ele afirma que, os pressupostos de uma frase são conservados quando ela é transformada em negação ou em interrogação, e continuam a ser afirmados por ela; é o que ocorre no exemplo: “Pedro deixou de fumar”, no qual se mantém a ideia que ele fumava anteriormente. Faz-se necessário, neste momento, deixar claro que o referido autor afirma haver duas maneiras de definir a pressuposição: uma no nível da frase e outra do enunciado; sendo que tais definições, segundo o autor, contribuem para que a pressuposição seja considerada um ato ilocutório, como será explicitado mais adiante.

³⁴ Para Ducrot, (1987), o posto é aquilo que o locutor afirma e, ao mesmo tempo, se identifica. Diferentemente com o que ocorre com o subentendido, por exemplo, que é o que o locutor deixa que o interlocutor conclua, e com o pressuposto, que, sob esse ponto de vista, é o que se apresenta como sendo de domínio comum às duas personagens do discurso: uma espécie de cumplicidade fundamental que as liga no ato da comunicação. Assim, percebe-se que a relação entre pressuposto e posto se dá a partir do enunciado, isto é, podem-se associar esses elementos ao ato ilocutório – ato de fala em si, que, para o autor, está inscrito na frase, e realizá-lo, sob esse ponto de vista, seria “[...] apresentar sua enunciação como eficaz” (p. 36) –, o que não ocorre com o subentendido, que se encontra ausente do enunciado, ou seja, que ocorre ao nível da enunciação, funcionando apenas como uma reflexão do interlocutor sobre o que é enunciado. Logo, o subentendido pode ser associado ao ato perlocutório, que é o efeito resultante do uso da linguagem.

³⁵ A questão da negação e, conseqüentemente do pressuposto e do posto são retomadas por Carel e Ducrot no artigo *Descrição argumentativa e descrição polifônica: o caso da negação*, de 2008, que será apresentado na seção 2.4 deste estudo.

³⁶ “L presenta un punto de vista absurdo que él mismo rechaza sin presentar ningún otro punto de vista susceptible de corregir el primero” (Tradução nossa).

personagem determinado (ao interlocutor) que se busca ridicularizar e atacar, como ocorre no exemplo do dono do restaurante e do dono do cachorro, citado pelo autor no mesmo capítulo, na página 21. Quando o cliente do restaurante diz “meu Teckel é um antigo São Bernardo”, dá a entender ao dono do restaurante o caráter absurdo de seus propósitos, ao apresentar-lhe um enunciador absurdo que lhe é assimilado. Nesse simples fato ocorre o caso da burla – falha na sequência do enunciado.

Os casos da negação abordados por Ducrot em 1990, por sua vez, têm como base a visão freudiana de que a negação é um compromisso operado pelo ego (minha personalidade) entre as pulsações do ele (a libido) e a censura do superego. Em outras palavras, segundo essa concepção, quando alguém enuncia uma frase negativa *não-P*, em seu enunciado se expressam duas vozes: a da libido, que se expressa através de pacto P (positivo), e a do superego, que se expressa através da rejeição ligada ao morfema negativo *no*. Então, a negação, segundo Freud (apud DUCROT, 1990, p. 23), é um artifício inventado pelo ego para poder satisfazer a libido e a um superego mais ou menos moral: a negação permite dizer coisas e, ao mesmo tempo, censurá-las, agradando, assim, a todo mundo. Na verdade, para ele, a libido não leva consigo nenhuma negociação: ela é puramente positiva.

Em sua teoria, Ducrot afirma que num enunciado negativo *não-P* há, pelo menos, dois enunciadores: um primeiro enunciador E, que expressa o ponto de vista representado por P; um segundo enunciador E, que apresenta uma rejeição desse ponto de vista. Nessa perspectiva, um enunciado negativo é, pois, uma espécie de diálogo entre dois enunciadores que se opõem um ao outro. Percebe-se também que tanto no humor quanto na negação há um enunciador dizendo algo que, do ponto de vista do locutor, não é admissível. Porém, na negação, há um enunciador a mais para rejeitar este ponto de vista inadmissível, ao passo que no humor o enunciador é apenas apresentado pelo locutor, sem ser corrigido por ele. Veja-se o exemplo explicitado em Ducrot (1990, p. 27)³⁷:

Imaginemos que uma mãe de família deixe sozinhos no apartamento seus dois filhos pequenos para ir às compras. Ao regressar, nota que há um vaso quebrado, pelo qual

³⁷ “Imaginemos que una madre de familia deja solos en el apartamento a sus hijos pequeños para ir de compras. Al regresar nota que hay un florero quebrado por lo cual reprende a los niños, quienes fingen ser inocentes. La madre les dice entonces: “Sin embargo no he sido yo quien lo quebró” (Tradução nossa).

reprende as crianças, que fingem ser inocentes. A mãe lhes diz, então: “No entanto, não fui eu quem o quebrou”.

Comenta Ducrot (1990, p. 28) que na França, em outra época, havia uma expressão especializada para este tipo de reprovação: “Não foi o Espírito Santo quem o fez”³⁸. Para o autor, uma análise polifônica da negação explica o enunciado da mãe, que

[...] põe em cena um enunciador positivo E1, cujo ponto de vista, absurdo nesta situação, diz que a mãe quebrou o vaso de flores. E a mãe identifica esse enunciador absurdo com seus filhos: com isso, lhes demonstra que o único argumento deles para defender-se seria dizer algo claramente inaceitável. A negação é utilizada aqui, como acontece com frequência no discurso polêmico, para atribuir ao adversário uma posição impossível de legitimar, e é a polifonia interna à negação que o permite (DUCROT, 1990, p. 28)³⁹.

Esse exemplo, segundo o autor, mostra a estreita ligação entre a negação e a ironia, pois a mãe também poderia ter dito, em tom irônico, trocando o *Mesmo assim* por um *Então*: “Então, fui eu quem o quebrou” (1990, p. 28)⁴⁰. Note-se que ela também poderia ter utilizado uma expressão linguisticamente irônica como, por exemplo, “Então, foi o Espírito Santo quem o quebrou” (1990, p. 28)⁴¹. Para explicar a substituição de *Alors* (então) por *Pourtant* (mesmo assim), de acordo com o autor, é necessário dizer que

[...] no enunciado irônico, que tem somente um enunciador, “*Então*” pertence ao ponto de vista absurdo (E1= “então, foi o Espírito Santo...”). No enunciado negativo, ao contrário, “*Mesmo assim*” pertence ao ponto de vista E2. Assim, E1 = “é a mãe quem...” e E2 = “mesmo assim, tem de rejeitar o E1”. (DUCROT, 1990, p. 28, grifo do autor)⁴².

³⁸ “No fue el Espíritu Santo quien lo hizo” (Tradução nossa).

³⁹ “[...] pone en escena un enunciador positivo E1 cuyo punto de vista, absurdo en esta situación, dice que la madre rompió el florero. Y la madre identifica ese enunciador absurdo con sus hijos: con esto les demuestra que el único argumento de ellos para defenderse sería decir algo claramente inacceptable. La negación es utilizada aquí, como sucede con frecuencia en el discurso polémico, para atribuir al adversario una posición imposible de legitimar y es la polifonía interna a la negación la que lo permite” (Tradução nossa).

⁴⁰ “Entonces he sido yo quien lo rompió” (Tradução nossa).

⁴¹ “Entonces fue el Espíritu Santo quien lo rompió” (Tradução nossa).

⁴² “[...] en el enunciado irónico, que tiene un solo enunciador, *alors* pertenece al punto de vista absurdo (E1= “entonces fue el Espíritu Santo...”). En el enunciado negativo, por el contrario, “*Sin embargo*” pertenece al punto de vista E2. Así, E1 = “es la madre quien” y E2 = “sin embargo hay que rechazar a E1” (Tradução nossa).

Com base nas acepções teóricas desenvolvidas até aqui, percebe-se que Ducrot e seguidores procuraram embasar a ADL nos princípios estruturalistas saussureanos, os quais foram reelaborados em alguns momentos a fim de dar respaldo aos seus princípios mais importantes, dentre eles a noção de que o sentido está inscrito na língua e só pode ser construído a partir dela.

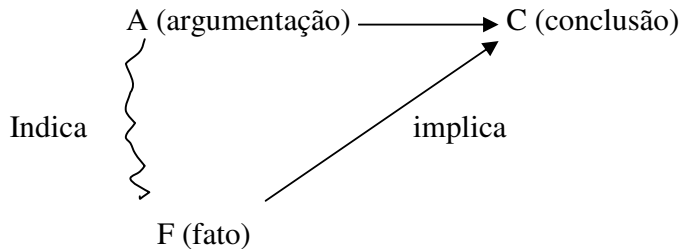
2.2 Teoria da Argumentação na Língua: da forma *standard* à Teoria dos *Topoi*

Nesta seção, retomam-se os conceitos básicos da Teoria da Argumentação na Língua a partir das suas duas primeiras etapas de desenvolvimento: a forma *standard* (1983) e a Teoria dos *Topoi* (1988).

Partindo, então, da noção argumentativa de sentido, Ducrot e seguidores, desde a década de 1980, vêm desenvolvendo e aperfeiçoando a ADL, que, até aqui, passou por três fases distintas: a primeira fase, chamada de forma *standard*, teve início em 1983, com a obra *Argumentação na língua*; a segunda fase contou com a Teoria dos *Topoi* articulada com a noção de polifonia (1988); a terceira, e mais importante de todas, foi o desenvolvimento da TBS (1995), a qual está sendo ampliada pela Teoria Polifônica Ampliada (2008), que visa a retomar alguns conceitos da forma *standard* da Teoria da Polifonia, especialmente a relação entre locutor e enunciadorees, na análise da negação e da pressuposição.

A fase *standard* da ADL está baseada no princípio de que a argumentação sempre parte de um argumento que leva a uma conclusão, cujo encadeamento discursivo é dado por um conector do tipo de *DONC* (DC), em francês, ou *portanto*, em português. Essa concepção de linguagem, para Ducrot (1990), opõe-se à concepção tradicional ou ingênua da argumentação, para a qual um discurso contém uma argumentação, caso se satisfaçam três condições fundamentais: a primeira condição é que o discurso deve conter dois segmentos A e C, sendo A o argumento e C a conclusão; a segunda condição implica que A indica um fato F, que pode ser julgado como falso ou verdadeiro independentemente de C; a terceira condição expressa a ideia de que a conclusão C pode ser inferida a partir do fato F, pois há uma relação de implicação entre

eles. Tomando como base a lógica, o autor (1990, p. 75) simboliza essa relação com o seguinte esquema:



A maior oposição de Ducrot (1990, p. 75) a essa ideia advém do fato de que “[...] a língua desempenha um papel muito reduzido na argumentação”⁴³, visto que o movimento argumentativo, especialmente entre F e C, é tomado de fora para dentro dela, dependendo mais da lógica, da psicologia, do conhecimento de mundo, do que da língua em si. Nessa ótica, a argumentação seria essencialmente exterior à língua, conclusão que o autor faz questão de rechaçar, especialmente ao afirmar que “[...] as possibilidades argumentativas não estão determinadas somente pelos fatos senão que a própria forma linguística impõe certas argumentações e não outras” (p. 77)⁴⁴. Em outras palavras, cabe dizer que a conclusão não resulta apenas do fato (F) expresso pelo segmento A, mas ocorre através da estrutura linguística de A, o que reforça a ideia, que perpassa toda a ADL e seus desdobramentos, de que a “argumentação está marcada na própria língua”.

A segunda fase da ADL contou com a Teoria dos *Topoi*⁴⁵, associada à noção *standard* de polifonia, desenvolvida na chamada “Teoria Polifônica da Enunciação”⁴⁶. De acordo com a Teoria dos *Topoi*, o sentido de uma palavra é estabelecido a partir de um *topos*, ou seja, de um princípio geral, comum à coletividade, que possibilita a passagem do argumento à conclusão da argumentação que a palavra evoca. Toma-se, como exemplo, a descrição da palavra *valentia*. Para estabelecer o seu sentido, parte-se do pressuposto de que a *valentia* é boa; logo, é necessário

⁴³ “[...] la lengua desempeña un papel muy reducido en la argumentación” (Tradução nossa).

⁴⁴ “[...] las posibilidades argumentativas no están determinadas solamente por los hechos sino que la forma lingüística misma impone ciertas argumentaciones y no otras” (Tradução nossa).

⁴⁵ Do grego *lugar comum*.

⁴⁶ “El sentido del enunciado no es más que el resultado de las diferentes voces que allí aparecen” (DUCROT, 1990, p. 16), ou seja, em um mesmo enunciado estão presentes vários sujeitos com status linguísticos diferentes: o sujeito empírico, o locutor, os enunciadores; o que contraria a concepção tradicional da unicidade do sujeito falante, que para cada enunciado há somente uma pessoa que fala.

ser valente. A partir disso, é possível perceber que a palavra não remete a um conceito, mas a um conjunto de *topos*, ou seja, a uma gama de princípios avaliativos das ações humanas que dizem respeito a uma determinada sociedade, em determinada época.

Nessa fase da teoria, Ducrot (1990) afirma que o *topos* tem três características fundamentais: é comum, geral e gradual. Sua universalidade consiste no seu compartilhamento pela coletividade, ou seja, é um princípio ou uma crença comum, pelo menos, ao locutor e ao interlocutor. Sua generalidade refere-se à possibilidade de aplicação em diferentes situações discursivas semelhantes àquela em que é utilizado, como no caso do exemplo anterior da valentia. A gradualidade do *topos*, por sua vez, tem relação com a correspondência entre os segmentos P e Q em duas escalas de valores, que, embora não idênticas, se relacionam: quando uma escala é percorrida, a outra também, como pode ser observado no seguinte exemplo: quanto mais estudo, tanto mais aprendo, em que há uma relação de graduação entre estudar e aprender. Tal fato levou Ducrot (1990) a explicitar também a questão das formas tópicas (FT), as quais foram de extrema importância tanto para justificar a escolha do *topos* quanto para o posterior desenvolvimento da ideia de bloco, incorporada por Carel (1995) à teoria. Entendam-se por FT, as possibilidades de sentido concebidas a partir do *topos* que determinada palavra ou expressão da língua evoca. Ao falar dos *topoi*, Ducrot (1990, p. 128) postulou que cada um deles “[...] pode apresentar duas formas rigorosamente equivalentes do ponto de vista lógico”⁴⁷, ou seja, duas formas recíprocas, admitidas a partir da seguinte concepção: quanto mais se avança em P, tanto mais se avança em Q, e vice-versa, porque há uma equivalência entre elas: não se pode admitir uma e rechaçar a outra. O autor esquematizou-as assim:

FT1: + P, + Q	FT1: + P, - Q
T1	T2
recíproca de	recíproca de
(<i>topos</i>) FT2: - P, - Q	(<i>topos</i>) FT2: - P, + Q
contrário de	

Como exemplo de aplicação das FT, considerem-se os seguintes enunciados:

T1: Trabalho conduz à riqueza (*princípio do trabalhador*)

⁴⁷ “[...] puede tener dos formas rigorosamente equivalentes desde el punto de vista lógico” (Tradução nossa).

Mais trabalha, mais rico

Menos trabalha, menos rico

T2: Trabalho afasta da riqueza (princípio do vagabundo)

Mais trabalha, menos rico

Menos trabalha, mais rico

Com base nos exemplos, percebe-se que os enunciados expressos pela FT2 caracterizam-se como não possíveis de acontecer, visto que alguns sentidos ou *topoi* não se encontram na sociedade, portanto, são considerados apenas como virtualidades da língua. Tal constatação levou Ducrot e seguidores a articular, na descrição linguística, a Teoria dos *Topoi* com a Teoria da Polifonia, especialmente após terem encontrados problemas com a descrição de algumas palavras, em especial com os pares de adjetivos *generoso* e *avarento*, *econômico* e *gastador*, quando conectados pela expressão *até mesmo*.

Há muito tempo se admite que existam grupos de adjetivos unidos entre si por relações muito gerais. É o caso, por exemplo, do conjunto dos quatro adjetivos *generoso* (*Ge*), *avarento* (*A*), *econômico* (*E*) e *gastador* (*G*). Todo mundo sente que esses adjetivos constituem uma estrutura única. Porém, o difícil é definir as relações que organizam essa estrutura (DUCROT, 1990, p. 136, grifo do autor)⁴⁸.

Na verdade, durante a descrição de *econômico* e *avaro*, Ducrot (1990) percebeu que esses adjetivos não faziam referência ao mesmo *topos*, mas a *topoi* opostos. Então, recorreu à noção de polifonia, a partir da qual cada um desses adjetivos apresentaria dois pontos de vista diferentes: o da pessoa de quem se fala e o do locutor que a julga, que seriam descritos no discurso com a convocação de diferentes FT. Nessa perspectiva, cada *topos* em questão convocaria duas FT diferentes, sendo uma *quanto mais p* e a outra *quanto menos p*. No caso específico dos adjetivos em foco, Ducrot afirma que *avarento* e *generoso* se referem ao mesmo *topos*, ao passo que *avarento* e *econômico* se referem a *topoi* opostos, porque, o *topos* do adjetivo *econômico*

⁴⁸ “Desde hace mucho tiempo se admite que existan grupos de adjetivos unidos entre sí por relaciones muy generales. Es el caso por ejemplo del conjunto de los cuatro adjetivos *generoso* (*Ge*), *avaro* (*A*), *económico* (*E*) y *gastador* (*Ga*). Todo el mundo siente que estos adjetivos constituyen una estructura única. Pero lo difícil es definir las relaciones que organizan esa estructura” (Tradução nossa).

desvaloriza o ato de gastar, ao passo que o *topos* convocado pela palavra *avarento* o valoriza. Ao unir essa descrição à noção de polifonia, Ducrot (1990, p. 141, grifo do autor) afirma que

cada um desses adjetivos apresentaria por conseguinte dois pontos de vista diferentes: o da pessoa de quem se fala e o do locutor que julga tal pessoa. Isto explicaria porque o adjetivo *econômico* serve para fazer um elogio, dado que o ponto de vista da pessoa de quem se fala é idêntico ao do locutor [...] Compreende-se da mesma maneira porque a palavra *avarento* serve para fazer uma crítica: os pontos de vista são opostos⁴⁹.

A esse respeito, o autor mostra, ainda, ser possível fazer uso da expressão *et même* (até mesmo) na união desses adjetivos, o que justifica-se pelo fato de que, quando se trata do ponto de vista da pessoa de quem se fala, não do meu próprio ponto de vista, esse conector une dois pontos de vista E1 e E'1, que estão baseados no mesmo *topos* e, ainda, na mesma FT⁵⁰. Contudo, segundo Ducrot (1990, p. 142, grifo do autor), “[...] a palavra *avarento* convoca a forma tópica com uma força superior àquela que faz alusão ao adjetivo *econômico*”⁵¹. Ao relacionar a teoria da Argumentação na Língua com a noção de polifonia, ou seja, das *vozes que emergem do discurso*, a fim de melhor apreender a descrição dos adjetivos em questão, Ducrot (1990) já parece estar se dando conta de que os enunciadores ou os pontos de vistas expressos no discurso, os quais o locutor aceita, rejeita e com os quais se identifica, são os diferentes aspectos do bloco semântico, ou seja, trata-se dos aspectos recíprocos, conversos e transpostos, que podem ser apenas contrários ou opostos quanto à interdependência semântica entre A e B (CAREL; DUCROT, 2008)⁵². Tal fato pode ser constatado a partir da seguinte afirmação:

[...] a solução consiste em relacionar de maneira muito estreita a polifonia e a argumentação [...], pois adjetivos como *econômico* e *avarento* seriam polifônicos [...] e

⁴⁹ “Cada uno de esos dos adjetivos presentaría por consiguiente dos puntos de vista diferentes: el de la persona de quien se habla y el del locutor que juzga tal persona. Eso explicaría por qué el adjetivo *económico* sirve para hacer un elogio dado que el punto de vista de la persona de quién se habla es idéntico al del locutor [...] Se comprende de la misma manera por qué la palabra *avaro* sirve para hacer una crítica: los puntos de vista son opuestos” (Tradução nossa).

⁵⁰ Fato que, com o avanço da teoria, é substituído pela noção de bloco semântico e aspectos argumentativos, disponibilizada pela TBS.

⁵¹ “[...] la palabra *avaro* convoca la forma tópica con una fuerza superior a la fuerza a que hace alusión el adjetivo *económico* (Tradução nossa).

⁵² Conforme seção 2.3.

apresentariam por sua vez dois pontos de vista, que descrevi como a convocação de formas tópicas (DUCROT, 1990, p. 142, grifo do autor)⁵³.

Embora a Teoria dos *Topoi* tenha possibilitado um avanço significativo para a ADL, especialmente por ter permitido, por meio da polifonia, ampliar as descrições semânticas de palavras importantes como, por exemplo, dos adjetivos, foi a partir das reflexões teóricas de Marion Carel, (1995), que a teoria teve um novo direcionamento. Carel (1995), em sua tese de doutorado, postulou que a argumentação não apenas se agrega ao sentido, mas o constitui, supondo, desse ponto de vista, uma dependência entre dois segmentos (A e B), sem a necessidade de que um processo informativo se estabeleça entre eles. Isso porque, ao utilizar a noção de *topos*, Ducrot e Anscombe (1983) baseavam as relações argumentativas em princípios que não são exatamente de ordem linguística, ou seja, em fatos e/ou crenças do mundo, o que não estava de acordo com o princípio saussureano, segundo o qual só se estuda a língua a partir dela mesma (CAREL; DUCROT, 2005, p. 13). É esse fato que será tratado na próxima seção.

2.3 Teoria dos Blocos Semânticos

Como o trabalho será fundamentado, sobretudo, na terceira fase da teoria, a Teoria dos Blocos Semânticos (TBS), e na sua fase mais *recente*, a Teoria Polifônica Ampliada, descrever-se-ás em seção própria.

A partir de 1995, Carel e Ducrot passaram a desenvolver a TBS, para a qual “[...] o sentido de uma expressão qualquer, seja ela uma palavra ou um enunciado, está constituído por discursos que essa expressão evoca. A esses discursos chamamos de encadeamentos

⁵³ “[...] la solución consiste en relacionar de manera muy estrecha la polifonía y la argumentación [...], pues adjetivos como *económico* y *avaro* serían polifónicos [...] y presentarían a la vez dos puntos de vista que he descrito como la convocación de formas tópicas” (Tradução nossa).

argumentativos” (CAREL; DUCROT, 2005, p. 29)⁵⁴, que são do tipo X CON⁵⁵ Y. Em outras palavras, trata-se, na verdade, de encadeamentos entre dois segmentos (X e Y) ou predicados⁵⁶ (A e B), unidos tanto pelo conector *DONC* (DC)⁵⁷ quanto pelo conector *POURTANT* (PT)⁵⁸, os quais, por serem unidades semânticas básicas de mesma natureza, exprimem um ponto de vista apenas, que compõe o que se chama de “sentido unitário” do bloco semântico, ou seja, que expressa a interdependência semântica entre esses predicados, uma vez que o segundo segmento só adquire sentido em relação ao primeiro, e vice-versa.

É necessário esclarecer aqui que, para a TBS, esses encadeamentos não exprimem nenhum progresso informativo, apenas argumentativo, isto é, esse ponto de vista reforça o caráter argumentativo, não atributivo ou conotativo da linguagem, tal qual é concebido por outras teorias linguísticas. Ainda, cabe lembrar que os encadeamentos construídos a partir do DC são os mais gerais e comuns, chamados de “normativos”; já os formados a partir do PT são mais inusitados e constituem o novo, o surpreendente, o não habitual da argumentação, por isso chamados de “transgressivos”. Como exemplo desses encadeamentos, podem-se citar os seguintes exemplos:

NORMATIVOS: (1´) Estou com pressa de chegar em casa, *portanto* corro.

(1´´) Estou com pressa de chegar, *então*, corro.

(1´´´) Corro *porque* estou com pressa de chegar.

⁵⁴ “[...] el sentido de una expresión cualquiera, sea ella una palabra o un enunciado, está constituido por los discursos que esa expresión evoca. A estos discursos los llamamos encadenamientos argumentativos” (Tradução nossa).

⁵⁵ Leia-se CONECTOR.

⁵⁶ Em um estudo de Carel (2005, apud SANTOS, 2008, p. 58) sobre a predicação, é explicitada a relação existente entre o sujeito e o predicado, e sua importância para o resgate do sentido do enunciado. “Carel (2000, 2005) apresenta a predicação do ponto de vista da Teoria dos Blocos Semânticos, classificando-a em dois tipos, os quais se distinguem pela origem do bloco semântico expresso pela frase. Em algumas frases o bloco provém de um dos grupos - sujeito ou verbo. Nesse caso, temos a predicação centrada no grupo do sujeito gramatical e a predicação centrada no grupo verbal, respectivamente. Em outras, o bloco é constituído por ambos os grupos, originando o que ela chama de predicação conectiva. A predicação é considerada centrada no grupo verbal quando a AI e a AE da oração dependem da AI ou da AE do verbo [...] A predicação conectiva, de acordo com Carel (2005), ocorre quando o bloco da AI de um enunciado é constituído a partir de um termo do grupo do sujeito e um termo do grupo verbal. Pode ser do tipo normativa, em DC, ou transgressiva, em PT. O estudo dessa predicação restringe-se, portanto, à argumentação interna” (SANTOS, 2008, p. 58-60). Esses conceitos serão retomados e mais bem explicitados durante a análise dos discursos selecionados (cf. seção 4.2).

⁵⁷ PORTANTO, em português, podendo significar também: LOGO, ENTÃO, PORQUE, VISTO QUE, POIS, UMA VEZ QUE, etc.

⁵⁸ MESMO ASSIM, em português, podendo significar também: EMBORA, MAS, CONTUDO, NO ENTANTO, AO MESMO TEMPO QUE, etc.

TRANSGRESSIVOS: (1´) Tenho pressa de chegar, *no entanto*, não corro.

(1´´) *Embora* tenha pressa de chegar, não corro.

(1´´´) Tenho pressa de chegar, *mas* não corro.

Segundo os autores, os predicados A e B ou os segmentos X e Y, quando combinados com a negação, podem ser reagrupados em oito aspectos argumentativos, formando dois blocos de quatro aspectos cada um: o bloco 1 (BS1) comporta os aspectos A PT NEG B; A DC B; NEG A PT B; NEG A DC NEG B; o bloco 2 (BS2) compreende os aspectos A DC NEG-B; NEG-A DC B; NEG-A PT NEG-B; A PT B. A partir de cada bloco, podem-se colocar os quatro aspectos nos quatro ângulos de um *quadrado argumentativo*, e definir entre eles três relações formais: de reciprocidade, conversão e transposição.

Antes de explicitar melhor cada uma delas, faz-se necessário tecer algumas considerações sobre o *quadrado aristotélico*, que inspirou Carel e Ducrot (2005) a realizar suas descrições linguísticas com base no “quadrado argumentativo”, o qual toma as relações semânticas entre os quatro aspectos de um mesmo bloco, BS1, e os quatro aspectos do bloco contrário, BS2 (como será explicitado mais adiante, ainda nesta seção).

O *quadrado aristotélico* comporta quatro expressões, a partir das relações de contrariedade, contradição, subcontrariedade e implicação. Ducrot (1990) exemplifica essas relações por meio dos adjetivos *gastador* e *generoso*, que, desse ponto de vista, seriam implicações unilaterais, pois ser *gastador* implica ser obrigatoriamente *generoso*, mas ser *generoso* não implica obrigatoriamente ser *gastador*. Em outras palavras, de acordo com essa descrição, esses pares também estariam numa relação sinonímica, uma vez que, se se é *gastador*, forçosamente se é *generoso*; o mesmo sendo válido para *avarento* e *econômico*. Já a relação entre os pares *gastador* e *avarento*, e *generoso* e *econômico* é descrita como sendo de contrariedade, de oposição, visto que se encontrariam em uma relação de antonímia, na qual *gastador* seria exatamente o oposto ou o contrário de *avarento*, o mesmo ocorrendo com *generoso* e *econômico*. Observe-se tal descrição no *quadrado aristotélico* apresentado a seguir na figura 1:

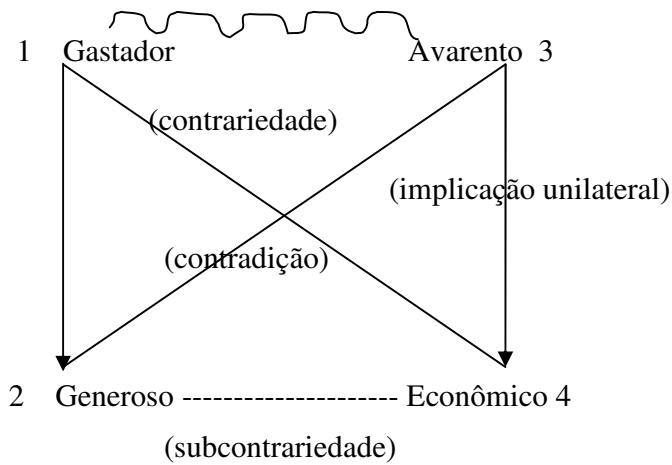
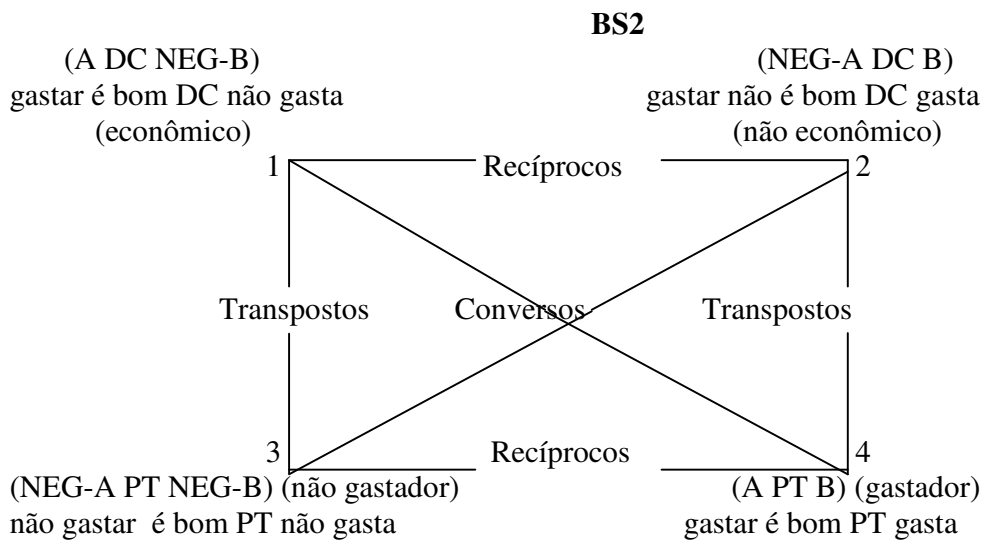
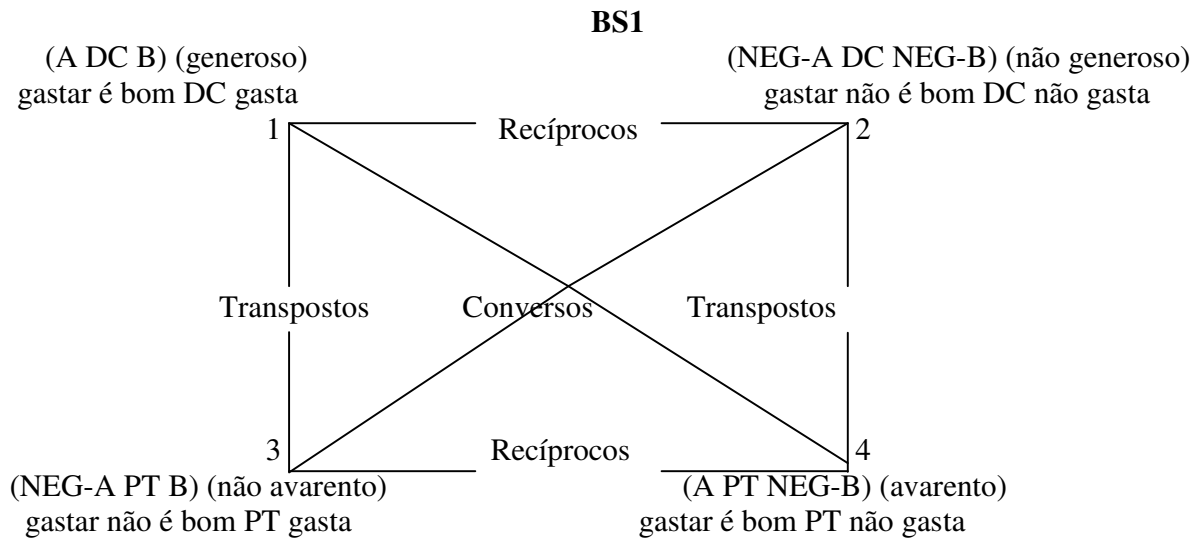


Figura 1 – Quadrado Aristotélico

Fonte: DUCROT, 1990, p. 137.

Após ter situado os fundamentos que norteiam a designação do *quadrado argumentativo* na TBS, pode-se proceder à caracterização das três relações que se estabelecem entre seus ângulos ou os seus aspectos argumentativos (cf. BS1 mostrado na sequência). Assim, conforme Carel e Ducrot (2005), pode-se afirmar que *a relação de reciprocidade* se dá entre os aspectos (1) e (2), e (3) e (4), pela negação do termo positivo, que se encontra do outro lado, e da conservação do conector; já *a conversão* ocorre na diagonal entre os aspectos (1) e (4), e (2) e (3), por meio da conservação do primeiro termo A em ambos os ângulos do quadrado, com a troca do conector normativo pelo transgressivo, e a negação do segundo termo B; e a *transposição*, que acontece, por sua vez, entre os aspectos (1) e (3), e (2) e (4), uma vez que, ao passar de (1) a (3), bem como de (2) a (4), deve-se negar o termo A, trocar o conector e manter o termo B. Essas relações estão figuradas nos seguintes quadrados argumentativos, que permitem a descrição dos mesmos pares de adjetivos⁵⁹ tanto a partir do BS1 quanto do BS2, os quais já foram referidos anteriormente:

⁵⁹ Lembramos aqui que optamos pela exemplificação e, conseqüente, descrição dos mesmos pares de adjetivos: *gastador* e *generoso*, e *avarento* e *econômico*, no quadrado aristotélico e argumentativo, a fim de melhor situar a descrição argumentativo-polifônica, que nos propomos a usar na análise do *corpus* deste estudo.



Pela descrição de tais adjetivos, percebe-se que, no BS1, são encadeamentos argumentativos conversos (1) e (4), e (2) e (3), visto que cada par corresponde ao encadeamento argumentativo normativo e transgressivo do mesmo bloco, tomado positiva ou negativamente; já os encadeamentos argumentativos (1) e (3), bem como (2) e (4) são transpostos, uma vez que cada um deles também corresponde ao transgressivo e normativo do mesmo bloco. Nessa descrição, se comprova a relação entre os adjetivos em questão: *generoso* e *avarento*, os quais, segundo Ducrot (1990), convocavam o mesmo *topos*; e foram, com a evolução da teoria,

considerados provenientes dos aspectos conversos do mesmo bloco semântico, que, neste caso, expressa a *valorização do ato de gastar*. Do mesmo modo, pode-se dizer que, no BS2, são encadeamentos argumentativos conversos (1) e (4), e (2) e (3), visto que cada par corresponde ao encadeamento argumentativo normativo e transgressivo do mesmo bloco, tomado de forma positiva ou negativa; já os encadeamentos argumentativos (1) e (3), bem como (2) e (4) são os aspectos transpostos desse mesmo bloco. Nesse sentido, ainda, comprova-se a relação entre os adjetivos em questão, *econômico* e *gastador*, que, segundo Ducrot (1990), convocavam o mesmo *topos*, a exemplo do que ocorria com o par de adjetivos descrito anteriormente; com a evolução da teoria, passam a ser considerados como provenientes do mesmo bloco semântico, onde está posta a questão da *desvalorização do ato de gastar*.

Como se pode notar, por meio da exemplificação anterior, a particularidade de cada um desses blocos é que a interdependência entre A e B é a mesma dentro dos quatro aspectos do mesmo bloco, sendo completamente distinta dos demais aspectos do outro bloco, porque há orientações argumentativas que remetem a aspectos de um mesmo bloco e outras que levam a um bloco diferente, como se mencionou anteriormente. Por fim, cabe salientar que os *encadeamentos argumentativos ou argumentações* podem estar relacionados às demais entidades semânticas do discurso tanto de modo interno quanto externo, ou seja, “[...] toda a entidade linguística possui duas argumentações: uma argumentação interna e uma argumentação externa” (CAREL; DUCROT, 2005, p. 62)⁶⁰.

Entenda-se por argumentação externa (AE) de uma entidade linguística a “pluralidade de discursos que podem seguir uma entidade lexical”⁶¹ (FLORES, 2009, p. 50). Logo, trata-se dos encadeamentos argumentativos dos quais essa entidade é um segmento: se a entidade lexical ou expressão, como, por exemplo, *ter pressa*, for o primeiro segmento do encadeamento, isto é, seu suporte⁶² ou ponto de origem, fala-se de argumentação externa à direita: *e CON X*, a partir da qual são expressas as consequências de *ter pressa*: *ter pressa DC dirigir rapidamente*. Se essa entidade (*ter pressa*, por exemplo) for o segundo segmento do encadeamento, ou seja, seu aporte

⁶⁰ “[...] toda entidad lingüística posee dos argumentaciones: una argumentación interna y una argumentación externa” (Tradução nossa).

⁶¹ Entenda-se por entidade lexical qualquer palavra ou expressão atualizada no discurso.

⁶² Cabe ressaltar que, na fase *standard* da teoria, o suporte é chamado de “pressuposto” e o aporte constitui o seu *posto*. Na seção 2.4, tratar-se-á dessa modificação e dos motivos que a tornaram necessária.

ou seu conseqüente, fala-se de argumentação externa à esquerda: X CON *e*, a partir da qual se tem indicada a causa de *ter pressa*: *dirigir rapidamente DC ter pressa*. Em outras palavras, nesse tipo de argumentação a entidade linguística sempre forma parte dos encadeamentos externos que a descrevem, os quais, por sua vez, sempre aparecem em pares, em DC (normativo) e PT (transgressivo), porque “[...] uma expressão, por exemplo, uma palavra ou uma frase, consideradas como entidades da língua, não podem evocar, como seu aspecto anterior ou posterior, um encadeamento normativo sem evocar ao mesmo tempo o encadeamento transgressivo correspondente – e inversamente” (CAREL; DUCROT, 2008, p. 10).

A argumentação interna de uma entidade *e* (*AI*), por sua vez, está constituída por certos aspectos que pertencem aos encadeamentos argumentativos que a reformulam ou parafraseiam, também chamados de “parafrásticos” (evocações do enunciado). Diferentemente da *AE*, a *AI* não é constituída por encadeamentos que contêm a entidade *e* como segmento constitutivo, como é o caso da argumentação interna da palavra *prudente*, que é *perigo DC precaução*, e não a contém como elemento constitutivo. Ainda, cabe ressaltar que ela pode apresentar aspectos que não são obrigatoriamente em duplas: “[...] pode haver um aspecto, sem que haja principalmente nem seu converso, nem seu transposto. Mas isso não impede que possa haver vários aspectos na argumentação interna da mesma frase” (CAREL; DUCROT, 2008, p. 17).

Certamente, todas essas noções de encadeamento argumentativo, bloco semântico, aspectos argumentativos do bloco, argumentação interna e externa, postas à disposição pela TBS, deram um novo impulso à teoria. Associem-se a isso novos conceitos, como o da negação comum e da negação metalinguística, bem como a reformulação e a reutilização das principais acepções de polifonia num quadro que a combina com a TBS (CAREL; DUCROT, 2008), o que está permitindo, cada vez mais, contemplar não mais apenas a descrição de palavras, expressões, frases ou enunciados, mas realizar a análise dos discursos, que são a realização máxima da linguagem humana. Nesse sentido, a seção seguinte aborda a fase recente da teoria, que já começa a ser chamada de Teoria Polifônica Ampliada e abre novos horizontes para o trabalho com a semântica argumentativa, de modo geral.

2.4. Teoria Polifônica Ampliada

Com base nas ideias expressas no artigo *Descrição argumentativa e descrição polifônica: o caso da negação* (2008), pode-se afirmar que Carel e Ducrot parecem estar iniciando outra fase da teoria⁶³, a qual agrega as descrições polifônicas às noções da TBS e seus desdobramentos, a partir da concepção de que a significação de uma entidade semântica qualquer são os aspectos que lhe estão associados, que a constituem, ou que são expressos por ela, ou seja, são os *pontos de vista* associados aos enunciadores, os quais introduzem e constituem encadeamentos argumentativos no universo do discurso, que é sua fonte. É nesse sentido que os próprios autores afirmam que “dar o significado de uma expressão é associar-lhe diferentes argumentações que são evocadas por seu emprego” (CAREL; DUCROT, 2008, p. 10). Tais argumentações dependem das atitudes que o locutor toma diante dos enunciadores, como assumir, concordar ou se opor e assimilá-los a determinados seres, “[...] fazendo intervir seus pontos de vista: assumir um enunciador E é atribuir à enunciação o papel de impor o ponto de vista de E” (2008, p. 9).

Assim, de acordo com Carel e Ducrot (2008), o enunciador é, em relação ao universo discursivo, a fonte das diferentes argumentações ou encadeamentos. Contudo, “[...] não há enunciadores “metalinguísticos” que fariam um julgamento sobre outros enunciadores, dizendo, por exemplo, que um se opõe ao outro” (2008, p. 10). Faz-se necessário neste ponto esclarecer que essa é uma das grandes diferenças entre a Teoria Polifônica *Standard* e a Ampliada. Em outras palavras, trata-se do fato de não haver mais três *atitudes* tomadas pelo locutor perante os enunciadores – aceitar, rejeitar e identificar – visto que o posicionamento de assumir não implica, necessariamente, a assimilação a determinado ser. Ainda em relação a essa *atitude* do locutor (de assimilar o ponto de vista do enunciador a determinado ser), os autores apontam que “o ponto de vista – imposto no assumir, ou mantido na concordância – deve ser definido, levando-se em conta a identidade do enunciador, isto é, a assimilação da qual ele foi objeto [...]; é o que os autores chamam de “ponto de vista do enunciador” enquanto ponto de vista da personagem à qual o enunciador é assimilado” (2008, p. 10). É o que se verifica nos seguintes enunciados: (1)

⁶³ Chamada de Semântica Polifônica pelos autores.

“Segundo os bons estudantes, o exame era fácil”. (2) “Até mesmo para os maus estudantes, o exame era fácil” (CAREL; DUCROT, 2008, p. 9), analisados por eles. Confira-se:

Dizendo “segundo os bons estudantes, o exame era fácil”, assume-se, dissemos, o enunciador “bons estudantes” e pretende-se impor seu ponto de vista, a saber a facilidade do exame. Mas é preciso ver que não se impõe a ideia pura e simples – que aliás não tem nenhum sentido, para nós – de que o exame era fácil. Trata-se da facilidade do exame no discurso dos “bons estudantes”. Para dizer as coisas de modo mais intuitivo, menos discursivo (e, portanto, para nós, mais aproximativo), o locutor do enunciado em questão não afirma a facilidade do exame, mas sua facilidade “relativa”, sua facilidade “para os bons”. A facilidade que o locutor introduz no universo do discurso seria completamente diferente se o enunciado fosse “até mesmo para os maus estudantes, o exame era fácil” (CAREL; DUCROT, 2008, p. 9, grifo dos autores).

Note-se que essa exemplificação, além de esclarecer o que se deve entender por assumir e assimilar, também apreende o uso da expressão *até mesmo*, por meio da qual outro tipo de facilidade é atribuído ao exame: embora se tratasse dos maus estudantes, eles conseguiram se sair bem em virtude da facilidade do exame, a qual difere daquela expressa do ponto de vista dos bons estudantes. Logo, conclui-se tratar-se de uma facilidade *relativa*, a qual só adquire sentido por meio dos encadeamentos argumentativos, expressos tanto em (1) quanto em (2).

Segundo os bons estudantes, o exame era fácil. Confira-se: *bons estudantes DC exame fácil; maus estudantes DC exame difícil*; a facilidade do exame é apenas para os bons estudantes; logo, trata-se de um exame, na verdade, difícil.

Até mesmo para os maus estudantes, o exame era fácil. Tem-se: *maus estudantes PT exame fácil*. Neste caso tem-se o inusitado desse discurso, que ocorre por meio do “até mesmo”, da negação do suporte (negação metalingüística⁶⁴) e da troca do conector DC por PT.

Outro acréscimo significativo trazido à TBS pela Teoria Polifônica Ampliada diz respeito às sequências de dois enunciados ligados por um conector, isto é, ao pressuposto e ao seu posto, os quais passaram a ser chamados pelos autores de “suporte e aporte”, respectivamente. Nessa perspectiva, “[...] o suporte seria o antecedente, o anterior, da conexão; o outro é o aporte, o consequente, o posterior” (CAREL; DUCROT, 2008, p. 9). Neste sentido, deve-se enfatizar que,

⁶⁴ Esse tipo de negação será explicitado ainda nesta seção.

ao explicitar a relação do suporte e do aporte com os predicados A e B, como orientações argumentativas, os autores evitam que se possa vir a aproximá-los das FT utilizadas durante a Teoria dos *Topoi*, uma vez que os descrevem como *argumentações* ou *encadeamentos argumentativos*, que, por constituírem os átomos da significação, fazem-se presente nas relações entre os signos linguísticos que estão na base de todo significado.

Ainda se pode afirmar que essa nova fase da teoria também está contribuindo para uma noção mais elaborada da negação, a qual, às vezes, dificultava bastante a descrição semântica de algumas palavras, como, por exemplo, do par de adjetivos *generoso* e *gastador*, especialmente quando articulados pela expressão *e até mesmo*. A fim de promover uma demonstração clara desse tipo de análise argumentativo-polifônica, considere-se o seguinte enunciado: *Ele é generoso e até mesmo gastador*. Pode-se afirmar que no enunciado *ele é generoso* tem-se um enunciador em *generoso*, cujo ponto de vista é um aspecto expresso tanto na AI da frase: *gastar é bom DC gasta* quanto na sua AE: à esquerda, tem-se o aspecto *é generoso DC gasta* e à direita, tem-se *gasta DC é generoso*. Com base nessas argumentações, pretende-se impor o ponto de vista favorável à generosidade da pessoa. Porém, não se trata da pura e simples ideia de que alguém é generoso porque simplesmente tem dinheiro e gosta de gastar consigo mesmo ou com as outras pessoas. Trata-se da questão de ser *generoso*, com base no suporte de que *gastar é bom*, ou seja, o locutor valoriza o ato de gastar em si. Esse enunciador também se encontra no enunciado negativo *ele não é generoso*, que, recusado pelo locutor, é confrontado com outro enunciador próprio da negação e que, habitualmente, o locutor assume. Logo, se um dos aspectos expressos no enunciado *ele é generoso é gastar é bom DC gasta (A DC B)*, no enunciado negativo *ele não é generoso* encontra-se o aspecto *gastar é bom PT não gasta (A PT NEG-B)*, no sentido de que, mesmo sendo bom, alguém resiste e não gasta.

Nessa perspectiva, segundo Carel e Ducrot (2008), o tratamento da negação, numa perspectiva que combina a descrição polifônica e a concepção argumentativa desenvolvida pela TBS, constitui um caso diferenciado, o qual pode ser explicado, por meio da seguinte regra:

[...] os aspectos expressos na argumentação externa de um enunciado negativo são recíprocos daqueles expressos na argumentação externa do enunciado positivo correspondente (enquanto aqueles expressos nas argumentações internas são conversos um do outro) (2008, p. 16).

Em outras palavras, desse ponto de vista, cada aspecto em DC está associado a um aspecto em DC mais NEG, e vice-versa, os quais seriam os seus recíprocos. Assim, tem-se: *AE* à direita (A DC B / NEG-A DC NEG-B) e *AE* à esquerda (A DC B / NEG-A DC NEG-B). É o que se pode observar numa das possíveis argumentações externas da palavra *prudente*: à direita tem-se *prudente DC segurança*, assim como *não prudente DC não segurança*, à esquerda pode-se encadear: *tem medo DC prudente*, e *não tem medo DC não prudente*.

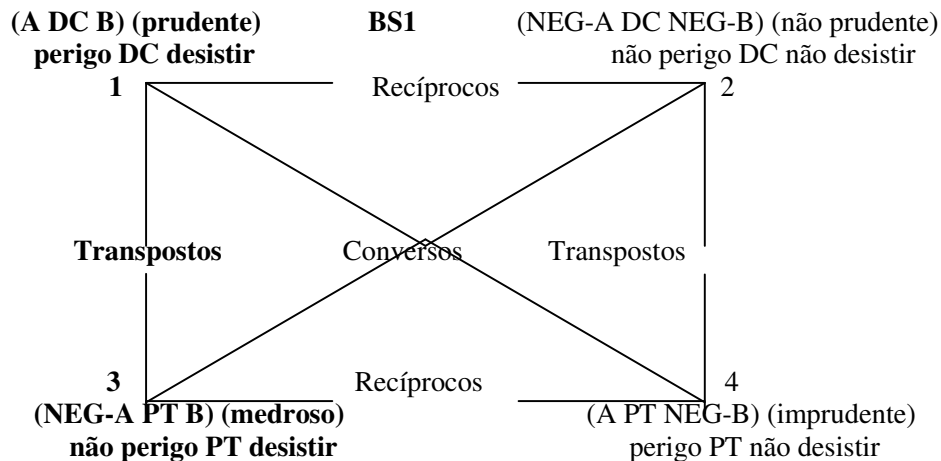
Inicialmente, Carel e Ducrot (2005) afirmavam que os aspectos da *AI* de uma entidade linguística poderiam ser apenas recíprocos: A DC B / NEG-A DC NEG-B, ou NEG-A PT B / A PT NEG-B, ou seja, que seriam sempre em pares positivos e negativos do mesmo bloco semântico. Com o avanço da teoria, porém, passaram a afirmar que ela pode apresentar aspectos conversos para a negação e também transpostos: “[...] essas relações correspondem aos diferentes modos pelos quais os aspectos expressos pela enunciação negativa são ligados aos das enunciações positivas”. (CAREL; DUCROT, 2008, p. 17). Segundo os autores, ainda,

aos diferentes aspectos da argumentação interna da frase corresponde, no enunciado, o mesmo número de enunciadores. Em compensação uma escolha é feita, no nível do enunciado, no interior da argumentação externa da frase: só é mantido um dos dois aspectos conversos da argumentação externa à direita e um dos dois aspectos transpostos da argumentação externa à esquerda (2008, p. 17).

Com base nessa nova caracterização dos aspectos convocados, especialmente pela negação, Carel e Ducrot (2008) diferenciam o que chamam de “negação metalinguística” da “negação comum”, que seria a caracterizada apenas pela transformação dos aspectos conversos do mesmo bloco semântico, que conserva o suporte e nega o aporte. Por terem o mesmo suporte, pode-se afirmar que derivam do mesmo bloco semântico, o que não quer dizer que nos demais aspectos do bloco haja essa mesma interdependência entre o suporte A e o aporte B. Como afirmam os autores, “na negação comum, para descrever o enunciado negativo ‘não p’, só eram utilizados dois enunciadores ligados, a um ‘p’, outro à recusa de ‘p’” (2008, p. 11). Hoje, com a TBS, considera-se que, se a parte *positiva p* é descrita por três tipos de entidades argumentativas, há de se associá-la a, pelo menos, três enunciadores, porque os pontos de vista desses *enunciadores positivos* são transformados de modo diferente pela negação. A esse respeito, Carel e Ducrot (2008, p. 11, grifo dos autores) afirmam que,

do mesmo modo, os enunciadores ligados ao caráter negativo do enunciado serão, também eles, pelo menos três, cada um dos quais “responde” a um dos enunciadores positivos. [...] Na verdade, há algumas regras, a partir das quais, o aspecto que é o ponto de vista de um enunciador positivo se transforma para constituir o ponto de vista do enunciador negativo correspondente.

Essa é a noção de negação metalinguística, agregada à TBS a partir da concepção de enunciados polifônicos, que foi retomada e reformulada por Carel e Ducrot (2008), com base nas noções já existentes de negação e de não reciprocidade dos aspectos do bloco. Tome-se o seguinte enunciado: *João não é prudente, ele é medroso*. Tem-se como AI de *prudente*: *perigo DC desistir*; *não perigo DC não desistir*; e de “medroso”: *não perigo PT desistir*; *perigo PT não desistir* (neste caso, tem-se caracterizada a AI de outra palavra: *imprudente*). Como pode ser percebido no exemplo, esse tipo de negação ocorre por transposição⁶⁵, isto é, convoca os aspectos transpostos do bloco⁶⁶, correspondendo, no tratamento argumentativo, àquilo que o tratamento habitual chama de “destruição dos pressupostos”, os quais têm em seu suporte *negativo* (NEG-A), como se pode conferir no bloco semântico formado:



⁶⁵ “[...] um elemento [...] idêntico ao suporte dos encadeamentos ligados ao enunciado positivo. Mas isso não significa que se trata de uma noção absoluta, concebível independentemente dos encadeamentos argumentativos. Como dissemos, quando apresentamos o conceito de “bloco”, todos os aspectos de um bloco estabelecem a mesma interdependência semântica entre os segmentos A e B do suporte e do aporte, que esses elementos sejam ou não acompanhados de uma negação” (CAREL; DUCROT, 2008, p. 14-15, grifo dos autores).

⁶⁶ “[...] esse tipo de negação não transforma um aspecto em seu converso, mas em seu transposto [...] Assim, ‘João não continua a fumar’, na interpretação metalinguística, focada aqui, exprime na sua argumentação interna o aspecto NEG ter fumado PT fumar (aspecto que se encontra na argumentação interna do verbo “começar”). Trata-se do transposto do aspecto expresso pelo enunciado positivo (ter fumado DC fumar)” (CAREL; DUCROT, 2008, p. 14-15, grifo dos autores).

Figura 2 – Negação metalinguística
 Fonte: CAREL; DUCROT, 2008, p. 11

Ao falar dessa destruição dos pressupostos, os autores fazem referência às noções de *pressuposto* e *posto*, em que a Teoria Polifônica *Standard* se apoiou ao fazer deles os pontos de vista de dois enunciadore, perante os quais o locutor tem atitudes diferentes, a concordância e o assumir “[...] Assim, a negação conserva o pressuposto e inverte só o posto” (2008, p. 12). Note-se que essa destruição dos pressupostos, de que falam os autores, diz respeito à conservação do pressuposto e inversão do posto, que se aproxima mais, no tratamento argumentativo, ao que ocorre com a negação comum, na qual se têm a conservação do suporte e a negação do aporte. A fim de melhor compreender essa relação, observe-se o seguinte enunciado: *João não continua a fumar, ele está apenas começando*. No exemplo, a negação *ataca* os pressupostos do enunciado positivo *João fumava* e conserva o posto. Assim, pode-se afirmar que a *AI* de começar é *não ter fumado PT fumar*. Trata-se do transposto do aspecto expresso pelo enunciado positivo *ter fumado DC fumar*.

Por fim, tomando por base algumas considerações de Carel (2008), expressas no artigo *Análise argumentativa de uma fábula de La Fontaine*, de que (completar...), pode-se pontuar que o próprio emprego do conceito *argumentação* está, nesta nova fase da teoria, sendo ampliado e reformulado. Confira-se isso nas palavras da própria autora (2008, p. 19, grifo da autora):

Emprego aqui o termo “argumentação” de modo um pouco desviante, porque englobo assim dois tipos de discurso. De um lado, o que chamo discursos *normativos*, isto é, aqueles que comportam partículas como “portanto”, “porque” ou “se” – e que são classicamente qualificados como “argumentações”. Mas eu englobo também o que chamo discursos *transgressivos*, e que contêm partículas como “no entanto”, “até mesmo”, ou ainda “se bem que”. Estes últimos são geralmente vistos como mais complexos do que os discursos em “portanto” e são qualificados como “concessões”. A mim, me parece, ao contrário, que os discursos com “no entanto” e os discursos com “portanto” têm estruturas paralelas, e é por isso que eu falo nos dois casos de “argumentação”.

Como se pode perceber, a autora já não faz mais uma distinção quanto à natureza desses discursos; ao contrário, afirma que, por terem a mesma natureza argumentativa, formariam os dois casos de *argumentação*. Assim, os discursos transgressivos são discursos tão primitivos e

elementares quanto os discursos normativos, porque ambos constroem uma mesma *visão de N e de Q*, sem que um seja o fundamento do outro⁶⁷.

Crendo ter feito o delineamento necessário das bases teóricas da ADL, no capítulo seguinte faz-se um percurso teórico pelas noções de leitura pertinentes ao desenvolvimento deste estudo⁶⁸. Em outras palavras, de imediato, apresenta-se a perspectiva cognitivista de leitura, centrada nas estratégias cognitivas e metacognitivas de leitura, destacando-se a questão do título do texto, o qual recebe atenção especial por constituir o foco desta pesquisa. Na sequência, apresenta-se a questão da leitura à luz da semântica argumentativa, de modo a explicitar os princípios e conceitos teórico-metodológicos aplicados neste estudo à leitura dos discursos selecionados.

⁶⁷ Como esse aspecto não é relevante para este estudo, não será aqui aprofundado.

⁶⁸ Considera-se importante explicitar aqui que esse percurso teórico se faz necessário, uma vez que se busca neste estudo evidenciar que a leitura do ponto de vista da ADL pode contribuir muito para a compreensão textual tanto em língua materna quanto em língua estrangeira, como será evidenciado mais adiante.

3. LEITURA EM FOCO

Tendo em vista que o estudo aqui proposto se insere na área da leitura de textos, especialmente em língua estrangeira, este capítulo faz, primeiramente, um percurso pelas acepções cognitivistas de leitura, as quais estão centradas, sobretudo, nas estratégias cognitivas e metacognitivas, que consideram o título do texto de fundamental importância tanto para a leitura quanto para a produção textual, uma vez que facilita e direciona a compreensão do texto. Desse modo, contempla-se ainda uma seção que trata do título do texto como estratégia de leitura e produção textual. Na sequência, são apresentados os principais conceitos de leitura e do papel do leitor desenvolvidos por Oswald Ducrot (1990; 2005), Carel (2008) e Cláudio Delanoy (2008), com base na TBS. Por fim, trata-se do encapsulamento anafórico à luz da Linguística Textual e da TBS, tal como foi explicitado por Graeff (2007).

Tal percurso teórico faz-se necessário, uma vez que se acredita que a perspectiva cognitivista de leitura⁶⁹ sozinha não atende a todas as necessidades do leitor, especialmente daqueles menos proficientes em LE, em relação à apreensão do tema, que, do ponto de vista das estratégias de leitura, deveria aparecer expresso no título do texto, a fim de auxiliá-lo a compreender o texto. Por outro lado, pode-se afirmar que essa questão pode vir a ser bastante enriquecida do ponto de vista da ADL e de seus desdobramentos⁷⁰, visto que, com a descrição do bloco semântico constituído e dos aspectos argumentativos selecionados, pode-se explicitar com segurança a argumentação central do texto analisado, apontando, ainda, se está satisfatoriamente expressa ou encapsulada em seu título. Neste caso, o título pode ser satisfatoriamente classificado como uma estratégia de leitura e de produção textual.

⁶⁹ Entenda-se por perspectiva cognitivista também a abordagem instrumental de leitura, pela qual sempre tive grande interesse.

⁷⁰ Especialmente da TBS e da Teoria Polifônica Ampliada.

3.1 Leitura na perspectiva cognitivista

Considerando-se que “a leitura faz sentido quando os leitores podem relacioná-la ao que sabem e é interessante e relevante quando pode ser relacionada ao que o leitor quer saber” (SMITH, 1989, p. 84), pode-se afirmar que é uma experiência individual que não tem limites e que não depende somente da decodificação dos aspectos gráficos, mas de todo o contexto que tem uma relação íntima com a experiência de vida do indivíduo. Isso ocorre de tal forma que o leitor é capaz de associar o seu conhecimento linguístico e de mundo às pistas encontradas no texto, de modo a ajudá-lo a construir o seu significado. Goodman (1976), por sua vez, concebe a leitura, principalmente aquela em língua estrangeira, como um *jogo linguístico de adivinhação*, afirmando que

se ler é um jogo de adivinhações, mesmo quando a maior parte das palavras e convenções discursivas são familiares, será mais ainda um jogo de adivinhações quando grande parte das palavras e convenções discursivas forem desconhecidas ou pouco compreendidas (GOODMAN, 1976, p. 206).

Logo, se ler é esse permanente *jogo psicolinguístico de adivinhação*, do qual a palavra e o pensamento participam continuamente, apenas algumas informações do texto devem ser usadas; outras, desprezadas. Para tanto, tomam-se como base, inicialmente, alguns símbolos gráficos, mais ao nível da decodificação e, sobretudo, faz-se uso da habilidade de supor e predizer o conteúdo de um texto, de modo a realizar a sua compreensão.

Considerando-se, então, a compreensão de um texto como um aspecto indissociável da atividade de leitura, percebe-se que há inúmeros fatores que interferem nesse processo; dentre os quais, merecem destaque as habilidades linguísticas e cognitivas, a estrutura textual, as limitações da memória, o objetivo da leitura e o conhecimento prévio. Contudo, é necessário levar em conta o fato de que o ato de ler não é apenas um simples ato de decodificação de palavras, mas uma permanente construção de significados. Logo, “a compreensão depende de quão bem o autor constrói o texto e de quão bem o leitor o reconstrói e constrói o significado”. (GOODMAN, 1991, p. 12). É o que o autor chama de “modelo de leitura psicolinguístico”, posto que a leitura

passa de um processo de coleta de informações de uma página qualquer, letra por letra, palavra por palavra, para uma intensa compreensão de significados. Assim, um leitor eficiente emprega seu conhecimento prévio durante o ato da leitura para predizer o conteúdo do texto e confirmá-lo, ou não, durante a sua leitura.

Segundo Marcuschi (1996), a compreensão textual é, em grande parte, um processo dedutivo e inferencial, no qual os leitores constroem o sentido do texto partindo de informações textuais, isto é, reveladas pelo próprio autor, e não textuais, ou seja, conhecimento de mundo pelo leitor. Nesse sentido, o autor (1985) afirma que o processo de leitura também pode ser visto como um processo de seleção que não ocorre de forma linear, mas progride em pequenos blocos com avanços e predições, recuos para correções, e que pode não produzir compreensões definitivas.

Para Kleiman (1992), a leitura, e conseqüentemente a compreensão de um texto, é um processo interativo em que há a ativação do conhecimento prévio do leitor a fim de construir o sentido do que é lido. Assim, não pode haver compreensão sem a sua associação com esse tipo de conhecimento cognitivo⁷¹ baseado em modelos sobre como as informações são processadas: desde o material linguístico (percepção das letras) até o uso do conhecimento armazenado na memória, o que pode vir a facilitar ou a dificultar a compreensão de um texto qualquer, uma vez que essa prática reflete as crenças e os valores do grupo social ao qual a pessoa pertence.

Leffa (1996) afirma haver três tipos distintos de leitura. O primeiro deles diz respeito à leitura como um processo de representação, pois, embora não proporcione acesso direto à realidade, utiliza-se de elementos da realidade para reconhecer o mundo. O segundo tipo, que concebe a leitura como extração de significado a partir do texto, toma como ponto de partida a aceção de que há um significado único, exato, que pertence exclusivamente ao texto, o qual tem ênfase no produto final da compreensão. O último deles, por sua vez, considera que ler é atribuir significado ao texto, uma vez que percebe o leitor como a origem do significado, ou seja, ele seria responsável por preencher as lacunas do texto que são deixadas pelo autor com o seu conhecimento de mundo. Nessa perspectiva, pode-se asseverar que ler é interagir com o texto por

71 Widdowson (1983), em sua teoria do uso da linguagem, afirma haver dois tipos de conhecimento que o leitor utiliza no processo de compreensão textual. O conhecimento sistêmico seria sua competência linguística nos níveis sintático, lexical e semântico, ao passo que o conhecimento esquemático seria um conhecimento estereotipado, responsável pelas expectativas que os leitores têm sobre o que encontram no texto.

meio do conhecimento prévio, do conhecimento de mundo, bem como dos conhecimentos ortográficos, lexicais, sintáticos e semânticos que o leitor possui.

Além de todas essas acepções de leitura abordadas com base na Psicolinguística e na Linguística Aplicada, faz-se necessário salientar neste ponto a perspectiva interacional que a Linguística Textual tem assumido no Brasil, principalmente via Marcuschi, Kleiman e Koch, dentre outros autores que abordam a questão. Dessa ótica, citando-se Marcuschi (2005), pode-se postular que a leitura é um processo inferencial, pelo qual “os falantes ou ouvintes, partindo da informação textual e considerando o respectivo contexto, constroem uma nova representação semântica”. (MARCUSCHI, 2005, p.158). É o que Kleiman (1989) afirma ser responsabilidade tanto do autor quanto do leitor do texto, no sentido de que o autor deixa pistas suficientes no texto a fim de permitir ao leitor a reconstrução do caminho por ele percorrido. Ainda se pode, segundo Koch (2003), conceber a leitura como uma interação contínua entre os sujeitos ou interlocutores – autor e leitor – que dialogam com o texto. Nesse processamento textual, o leitor competente ativa diversos conhecimentos – linguísticos, enciclopédicos e interacionais – que “[...] mobilizam seus saberes quer de ordem linguística, quer de ordem sociocognitiva, ou seja, seus modelos de mundo, [...] os quais são socialmente compartilhados e discursivamente (re)construídos [...]”. (KOCH, 2003, p. 44) e armazenados na memória⁷², como unidades recuperáveis, chamadas de “blocos” ou *clusters*, através de variados tipos de relações ou modos de ação. Para a autora, são essas relações que permitem que os modelos mentais⁷³ – que representam nossas vivências em sociedade e servem de base aos processos conceituais, e, por isso, são, frequentemente, representados em forma de redes, cujas unidades conceituais são as variáveis ou os *slots*⁷⁴ –

⁷² Não de se diferenciar, segundo Koch (2003, p. 38-39), três tipos de memória: a memória de longo termo ou de longo prazo (MLT), que é onde os conhecimentos são representados de forma permanente, uma vez que sua capacidade de armazenar as informações é praticamente ilimitada, funcionando como uma *base de dados*, que organiza os conhecimentos para tratamento posterior. Ela se divide em dois tipos: a memória semântica, que abrange o conhecimento enciclopédico sobre o mundo, como se fosse uma espécie de *thesaurus* mental, e memória episódica ou experiencial, que armazena informações e episódios pessoais, temporalmente situados. A memória de curto termo ou de curto prazo (MCT), por sua vez, é onde as informações são armazenadas durante um curto período de tempo, visto que sua capacidade de retenção é limitada, e sua função é a de armazenar apenas as informações facilmente.

⁷³ Objetos ou estruturas complexas de conhecimentos.

⁷⁴ “[...] denotam características estereotipadas e que, durante os processos de compreensão, são preenchidas com valores concretos (*fillers*)” (KOCH, 2003, p. 44, grifo da autora).

reagrupem objetos elementares (conceitos, relações, modos de ação)⁷⁵. Assim, esses modelos constituem, de acordo com a mesma autora,

[...] conjuntos de conhecimentos socioculturalmente determinados e vivencialmente adquiridos, que contêm tanto conhecimentos declarativos sobre cenas, situações e eventos, como conhecimentos procedurais sobre como agir em situações particulares e realizar atividades específicas. São inicialmente, particulares [...], determinados espaço-temporalmente, e por isso estocados na memória episódica. Após uma série de experiências do mesmo tipo, tais modelos vão-se tornando generalizados, com abstração das circunstâncias particulares específicas (Van Dijk, 1989) e, quando similares aos dos demais membros de um grupo, passam a fazer parte da memória semântica (KOCH, 2003, p. 45).

Ao se sedimentar na memória semântica, os modelos mentais nos ajudam a ler e a compreender o sentido expresso no texto. Contudo, de acordo com a Teoria dos Esquemas⁷⁶, de Nuttall (1989, p. 7), “a maneira que interpretamos depende dos esquemas ativados pelo texto; e conseguirmos interpretá-lo com sucesso depende do fato de nossos esquemas serem suficientemente semelhantes ao do autor”⁷⁷. Esse ponto de vista, além de reforçar a perspectiva interacional de leitura, postula a questão de que, para se ler com eficiência, é importante saber usar o conhecimento sistêmico e esquemático, ou seja, ter domínio dos procedimentos interpretativos que recuperam esses elementos no discurso. Também não há como negar que o bom desempenho na compreensão de textos está mais intimamente associado às habilidades específicas que o leitor emprega ao ler um texto do que à sua capacidade linguística. Logo, faz-se necessário perceber que o processo de leitura, além de estar relacionado com a compreensão total ou parcial do texto, engloba mecanismos que permitem ao leitor lidar e superar suas deficiências no domínio do vocabulário e da estrutura textual, principalmente em língua estrangeira. Por isso, “para o leitor alcançar um bom entendimento do texto, construindo adequadamente seu sentido [...], são adotados alguns procedimentos: as estratégias de leitura” (SOUZA, 2003, p. 119), que podem ser caracterizadas como ações, técnicas, comportamentos ou procedimentos específicos

⁷⁵ Segundo afirma Koch (2003), dependendo o autor, recebem denominações diversas: esquemas (Bartlett, 1932; Rumelhart, 1980); *frames* (Minsky, 1975); cenários (Sanford; Garrod, 1985); *scripts* (Schank; Abelson, 1977); M.O.P.s (Schank, 1982); modelos mentais (Johnson-Laird, 1983); modelos experienciais, episódicos ou de situação (Van Dijk, 1989, 1997).

⁷⁶ De acordo com Nuttall (1989), o esquema (em inglês, *schema*; plural *schemata*) é uma estrutura mental organizada, que inclui as relações que fazemos sobre o mundo a partir das nossas vivências e experiências.

⁷⁷ “The way we interpret depends on the schemata activated by the text; and whether we interpret successfully depends on whether our schemata are sufficiently similar to the writer’s” (Tradução nossa).

utilizados pelo leitor, de forma consciente ou não, as quais, segundo Oxford (1990), vão se juntar às suas habilidades linguísticas, de modo a alcançar um objetivo e facilitar a execução de determinada tarefa textual.

Em virtude da sua importância no processo de leitura instrumental, principalmente em LE, optou-se por abordar tais estratégias em seção própria, bem como tratá-las tanto do ponto de vista cognitivo quanto metacognitivo, tomando como base as concepções de Kintsch e Van Dijk (1985), Baker e Brown (1984), Kleiman (1989), Munhoz (2001), dentre outros autores.

3.1.1 Estratégias cognitivas e metacognitivas

Segundo Kintsch e Van Dijk (1985), conforme o leitor vai processando, ativando e juntando as informações que já estão armazenadas na memória de longo prazo, com as novas, que são transitórias e mantidas na memória de curto prazo, vai aos poucos construindo e desenvolvendo a chamada “compreensão leitora”, que envolve inúmeros processos cognitivos. Por meio desses, os conhecimentos que o leitor possui e necessita acessar para resolver determinada tarefa são ativados, sobretudo, pelo uso de certas estratégias de leitura, que são “[...] atividades planejadas, reflexivas e intencionais de processar o sentido do texto [...]; elas caracterizam o comportamento do leitor maduro, pois derivam do controle planejado e deliberado das atividades que levam à compreensão” (MARTINS, 2003, p. 103).

De acordo com Baker e Brown (1984), os leitores proficientes e os menos proficientes diferem entre si quanto às estratégias utilizadas durante a leitura, visto que ambos adotam diferentes tipos de estratégias de processamento textual, as quais, de modo geral, podem ser concebidas do ponto de vista cognitivo e ser classificadas como estratégias cognitivas e metacognitivas. Entende-se, por estratégia cognitiva de leitura, o conjunto de “[...] princípios que regem o comportamento inconsciente e automático do leitor, e seu conjunto serve essencialmente para construir a coerência local do texto”. (BAKER; BROWN, 1984, p. 54). Como exemplo citam-se a escolha provisória do melhor sentido para determinada expressão linguística, a testagem das hipóteses, regressão a determinadas passagens do texto, a decodificação linguística,

a iniciação ou o reconhecimento da tarefa de leitura, a inferência do sentido por meio do contexto, a predição ou previsão do sentido através do conhecimento de mundo, a confirmação ou a desconfirmação das hipóteses, a correção do sentido e a finalização da leitura realizada. Estratégias metacognitivas, por sua vez, implicam “[...] atividades que pressupõem reflexão e controle consciente sobre o próprio conhecimento, sobre o próprio fazer, sobre a própria capacidade” (KLEIMAN, 1989, p. 43-44). Para Kato (1999), essas estratégias podem ser, de forma geral, resumidas em duas: o estabelecimento de um objetivo geral para a leitura e o monitoramento da compreensão para atingir esse objetivo. Na verdade, o conhecimento do propósito da leitura e compreensão do texto vai definir a maneira como o leitor vai realizá-la, podendo ser uma leitura geral (*skimming*), ou uma leitura de pontos específicos, e/ou uma leitura mais detalhada (*scanning*).

Sem dúvida, um dos primeiros passos, para desenvolver e aperfeiçoar a habilidade de ler e compreender textos escritos é a percepção de que “um leitor competente não lê de forma linear, mas sim, busca o significado global daquilo que lê [...], criando significado com base no seu conhecimento da língua e do mundo” (KATO, 1999, p.38). Para tanto, o leitor se aproxima do texto através de um processo chamado de “predição”, segundo o qual expectativas e hipóteses são formuladas a respeito do material ainda não lido a fim de prepará-lo mentalmente para a leitura, estimulando-o a pensar sobre o provável assunto do texto antes de iniciá-la. Cabe ressaltar ainda que, de acordo com Munhoz (2001), isso é feito graças ao conhecimento prévio (conhecimento de mundo) sobre o tema; através do contexto semântico (relações de sentido entre os vocábulos e as estruturas; sinônimos e paráfrases); do contexto linguístico (pistas gramaticais e lexicais; palavras repetidas e palavras de referência, etc.); do contexto não linguístico (gravuras, gráficos, tabelas, números, etc.); do conhecimento sobre a estrutura do texto (*layout*, título, subtítulo, divisão de parágrafos, etc.) e das marcas tipográficas (símbolos, letras maiúsculas, negrito, itálico, etc).

Segundo Kleiman (1989), um leitor eficaz é capaz de usar diferentes tipos de processamento textual ou estratégico, que podem ser ascendentes (*bottom-up*) ou descendentes (*top-down*). Entenda-se aqui que, no processamento ascendente, o leitor faz uso, principalmente, das informações contidas no texto (elementos formais do texto), por meio da análise de palavras, frases, períodos, etc; no descendente, faz uso do conhecimento prévio, das suas experiências,

expectativas e inferências ao analisar e processar uma nova informação. Logo, a capacidade de usar esses diferentes tipos de processamento, além de possibilitar o desenvolvimento automático da leitura, possibilita a percepção de falhas durante a compreensão do texto, especialmente se o leitor estiver habituado a fazer uso de estratégias e souber avaliar qual delas pode melhor se aplicar às suas necessidades. Em síntese, com o intuito de compreender um texto ou uma determinada passagem,

[...] fazemos previsões sobre o que vamos ler adiante, a fim de compreender, e construímos hipóteses sobre o que uma palavra específica ou trecho tem probabilidade de significar. As nossas previsões e hipóteses têm origem naquilo que nós já entendemos antes sobre a passagem; e o retorno que recebemos, a informação que nos diz se estamos certos ou errados, vem daquilo que nós leremos a seguir. Se tivermos cometido um erro, provavelmente nos daremos conta disso [...] (SMITH, 1999, p. 88-89).

Assim, pode-se afirmar que “as estratégias de leitura capacitam o leitor a tentar compreender um texto com confiança sem depender demais das palavras como unidades independentes”. (SOARES, 2003, p. 96). Porém, como afirma Solé (1998), as estratégias de leitura não são infalíveis, embora seu uso garanta uma leitura mais significativa e competente. Infere-se, em vista disso, que o nível de eficácia dessas estratégias depende de inúmeros fatores, dentre os quais o nível de proficiência na língua-alvo, com destaque para o léxico e o conhecimento e domínio de estruturas gramaticais, tipo de texto, quantidade e qualidade do conhecimento prévio, contexto do aprendizado, propósito da leitura, tipo de estratégias empregadas e nível de compreensão textual exigido.

Tecidas algumas considerações essenciais, de cunho cognitivista, sobre leitura e estratégias de leitura, pode-se explicitar a questão do título do texto, que merece atenção especial por constituir o foco principal deste estudo. Assim, a próxima seção trata, primeiramente, do título do texto a partir da sua relação com os gêneros discursivos para, depois, situá-lo no âmbito das estratégias cognitivistas de leitura e produção textual.

3.1.2 Título do texto como estratégia de leitura e produção textual

Alguns estudos, especialmente no âmbito da Linguística Textual, têm tratado da questão do título do texto como uma das estratégias cognitivas mais usadas na leitura e na produção textual, especialmente em língua estrangeira. Tais trabalhos estão, de modo geral, ancorados em algumas concepções, conforme se descreve na sequência.

Ao se ler ou analisar um texto a partir do seu título, tem-se, geralmente, a percepção de que remete o leitor a um elemento presente na própria estrutura textual, constituindo, assim, o que Van Dijk chama de “palavra temática” ou “oração temática”: “[...] ambas possuem a importante função cognitiva de pôr o leitor ou o ouvinte em condições de construir a macrointerpretação ‘correta’ do texto: com ele, o leitor recebe uma ajuda para a sua suposição do que o texto poderia tratar”. (1978b, p. 64, grifo do autor)⁷⁸. Na verdade, essa espécie de ajuda consistiria naquilo que o mesmo autor chama de “sentido global” ou “macroestrutural” do texto, o qual pode ser concebido como um tema, uma proposição ou um *tópico* de um discurso, que equivale a toda a macroestrutura, ou a tese central do texto (caso em que a resume totalmente), ou é uma parte dela (caso em que a resume parcialmente), podendo aparecer sob a forma de sumários, anúncios, títulos etc. A propósito, aponta Van Dijk o gênero de texto em que se pode conferir com facilidade a relação entre título e texto:

Esta função se faz ainda mais evidente nos resumos parciais ou completos dos textos no início ou no final de um fragmento ou do texto inteiro. Os artigos de jornal devem dar um breve resumo – geralmente em negrito – do texto em si. Esse resumo deve funcionar ao mesmo tempo como uma espécie de ‘introdução’ a partir da qual se introduzem as coisas, pessoas ou sucessos mais importantes (1978a, p. 169, grifo do autor)⁷⁹.

⁷⁸ “[...] ambas poseen la importante función cognitiva de poner al lector u oyente en condiciones de construir la macrointerpretación ‘correcta’ del texto: con ello recibe una ayuda para su ‘suposición’ de lo que podría tratar el texto” (Tradução nossa).

⁷⁹ “Esta función se hace aún más evidente en los resúmenes parciales o completos de los textos al principio o al final de un fragmento o del texto entero. Los artículos de periódico suelen dar un breve resumen – generalmente en negritas – del texto en sí. Este resumen suele funcionar al mismo tiempo como una especie de ‘introducción’ mediante la cual se introducen las cosas, personas o sucesos más importantes” (Tradução nossa).

Pode-se afirmar que essa espécie de resumo total ou parcial da temática do texto que o título proporciona nesses contextos serve como um estímulo inicial que visa a ativar os esquemas cognitivos do leitor através dos cálculos cognitivos⁸⁰ pertinentes às macroproposições de nível mais alto. Reforçam essa ideia as seguintes afirmações de Van Dijk (1978a, p. 168, grifo do autor).

Para garantir uma ótima recepção do significado (global) de um texto, os textos escritos também podem expressar diretamente uma parte da macroestrutura, por exemplo, nos *títulos, subtítulos ou títulos intermediários*. Desta maneira, o leitor saberá aproximadamente qual é o objeto do texto e poderá decidir se o considera interessante ou não, ou se se preocupará em conseguir uma informação geral sobre a macroestrutura, que, então, guiará sua compreensão do texto⁸¹.

Para Van Dijk (1978a), ainda, essa é uma função típica dos títulos dos textos jornalísticos que, por serem parte da macroestrutura, permitem-nos saber do que tratará o texto.

O tipo de título mais comum é aquele que apresenta um resumo do resumo do texto. Esse tipo, denominado *canônico*, expressa a macroproposição global e, portanto, o topo da macroestrutura semântica. Os títulos *canônicos* exercem um papel fundamental no processamento de informações expressas nos textos jornalísticos antes, durante e depois da leitura do texto em si (CORRÊA, 2002, p. 4, grifo do autor).

Entretanto, como reconhece Van Dijk (1978a), até os textos de jornais, de intitulação canônica, num mesmo país podem variar quanto às suas estruturas semânticas e estilísticas, embora todos, de modo geral, apresentem uma estrutura semântica global e uma estrutura esquemática global, chamada de “superestrutura” ou de “esquema” (sendo por esse motivo chamados de “canônicos”). Essa superestrutura apresenta, dentre outros dados, uma espécie de resumo expresso no título (manchete), ou na sua introdução (*lead*), que contém a primeira oração temática. Ainda para Van Dijk (2004), como a manchete e o *lead* expressam diretamente as

⁸⁰ Compreendidos aqui como “[...] as ações preparatórias ou cálculos mentais, que auxiliam na obtenção do tópico de uma passagem ou discurso” (VAN DIJK, 1980, p. 206).

⁸¹ “Para garantizar una recepción óptima del significado (global) de un texto, los textos escritos también pueden expresar directamente una parte de la macroestructura, p. ej.: en el o los *títulos, subtítulos o títulos intermedios*. De esta manera el lector sabrá aproximadamente cuál es el objeto del texto y podrá decidir si lo encuentra interesante o no, o se preocupará por conseguir una información general sobre la macroestructura, que entonces guiará su comprensión del texto” (Tradução nossa).

macroproposições de nível mais alto do texto, ambos funcionam como um sumário, que visa a situar o leitor quanto aos pontos principais da notícia que lerá. Isso se deve, segundo Corrêa (2002), principalmente ao fato de que o título do texto jornalístico (artigo, reportagem, coluna, editorial, ou outro gênero de texto publicado em jornais ou revistas), ao tentar vender o seu produto, a notícia, ao leitor funciona como um anúncio publicitário, geralmente ocupando um lugar de destaque na estrutura textual, ou uma saliência textual, por localizar-se acima do texto, estar impresso com tipos maiores e ocupar mais de uma coluna. O mesmo não ocorre com o texto científico, que tem efeito de objetividade e de imparcialidade “[...] por corresponder ao conceito de cientificidade partilhada pela comunidade científica a quem ele se dirige [...]” (CORACINI, 1989, p. 241). Quanto aos títulos dos textos publicitários, Coracini (1989, p. 246-247) afirma que

[...] evocam outros discursos, culturalmente inculcados na mente do público-leitor em geral. Nestes casos, a estratégia enunciativa consiste no aproveitamento do já-dito do conhecimento prévio do leitor, com certas adaptações ao componente temático, deixando em suspense ou surpreendendo o leitor pela reutilização inesperada e inusitada de um conceito institucionalizado, convencional ou pela referência a um elemento cultural.

De acordo com Van Dijk (1978a), na imprensa escrita existem outros tipos de títulos, também chamados de “títulos acompanhantes”, que funcionam como uma espécie de etiqueta ou rótulo, como é o caso das resenhas. Geralmente escritos por outras pessoas, esses textos têm a função de anunciar o texto como tal.

É possível afirmar que os títulos dos textos publicados na imprensa escrita até então abordados apresentam estruturas canônicas ou convencionais, que, de acordo com Van Dijk (2004), ajudam a formular a macroestrutura hipotética da notícia, como é o caso da manchete e do *lead*.

O tópico mais alto ou mais importante é apresentado na manchete, o topo da macroestrutura completa do texto é formulado pelo *lead*, e as sentenças ou parágrafos iniciais do texto expressam um nível ainda inferior da macroestrutura, apresentando detalhes importantes a respeito de tempo, local, participantes, causas/razões ou consequências dos eventos principais (VAN DIJK, 2004, p. 135).

Esses princípios, bastante utilizados na produção estratégica do discurso, também são utilizados para a leitura estratégica dos textos, pois “manchetes e *leads* são lidos e interpretados

em primeiro lugar, e sua informação formal ou semântica inicia um complexo processo de compreensão [...]” (VAN DIJK, 2004, p. 135). Todavia, Van Dijk (1992) afirma haver títulos que fogem dessa estrutura, denominados de “enviesados” (*skewed headlines*), que consistem na elevação de uma proposição de nível baixo da estrutura semântica (uma macroproposição local) a tópico principal (macroproposição global), aparecendo no título do texto. Isso ocorre, segundo o autor, em virtude da regra jornalística de organização de notícia, baseada no princípio de atualidade da imprensa, segundo o qual eventos principais mais recentes são mais importantes.

Terzi (1992), em estudo sobre textos publicados pela imprensa escrita, analisou a *intitulação enviesada* e concluiu que a estrutura canônica sofre, além do tipo de alteração descrita por Van Dijk (1992), outra, a que chamou de “titulação tangencial”. Em consonância com a autora, este tipo de intitulação ocorre quando uma expectativa do autor, a partir da sua avaliação da informação apresentada no texto, segundo seus esquemas, é mais relevante que a macroestrutura do texto. Pode-se salientar, portanto, que esse tipo de título deriva da macroestrutura semântica sem, contudo, ser parte dela. Segundo a autora, sua ocorrência é possível em cerca de 20% dos textos que circulam na imprensa escrita nacional, fato que deve deixar o leitor atento, uma vez que esses títulos, por não constituírem resumos de nível mais alto, articulados com todas as informações textuais, não orientam a leitura convenientemente. Além disso, como afirmam Menegassi e Chaves (2000, p. 34),

esses títulos levam o leitor à construção de um modelo negativo de grupos minoritários por não exercerem as respectivas funções estratégicas na articulação do texto, isto é, pois, títulos mal elaborados ativam mal os esquemas do leitor, proporcionando interpretações parciais ou até mesmo distorcidas.

Por sua vez, Aguiar (2002), em seu estudo sobre a função dos títulos, distingue seis tipos de títulos: nominais, oracionais (ou verbais), adverbiais, adjetivais, preposicionais e interjetivos. Os títulos nominais são aqueles que possuem determinantes ou modificadores que acompanham um substantivo, que é seu núcleo; os oracionais, aqueles caracterizados, necessariamente, por um verbo; os títulos adjetivais possuem um ou mais adjetivos como núcleo, ao passo que os adverbiais apresentam advérbios ou locuções adverbiais; do mesmo modo, os preposicionais caracterizam-se pela utilização de uma preposição, acrescida de um sintagma nominal, e os interjetivos apresentam uma interjeição. De acordo com a autora, ainda, os tipos de títulos mais

comuns são os nominais e os verbais, uma vez que, pelo seu alto grau de informatividade, adiantam o conteúdo do texto, revelando parte da sua macroestrutura e, em alguns casos, a macroestrutura como um todo.

Do ponto de vista da leitura em língua estrangeira, o título do texto assume uma função ainda mais importante do que na língua materna, visto que, quando devidamente proposto e interpretado, pode facilitar bastante a compreensão textual, vindo a constituir o primeiro contato do leitor com o texto. Por meio dele, o leitor obtém uma hipótese inicial sobre sua temática, a qual será confirmada de imediato pela observação de outras pistas textuais, tais como os elementos tipográficos e a própria estrutura textual. Segundo Van Dijk (1978a), isso é verdadeiro, sobretudo, quando o texto é um tanto vago, ambíguo ou de difícil compreensão.

Hipoteticamente, pressupõe-se que, enquanto se lê, o conteúdo proposicional do título vai funcionando como uma macroproposição, com a qual se monitora a compreensão do texto, permitindo que o leitor ‘descarte’ as informações menos relevantes e se atenha às mais relevantes, a fim de que possa entender e armazenar, na memória de trabalho, as informações. Durante a leitura, a macroproposição monitorada permite a interpretação de detalhes locais e/ou ambíguos. Muitas vezes, na ausência do título, esses detalhes podem tornar difícil o estabelecimento da compreensão global dos textos. (CORRÊA, 2002, p. 4, grifo do autor).

Nesse sentido, considera-se que especialmente em língua estrangeira “[...] a parte do título recuperável servirá para desencadear o processo de leitura, enquanto que a outra deverá ser retomada após a compreensão do texto desenvolvido”. (CORACINI, 1989, p. 241). Por outro lado, segundo Menegassi e Chaves (2000, p. 33), ao funcionar como um facilitador da compreensão textual, em sua relação exofórica com o texto, o título pode remeter “[...] o leitor a um elemento exterior, não anunciado no texto, mas presente nos seus esquemas”⁸². Contudo, o mais comum é o título funcionando cataforicamente como o anúncio de uma informação que vai ser veiculada no texto.

⁸² “Entendam-se por *esquema* os modelos mentais, que constituem o registro cognitivo de nossas experiências, mediatas ou imediatas, isto é, contêm os acontecimentos, ações, pessoas, enfim, todos os elementos da situação a que o texto se refere” (KOCH, 2003, p. 45).

Redigido depois do texto, portanto, anafórico do ponto de vista da produção, o título desempenha no processo da leitura uma função eminentemente catafórica, e, assim, ao mesmo tempo em que camufla o percurso discursivo, exerce grande influência sobre o leitor, na medida em que funciona como estímulo ou desestímulo à leitura (CORACINI, 1989, p. 235).

Embora o interesse provocado pelo título do texto dependa de vários fatores, tais como os objetivos da leitura, o grupo etário, social, étnico, a que o leitor pertença, suas vivências, suas expectativas, seu papel na decisão final do leitor, para Coracini (1989), é incontestável, uma vez que cria interrogações, conflitos e curiosidade que, em princípio, deverão ser resolvidos no texto. Em outras palavras, deve caracterizar o texto informando ao leitor seu conteúdo sem, contudo, formulá-lo por completo. “Do ponto de vista da leitura, pode-se dizer que o título determina a priori o tipo de leitor e de leitura – rápida ou lenta, atenta ou superficial, efetiva ou intelectual (cf. VIGNER, 1980), desempenhando assim uma função eminentemente pragmática”. (CORACINI, 1989, p. 236).

Kleiman (1989), ao abordar a questão da leitura e da compreensão textual, afirma haver, dentre as regras de antecedência para a reconstrução do tema, a da precedência do tópico, “[...] que leva o leitor a equacionar a informação principal ou temática com o primeiro bloco de informação do parágrafo” (KLEIMAN, 1989, p. 59). Sua principal manifestação ocorre por meio da identificação do título com o tema do texto, o que faz com que

[...] textos cujos títulos não correspondam ao tema sejam incompreendidos, ou sejam distorcidos, pois o leitor considerará como temáticas ou subtemáticas apenas aquelas informações relativas a sua primeira hipótese, com base no título, e tenderá a ignorar aquilo que para ele é mero detalhe. Como, de fato, é comum tanto nos livros didáticos como em outros textos, fornecer títulos que apelem para o interesse do leitor, sem que reflitam necessariamente a informação mais alta na macroestrutura, há então inúmeras possibilidades de o leitor menos proficiente fracassar na depreensão do tema (KLEIMAN, 1989, p. 59).

Apesar dessa possível falta de equivalência, em alguns casos, entre título e texto, segundo Kleiman (1992), a busca pela oração temática a fim de depreender o sentido da macroestrutura textual é ainda a estratégia mais utilizada por todos os tipos de leitores, especialmente por aqueles

menos proficientes em uma língua estrangeira. Essa estratégia também pode e deve ser usada de modo inverso, no sentido de que a temática do texto ou a sua argumentação principal deve ser considerada no momento da produção textual, em que se atribui o título para o texto. Pode-se afirmar, então, que um título bem elaborado e proposto, tanto do ponto de vista da leitura quanto da produção textual, não apenas facilita a leitura, mas é ponto chave da sua compreensão.

Marcuschi (1985) também se manifesta sobre a função dos títulos. Conforme seu entendimento, o título não é um mero acessório do texto, uma vez que o integra de forma especial como elemento de organização hierárquica no campo seletivo das proposições a serem utilizadas durante a escritura e sua leitura. Essa ideia ainda encontra respaldo em Kato (1999), segundo a qual há nele inúmeros itens que formam uma relação de sentido com outros itens do corpo do texto propriamente dito.

O título é uma síntese precisa do texto, cuja função é estratégica na sua articulação: ele nomeia o texto após sua produção, sugere o sentido do mesmo, desperta o interesse do leitor para o tema, estabelece vínculos com informações textuais e extratextuais, e contribui para a orientação da conclusão a que o leitor deverá chegar (MENEGASSI; CHAVES, 2000, p. 27).

Por orientar a compreensão e a interpretação textual, trata-se de um fator estratégico da sua articulação, ou seja, considera-se que “não é mero recurso artificial, mas é chave de decodificação do texto se convenientemente proposto”⁸³ (GUIMARÃES, 1990, p. 51), constituindo-se, assim, numa verdadeira estratégia de leitura e de produção textual, uma vez que,

pela posição de destaque, os títulos permitem as primeiras ações estratégicas por parte dos sujeitos, que levantam hipóteses e suposições acerca do conteúdo do texto. Essas podem ser confirmadas ou reformuladas (caso sejam rejeitadas as primeiras suposições) posteriormente. Não raro, os títulos também fazem ligações com elementos externos ao texto, que podem ser identificados com a ativação de alguns *frames* por parte do interlocutor (SILVA, 2008, p. 70).

⁸³ Trata-se aqui, segundo a TBS, de um título bem articulado com a estrutura textual, de modo que expresse toda a argumentação central do discurso, ou seja, o sentido único construído pelo encadeamento, não apenas parte dela.

A respeito da função específica que o título exerce na produção do texto, Menegassi e Chaves (2000, p. 28) ressaltam que “[...] para dar um título adequado, articulado a todas as partes do texto, é preciso que se apreenda o significado global do texto, que se resuma, ou melhor, que se compreenda, interprete o texto [...]”. Isso constituiria o que Van Dijk (1992) e seguidores afirmam ser um dos aspectos da macroestrutura, cuja função de marcador formal do tema no processo de leitura realmente coincide com a temática do texto.

Por fim, cabe explicitar os resultados encontrados por Silva (2008) em seu artigo *Títulos: processos inferenciais na (re) construção de sentidos do texto*, o qual apontou que, de modo geral, o título desempenha, no contexto de produção, função anafórica, visto que sua atribuição se constitui na etapa final da produção textual, diferentemente do que acontece no contexto de leitura, quando assume a função catafórica. Isso ocorre porque orienta a leitura principalmente pela construção de inferências a respeito do conteúdo do texto, num processo inferencial, segundo modelos mentais distintos, que possibilitam leituras diversas de um mesmo tópico discursivo.

Acreditando ter feito um delineamento suficientemente claro da importância do título como estratégia de leitura na perspectiva cognitivista, passar-se-á a reunir conhecimento sobre leitura na perspectiva da Semântica Argumentativa, visto que se pretende analisar, desse ponto de vista teórico a relação título e texto.

3.2 Leitura na perspectiva da Semântica Argumentativa

Reflexões a partir de um dos conceitos básicos dos estudos enunciativos, de que o enunciado é o produto da enunciação – é produzido por um locutor/ escritor para um interlocutor/ leitor qualquer –, interessam à Semântica Argumentativa e, conseqüentemente, à TBS, que, ao invés de se ocupar com os seres do mundo envolvidos no processo enunciativo e com as operações de processamento na mente desses seres (como o fazem muitas perspectivas teóricas), procura dar conta dos elementos relacionados ao produto final da enunciação, que é o discurso. Nesse sentido, cabe salientar que,

embora os sujeitos reais não sejam considerados pela TBS, não significa que o discurso seja tomado de modo isolado, como se surgisse espontaneamente. O discurso tem uma origem e um destino nas figuras do locutor e do interlocutor, mas esses seres são abstratos e de caráter discursivo, isto é, existem enquanto seres da enunciação (DELANOY, 2008, p. 48).

Note-se que, se o foco principal de investigação e interesse da TBS é o discurso como produto da enunciação, não seu processo, o locutor/escritor, que é responsável pelo discurso escrito, “não deve ser confundido com o sujeito real, portador de identidade, mas [...] deve ser concebido como um ser discursivo, abstrato” (DELANOY, 2008, p. 49), que durante a produção do discurso se posiciona argumentativamente e nele se marca, isto é, expressa determinados pontos de vista sobre determinado tema. Esses *pontos de vista*, ou enunciadores, são seres abstratos que introduzem e constituem encadeamentos argumentativos no universo do discurso, que é sua fonte. Assim, o locutor os assimila “a seres determinados ou indeterminados e toma uma posição frente a seus pontos de vista: assume-os, opõe-se a eles ou concorda com eles. É da relação do locutor com os enunciadores que vem a noção de polifonia”. (DELANOY, 2008, p. 49).

Nessa perspectiva, pode-se asseverar que a polifonia também se faz presente no discurso, pois nem tudo está explícito nele. “O implícito, muitas vezes, tem tanta importância quanto o que está revelado” (DELANOY, 2008, p. 49). É possível afirmar, com base em Ducrot (1990), que o sentido, ou valor semântico, de um enunciado ou frase também está constituído por diretrizes e instruções polifônicas para a sua interpretação. Percebe-se, desse modo, que as indicações de sentido apontadas pelo contexto linguístico do enunciado são definidas a partir dos enunciadores, bem como das atitudes do locutor em relação a eles, o que reforça a ideia de que a argumentação está marcada na língua e é o contexto linguístico que garante que seu sentido seja apontado. Isso explica o fato de determinados contextos linguísticos imporem certas argumentações e não outras (DUCROT, 1990, p. 80). A noção de instrução permite, ainda, descartar a ideia de unicidade do sentido discursivo e, conseqüentemente, do “sentido literal”, porque “[...] o texto (definido por Ducrot como entidade complexa abstrata) fornece instruções para a determinação do sentido, que irá se completar no processo enunciativo, ou seja, no uso da linguagem (p. 80)”.

A ideia de argumentação como sendo a função primeira da língua evidencia que a descrição e a referência ao mundo lhe são secundárias, uma vez que “a língua pode, sem dúvida, referir o objeto na realidade, mas o faz de uma maneira indireta [...]” (DELANOY, 2008, p. 49). Tome-se como exemplo dessa afirmação a questão da descrição de uma cena qualquer, a qual ocorrerá com base num determinado *olhar* – ponto de vista – do locutor que a descreve. Dessa forma, segundo Delanoy (2008, p. 49), o papel do locutor/escritor está bem definido: “[...] ele produz o discurso para o interlocutor/leitor e se posiciona diante de um tema”, por meio da argumentação presente em certas estruturas da língua – os encadeamentos argumentativos –, permitindo que uma interação se estabeleça entre eles. Nessa situação de interação entre locutor\ escritor e interlocutor\ leitor, percebe-se que este, a exemplo daquele, também ocupa uma posição importante na situação enunciativa:

o interlocutor busca resgatar o sentido produzido pelo locutor por meio do discurso. Porém, sua tarefa não se resume a isso. Também busca explicações sobre o modo como o sentido foi produzido. Portanto, não é simplesmente um destinatário do discurso, conforme pode parecer à primeira vista. [...] o leitor, pela visão da TBS, não é um leitor ingênuo. Seu olhar é o de um pesquisador que vê o discurso sob uma concepção, isto é, tem um olhar teórico subjacente à leitura (DELANOY, 2008, p.50).

Essa relação preestabelecida entre locutor\ escritor e interlocutor\ leitor numa situação enunciativo-discursiva, mediada pela leitura, permite afirmar que é função primeira do leitor, do ponto de vista da TBS, buscar o sentido vinculado à argumentação inerente ao discurso. Faz parte da sua função de leitor\ pesquisador perceber que o escritor, ao produzir o discurso, segundo Ducrot (1990), argumenta, ou seja, expressa um ponto de vista a respeito de determinado tema, deixando vir à tona a sua argumentação.

Ao se afirmar que esse leitor “[...] resgata o que o escritor disse ao produzir o discurso, inclusive o que está implícito, e assim consegue explicar o sentido” (DELANOY, 2008, p. 50), caracteriza-se a visão que subjaz à TBS de que ele não busca apenas o conteúdo do discurso, mas realiza uma leitura metalinguística. Isso se justifica pelo fato de que “o sentido só se constrói por empréstimo do contexto, mas essa construção ‘pragmática’ do sentido é dirigida pelo valor propriamente linguístico das palavras que se devem interpretar” (DUCROT, 2005, p.11, grifo do autor), porque o discurso, além de não ser autossuficiente para a produção do sentido, nem

sempre é completo, ou seja, pode apresentar lacunas que, a partir das instruções linguísticas, devem ser preenchidas pelo interlocutor. Ducrot (2005), porém, deixa claro que o caráter instrucional do enunciado limita a busca a certo número de escolhas, que, por já estarem pré-programadas no linguístico, não podem ser qualquer uma. Logo, segundo Delanoy (2008, p. 52),

o leitor pela TBS deve manter-se na posição de interlocutor e acessar o sentido que é permitido pelo discurso, sem acréscimo de outros sentidos não autorizados. Caso contrário, estará no outro extremo da enunciação: será um novo locutor ao produzir um outro discurso, que pode ter sido construído a partir do anterior, mas já constitui uma nova enunciação. Desse modo, ele extrapolou a leitura pela perspectiva da TBS.

Assim, pode-se afirmar que o conceito de leitura, sob o prisma da TBS, não descarta a importância do conhecimento de mundo para o sentido, apenas o concebe como sendo ativado pelo discurso, não preexistente a ele. Corroborando essa visão a afirmação de Ducrot (2005), de que o contexto é criado pelo discurso e que, portanto, não existe *a priori* um sentido literal, cristalizado na língua, visto que “as palavras empregadas dão instruções para que se busque no mundo extralinguístico o necessário para o estabelecimento do sentido” (DELANOY, 2008, p. 50).

Por fim, cabe ressaltar que, se o sentido é sempre ativado pelo discurso, ou seja, por meio do processo enunciativo (do uso da linguagem), a partir do modelo de leitura, aqui apresentado, pode-se descartar a unicidade do discurso, no sentido de que a leitura de um discurso, de acordo com Delanoy (2008, p. 52), “[...] é a apreensão do sentido ali presente, que, embora não seja única, não pode ser qualquer uma”, como defendem as perspectivas teóricas abordadas anteriormente. Essas concebem o sentido como sendo extralinguístico, ou seja, como algo que vem *de fora para dentro do discurso*, diferentemente do que ocorre na perspectiva da Semântica Argumentativa, que o concebe do ponto de vista intralinguístico, isto é, *de dentro para fora*, a partir da delimitação do seu objeto de estudo, que é a linguagem humana, e do seu caráter essencialmente argumentativo.

Como é ponto central deste estudo a análise polifônica e argumentativa dos títulos e textos das provas de proficiência de leitura em língua inglesa, no sentido de explicitar os

encadeamentos argumentativos neles expressos e verificar se a argumentação central do texto está contida, ou encapsulada em seu título⁸⁴, o qual pode, então, ser considerado como uma eficaz estratégia de leitura e produção textual, será explicitada ainda neste capítulo a questão do encapsulamento anafórico, na perspectiva da Linguística Textual e da TBS.

3.2.1 Encapsulamento anafórico e encadeamento argumentativo

Para a Linguística Textual, “o processo de referenciação não supõe que os referentes sejam necessariamente objetos do mundo, mas [...] objetos de discurso” (KOCH; MARCUSCHI, 1998, p.170), que não são preexistentes a ele, mas se constroem e se reconstroem no próprio texto. Nessa concepção,

referir não é mais atividade de “etiquetar” um mundo existente e judicialmente designado, mas sim uma atividade discursiva de tal modo que os *referentes* passam a ser *objetos-de-discurso* e não realidades independentes. Não quer isso dizer que tudo se transforma numa panacéia subjetivista, mas que a discretização do mundo pela linguagem é um fenômeno discursivo (KOCH; MARCUSCHI, 1998, p.170, grifo dos autores).

Para tanto, vários processos de referenciação textual são utilizados. Um dos mais comuns é o processo anafórico de interpretação, que ocorre por meio de atividades inferenciais intermediárias retrospectivas ou prospectivas, as quais contribuem para “[...] o encadeamento referencial, que se organiza num sistema de correlações como uma rede multidimensional” (MARCUSCHI, 2001, p. 192). Do ponto de vista da Linguística Textual, é esse processo que garante a organização e progressão referencial dentro do discurso, por meio dos inúmeros

⁸⁴ Afirma-se que neste estudo o título considerado como uma ferramenta eficaz para a leitura e a produção textual é aquele que encapsula ou expressa todo o encadeamento argumentativo, não apenas segmentos deles. Em outras palavras, o título engloba vários encadeamentos que remetem ao discurso como um todo.

recursos linguísticos que o compõem, como é o caso da anáfora conceitual e, em especial, do encapsulamento anafórico, os quais podem funcionar “[...] como um tipo de expressão referencial que recupera uma parte do texto (ou do discurso) – e não apenas como um referente pontual – por meio de nominalizações, rótulos ou dêiticos” (BERTUCCI, 2006, p. 207). Nesse sentido, como afirma Cavalcanti, (2005), esses referentes desempenham importante função tanto na recuperação (sem retomar) de um trecho qualquer do texto, que já foi ou será explicitado no cotexto, sem que, para tanto, haja um referente pontual e específico ao qual ele remeta, quanto da sua rotulação e transformação em objeto-de-discurso, auxiliando, assim, na progressão textual e nas avaliações subjetivas.

Ao abordar a questão do encapsulamento anafórico como um princípio de organização de textos, Conte (2003), em seu artigo *Encapsulamento anafórico*, faz um interessante percurso teórico pela evolução do conceito, no qual afirma que o termo *encapsulamento* parece ter sido introduzido por Sinclair em 1983, embora Halliday e Hasan, em 1976, já tivessem chamado de “referência estendida” à função dos nomes gerais no discurso, e a própria autora, em 1980 e 1981, já tenha discutido a referência a proposições e aos atos de fala. Ainda segundo Conte (2003), esse conceito de encapsulamento foi bastante ampliado em 1985 por Monika Krenn, em seus estudos sobre os pronomes do inglês *this*, *that* e *it* e os sintagmas nominais anafóricos com núcleos lexicais em inglês, como *thing*, *matter*, *point*, *question*, cujas funções, em textos, podem ser semelhantes à referência estendida dos demonstrativos neutros, na medida em que eles referem a objetos abstratos e, assim, não têm nenhum efeito categorizante.

Na sequência dos estudos sobre o tema, em 1986, Gill Francis (apud CONTE, 2003) divulgou os resultados de um estudo sobre o encapsulamento anafórico, cujo título era *Anaphoric nouns*, o qual, segundo Conte (2003), é enganador, uma vez que os nomes não são intrinsecamente anafóricos, mas com alto potencial anafórico. Ainda como afirma Conte (2003), a autora, a partir desse estudo, começou a compilar uma lista de nomes anafóricos possíveis que tem como principais elementos os nomes ilocucionários – aqueles que expressam o que se diz – e dos nomes de opinião, usados para resumir e para reformular informação metadiscursivamente relacionada ao discurso em andamento. Conte (2003), por fim, em seu percurso teórico cita as contribuições de Wanda d’Addio, que, mais tarde (1988; 1990), caracterizou o encapsulamento anafórico como “[...] uma categorização dos conteúdos do cotexto precedente, [...] que ocorre

tanto por meio de nomes neutros, quanto na avaliação dos estados de coisa por meio de nomes avaliativos (ou em sintagmas nominais com um adjetivo avaliativo como modificador), [...] ou “axiológicos”. (D’ADDIO apud CONTE, 2003, p. 181, grifo da autora).

Após essa visão geral das contribuições mais relevantes para o conceito de encapsulamento anafórico, Conte (2003, p. 177) postula suas próprias considerações sobre esse tema, no sentido de explicitar que a anáfora conceitual ou o encapsulamento anafórico depende do cotexto, sendo “[...] um recurso coesivo pelo qual um sintagma nominal funciona como uma paráfrase resumitiva de uma porção precedente do texto” (CONTE, 2003, p. 177). Em outras palavras, desse ponto de vista, trata-se de uma espécie de anáfora resumitiva, por meio da qual o sintagma nominal encapsulador sintetiza toda a ideia numa única palavra, constituindo um novo referente discursivo, criado a partir de uma informação velha.

Koch (2004) também abordou a questão do encapsulamento anafórico, afirmando que esses sintagmas nominais desempenham duas funções: “rotulam uma parte do contexto que os precede (X é um acontecimento, uma desgraça, uma hipótese, etc) e estabelecem um novo referente que, por sua vez, poderá constituir um tema específico para os enunciados subsequentes” (apud GRAEFF, 2007, p. 191-192). De acordo com a autora, então, essas formas anafóricas, tanto de função remissiva a elementos já presentes no cotexto quanto detectáveis por meio de outros elementos subsequentes presentes nele, são geralmente associadas ao uso dos pronomes pessoais, possessivos e demonstrativos, dentre outros, sem, contudo, ficarem restritas a eles, uma vez que o contexto (cotexto) é crucial para a sua caracterização e compreensão.

Graeff (2007), em seu artigo *Encadeamento argumentativo e encapsulamento anafórico*, retomou os conceitos abordados por Conte (2003) e Koch (2004), afirmando ser possível, por meio da noção de encadeamento argumentativo da teoria da Argumentação na Língua, diferenciar os casos em que tais encapsulamentos parafraseiam ou resumem todo o enunciado ou apenas parte dele. A esse respeito, afirma que “o encapsulamento que retoma um segmento do enunciado apenas constata, sem argumentar” (GRAEFF, 2007, p. 197). É o caso, de acordo com a autora, de *inaceitável ousadia dos bandidos*, que remete à expressão *banditismo explícito* presente no enunciado que abre o texto “*Mataram mais um*” – *Diretor de presídio é assassinado no meio da rua. De tão banal, a cena já não comove os brasileiros* (O Rio de Janeiro foi palco, na semana passada, de mais uma cena de banditismo explícito). Argumentativamente, o encapsulamento

mais importante é aquele que resume ou sintetiza o valor semântico-argumentativo do encadeamento⁸⁵, constituindo a sua argumentação interna – como é o caso de *banalização do banditismo* – sem, contudo, introduzir um referente novo, como afirmam Conte (2003) e Koch (2004).

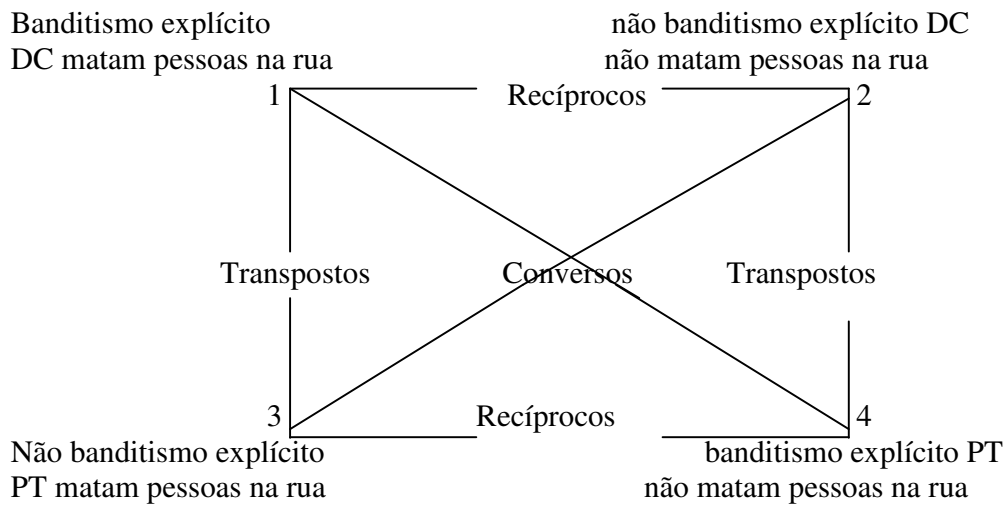
Desse modo, a função desse tipo de encapsulamento é explicitar e retomar “[...] o objeto do discurso gerado pela interdependência semântica existente entre os segmentos do enunciado, ou do encadeamento argumentativo que constitui sua argumentação interna” (GRAEFF, 2007, p. 198), sendo a relação entre eles parafrástica e sinonímica, do ponto de vista argumentativo. Como exemplo desse tipo de encapsulamento, tem-se a relação de interdependência semântica que se estabelece entre a existência do *banditismo explícito e a inexistência de comoção da sociedade*, que, segundo Graeff (2007), explicita a *banalização do banditismo*, temática central do referido texto, e está, desse ponto de vista, encapsulada ou expressa no seu título.

A título de exemplificação, pode-se caracterizar tal encapsulamento anafórico como uma espécie de retomada parafrástica ou resumitiva da argumentação principal do discurso, a qual é constituída no encadeamento, visto que é o gerador de sentido, como afirma a mesma autora. A fim de melhor descrever o encapsulamento na perspectiva da TBS, considere-se o seguinte enunciado: (A) *Diretor de presídio é assassinado no meio da rua*. (B) *De tão banal, a cena já não comove os brasileiros*, a partir do qual serão explicitados, num primeiro momento, os quadrados argumentativos dos blocos formados pelos segmentos A e B, tomados separadamente a fim de facilitar a análise.

Segmento A - Diretor de presídio é assassinado no meio da rua.

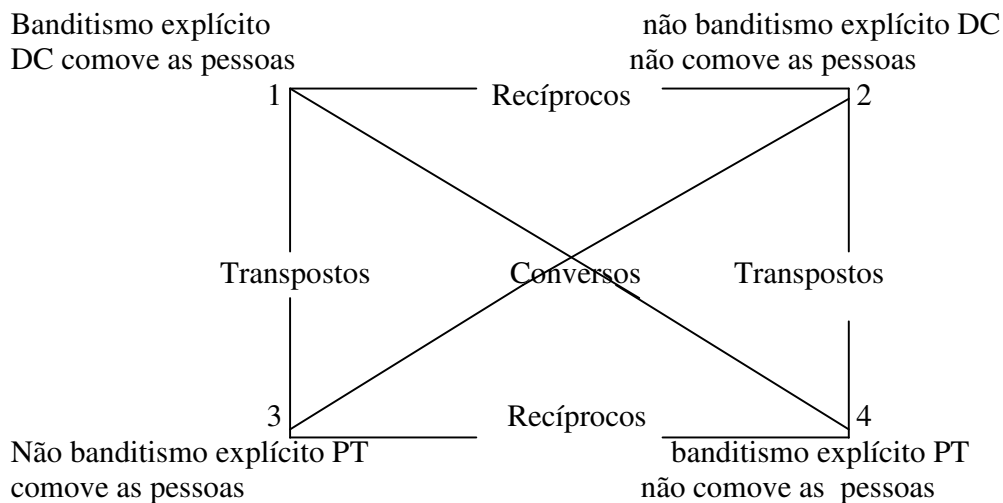
AI de assassinado no meio da rua: banditismo explícito

⁸⁵ “[...] que advém da interdependência semântica que se estabelece entre os dois seguimentos do enunciado” (GRAEFF, 2007, p. 197), que, como afirmam Carel e Ducrot (1999 apud GRAEFF, 2007, p. 197), só fazem sentido no conjunto.



Segmento B - De tão banal, a cena já não comove os brasileiros.

AI a cena não comove mais os brasileiros: banditismo explícito



Pode-se afirmar que o locutor, no segmento A, expressa a ideia de que o banditismo existe em nossa sociedade e ninguém escapa dele, nem mesmo o diretor do presídio, ao explicitar o seu assassinato no meio da rua. Para tanto, o aspecto convocado do bloco é o normativo recíproco. No segmento B, o locutor se posiciona e assume esse ponto de vista da banalização do banditismo (*banditismo explícito PT não comove as pessoas*), o que é surpreendente, uma vez que o normal seria que a sociedade se manifestasse e exigisse uma solução para o problema.

Assim, percebe-se tratar-se do aspecto transgressivo do bloco semântico, a partir do qual se tem configurada a negação comum ou polêmica que, por transformar um aspecto em seu converso, conserva seu suporte e nega o seu aporte, visto que ambos derivam do mesmo bloco semântico. Embora o sentido argumentativo de A e B possa ser apreendido separadamente, é apenas no conjunto, no encadeamento argumentativo, ou seja, na interdependência semântica que se estabelece entre eles que, como afirma Graeff (2007), se pode explicitar de forma segura a sua argumentação central, ou a sua temática. Esta se caracteriza pela *banalização do banditismo explícito*, encapsulada no título como um todo, não apenas no enunciado analisado, mas também naquele que diz: “*Mataram mais um*”, o qual, apesar de ser parafrástico ao segmento A, que fala do assassinato ocorrido, não sintetiza o valor argumentativo de todo o encadeamento, apenas constatando o fato, sem argumentar.

Situados os princípios e conceitos teóricos a serem usados na análise do *corpus*, serão apresentados, no próximo capítulo, os procedimentos utilizados na análise dos títulos selecionados, bem como a discussão dos resultados, no intuito de apontar a relação argumentativo-polifônica entre títulos e textos.

4 PROCEDIMENTOS, ANÁLISE DOS TÍTULOS E RESULTADOS

4.1 Seleção do *corpus* e procedimentos de análise

A fim de assegurar que os objetivos deste estudo fossem alcançados⁸⁶, este capítulo trata, primeiramente, da metodologia empregada, a qual contou com a seleção inicial de trinta textos, retirados das provas de proficiência de provas de proficiência de leitura em língua inglesa de instituições de ensino superior do Rio Grande do Sul, de 1995 a 2009⁸⁷, os quais foram compilados, de acordo com os seguintes critérios: semelhança verificada entre os títulos apresentados: títulos mais e menos extensos, títulos de textos retirados de *sites* da *internet* e revistas eletrônicas, títulos de artigos científicos, entre outros. Posteriormente, esses textos foram reagrupados a partir do tipo de título apresentado, conforme a seguinte classificação de Aguiar (2002): temáticos – aqueles que possibilitam avançar expectativas sobre o conteúdo do texto, e não-temáticos – aqueles que “[...] possuem proposições que não se encaixam na base temática do conteúdo do texto” (p. 59). Por fim, dentre os novos grupos formados, selecionaram-se, aleatoriamente, cinco⁸⁸, que foram analisados na perspectiva da Semântica Argumentativa.

Os textos das provas de proficiência de leitura em língua inglesa foram escolhidos porque se acredita que sua leitura e compreensão, à luz da ADL, possam ser facilitadas, sobretudo, quando se trata de leitores pouco proficientes nesse idioma. Ainda, considera-se relevante utilizar

⁸⁶ Pretendeu-se neste estudo enfatizar a importância dessa concepção argumentativa de linguagem para a leitura e compreensão de textos, focando especialmente a questão da relação argumentativa e polifônica entre o título e o texto, através da análise dos encadeamentos argumentativos expressos nos títulos e nos textos selecionados. Buscou-se também explicitar que, de acordo com esse ponto de vista, o título, satisfatoriamente classificado como uma estratégia de leitura, comporta a argumentação principal do texto, caso em que resume ou encapsula o encadeamento argumentativo (tal qual já foi apontado por Graeff, 2007). Objetivou-se ainda auxiliar os professores, em especial os de língua estrangeira, em seu trabalho com a leitura de textos em sala de aula, principalmente no que diz respeito à explicitação dos blocos semânticos constituídos e dos aspectos argumentativos selecionados, podendo, ainda, oferecer uma orientação teoricamente segura tanto para a leitura e análise de títulos de textos quanto para a elaboração destes.

⁸⁷ Disponibilizadas tanto *on-line* quanto obtidas de forma impressa.

⁸⁸ Cabe apontar que os cinco títulos dos textos analisados estão explicitados na página 77, ao passo que os respectivos textos e suas traduções são apresentados nos anexos.

esse gênero de texto, utilizado nas provas de proficiência de leitura, visto que é predominante no meio acadêmico e profissional.

Os cinco títulos analisados, a partir da sua relação argumentativa com o texto, podem ser conferidos na sequência:

- **Título I** – *Pílula da gordura para adolescentes, o Xenical pode ter a bênção da Administração de Comidas e Medicamentos (FDA), mas é uma boa ideia?*
- **Título II** – *E eles podem entrar sem um visto*
- **Título III** – *Está se tornando possível fabricar pessoas, mas quão longe devemos deixar essa tecnologia chegar?*
- **Título IV** – *Pode um vírus fazê-lo ficar gordo?*
- **Título V** – *Pesquisa animal é perda de tempo e enganadora*

Como procedimento de análise, tomou-se o seguinte roteiro elaborado com base nos principais conceitos da teoria da Argumentação na Língua, num quadro argumentativo e polifônico que combina a Teoria dos Blocos Semânticos e a Teoria Polifônica Ampliada, assim organizado:

1. Cada título analisado foi segmentado segundo o critério de que o enunciado contemplasse um encadeamento argumentativo (dois predicados passíveis de serem relacionados por DC ou PT);
2. A partir disso, identificou-se o encadeamento argumentativo que as relações linguístico-discursivas permitiam evocar;
3. Após essa identificação, foi explicitado o aspecto do bloco nele expresso;
4. Então, construiu-se o quadrado argumentativo com as relações de reciprocidade, conversão e transposição que se estabelecem entre seus ângulos (seus aspectos argumentativos);

5. Com base nas relações identificadas, procedeu-se ao resumo argumentativo do texto, mostrando a sequência dos aspectos expressos no transcorrer do discurso (título/ texto), cada qual representado por um enunciador;
6. Por fim, realizou-se a análise da posição assumida pelo locutor diante dos enunciadores ou dos pontos de vista.

Considera-se relevante esclarecer que os itens que foram observados não possuem uma sequência preestabelecida, bem como que sua aplicação dependeu de cada discurso⁸⁹.

Procedeu-se à análise argumentativo-polifônica individual dos títulos dos textos para, após a identificação do encadeamento argumentativo e a construção do quadrado argumentativo do bloco semântico por ele expresso, verificar se a argumentação central do texto se encontrava expressa nos respectivos títulos, caso em que o título expressaria ou encapsularia todo o encadeamento argumentativo nele contido, não apenas um segmento dele (GRAEFF, 2007), conforme já foi explicitado.

Na seção *Discussão dos resultados*, os títulos considerados foram reagrupados segundo o critério do encapsulamento da argumentação principal do texto contida neles. Também se explicitou, dessa forma, a relação argumentativa entre títulos e textos⁹⁰, no sentido de apontar se tais títulos eram bem propostos e elaborados, tendo em vista a argumentação do texto. Neste caso, a compreensão desses títulos pôde ser considerada como uma estratégia eficaz para a leitura e compreensão de textos, especialmente em língua estrangeira.

De antemão, pode-se afirmar que, do ponto de vista cognitivista, alguns títulos mostraram-se enganadores e confusos, podendo levar um leitor desavisado a ter uma noção errônea do sentido dos discursos. Entretanto, a leitura desses títulos segundo a Semântica Polifônica possibilitou uma maior e mais apurada compreensão dos encadeamentos argumentativos expressos tanto nos títulos quanto nos textos, como se poderá apreciar a seguir.

⁸⁹ Entenda-se por discurso aqui os encadeamentos argumentativos contidos tanto nos títulos, quanto nos textos analisados.

⁹⁰ Isso foi feito pela explicitação dos blocos constituídos e dos aspectos selecionados.

4.2 Análise argumentativo-polifônica dos títulos selecionados

4.2.1 Análise do título do texto I

Fat pill for teens – Xenical may have the FDA’s blessing, but is it a good idea? – Pílula da gordura para adolescentes - O Xenical pode ter a bênção da Administração de Comidas e Medicamentos (FDA), mas é uma boa ideia?

Segmentação do título em enunciados:

Enunciado 1 - *Fat pill for teens – Pílula da gordura para adolescentes*

Enunciado 2 - *Xenical may have the FDA’s blessing – O Xenical pode ter a bênção da Administração de Comidas e Medicamentos (FDA)*

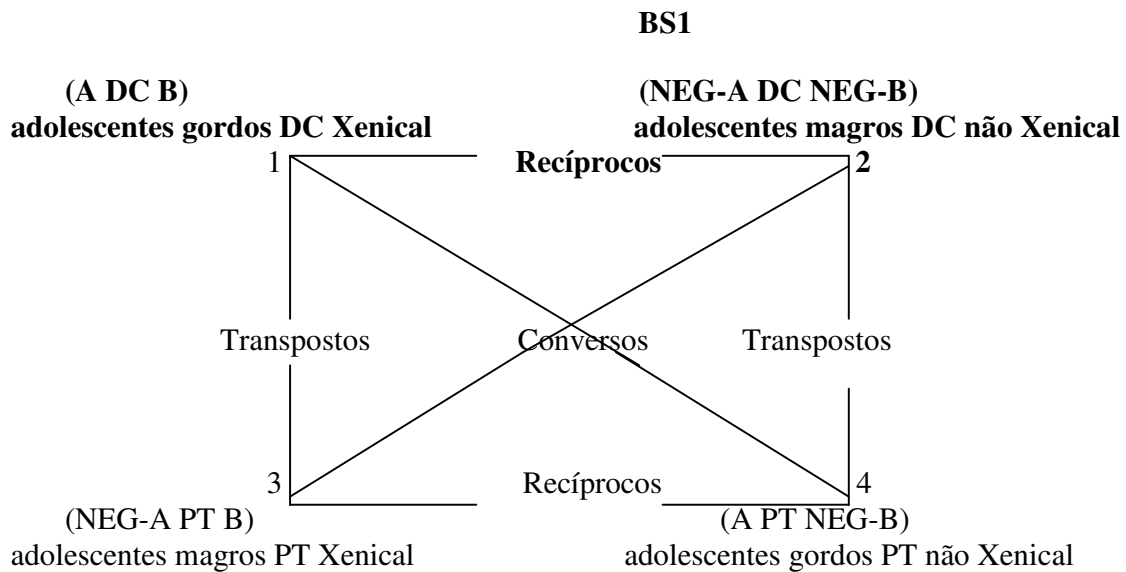
Enunciado 3 - *but is it a good idea? – mas é uma boa ideia?*

Análise do enunciado 1: *Pílula da gordura para adolescentes*

Na parte inicial do título do texto, o locutor, ao apresentar a caracterização da pílula em questão como *Pílula da gordura para adolescentes*, antes do seu nome comercial – Xenical – já constrói, a partir desse segmento, uma argumentação interna para o produto, que é expressa pelo seguinte encadeamento: *adolescentes gordos DC remédio para emagrecer*. Com base nesse enunciado, pode-se explicitar o quadrado argumentativo do bloco⁹¹, que é constituído pelos aspectos conversos, recíprocos e transpostos⁹². Confira-se:

⁹¹ Faz-se necessário ressaltar neste momento que, por uma questão metodológica, o bloco formado com base em cada enunciado segmentado será denominado BS1, BS2, BS3 e assim sucessivamente.

⁹² Com o intuito de destacar os aspectos do bloco selecionados em cada um dos enunciados em questão, decidiu-se grafá-los em negrito.



Pela análise desses encadeamentos, percebe-se que o aspecto convocado tanto em (1) quanto em (2) é o normativo recíproco do mesmo bloco semântico. Observa-se ainda que tanto os aspectos normativos quanto os transgressivos, explicitados anteriormente, possuem uma interdependência semântica, pois fazem parte do mesmo bloco semântico (BS1). Quanto à posição do locutor, pode-se afirmar que ele concorda com o aspecto normativo do bloco, o qual tem como suporte a ideia de que *Xenical é bom para emagrecer*, e o assume, no sentido de que o medicamento destina-se a adolescentes gordos, o que constitui o seu aporte, fato que só fica claro no contexto do discurso.

Essa ideia é imediatamente reforçada e retomada pelo uso do nome comercial (*Xenical*), que funciona como uma espécie de aposto⁹³, visto que parafraseia os termos *pílula da gordura para adolescentes* já explicitados, estabelecendo uma relação de anáfora argumentativa entre esses segmentos. É o que Graeff (2007) caracteriza como um *encapsulamento anafórico* do encadeamento argumentativo⁹⁴. Contudo, como afirma a autora, há de se diferenciar dois tipos de

⁹³ Classificado como tal pela gramática tradicional por ser considerado um termo acessório para a compreensão da estrutura semântica da frase, mas que, segundo a ADL, dentro da argumentação, é de fundamental importância na explicitação do sentido do bloco.

⁹⁴ Essa noção de encapsulamento argumentativo com base na ADL parte da “[...] observação de como se constituem os encadeamentos argumentativos no discurso e da remissão lexical, conforme remeta a um dos segmentos que compõem o encadeamento ou ao encadeamento como um todo, distinguem-se as palavras que argumentam, cuja

encapsulamento: “[...] o que resume, que expressa um encadeamento argumentativo, constituindo este argumentação interna daquele, [...] e o que retoma um segmento de enunciado apenas constata, sem argumentar” (GRAEFF, 2007, p. 197). Com base nessa ideia, pode-se afirmar que o termo *Xenical* apenas remete à expressão *pílula da gordura para adolescentes*, parafraseando-a, sem constituir com ela um sentido argumentativo único e indecomponível⁹⁵.

Análise do enunciado 2: *O Xenical pode ter a bênção da Administração de Comidas e Medicamentos (FDA)*

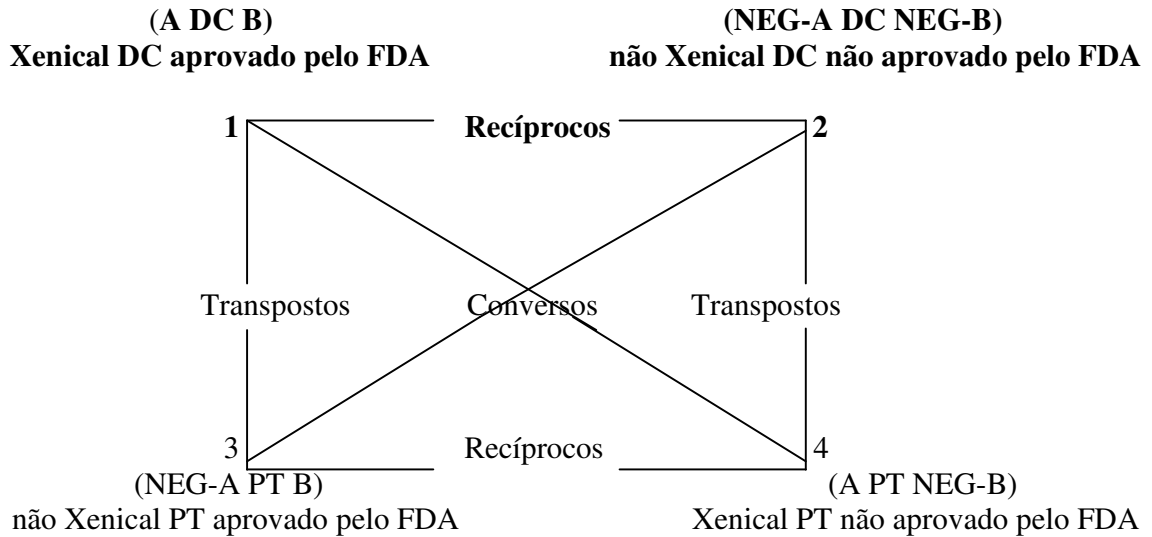
Pode-se afirmar que no enunciado *o Xenical pode ter a bênção do FDA* tem-se um enunciador positivo, cujo ponto de vista é um aspecto expresso na argumentação interna evocada: *É Xenical DC é bom; é Xenical DC pode ser usado; é Xenical DC pode ter a aprovação do FDA*, dado a partir da palavra *blessing* – bênção. Por meio dessas argumentações, pode-se caracterizar um locutor que assimila ou concorda com o ponto de vista sobre os aspectos positivos do medicamento, o que reforça a ideia da sua possível *aprovação*. Faz-se necessário aqui distinguir entre a atitude do locutor de assumir e a assimilação, no sentido de que a primeira revela uma noção de concordância e de defesa do ponto de vista do enunciador que é o objeto da atitude, ao passo que a segunda aponta para “[...] uma tomada de posição frente a um conteúdo ou a uma proposição caracterizáveis em si mesmos”. (CAREL; DUCROT, 2008, p. 9). Porém, trata-se da questão de que, se é *Xenical*, pode ser aprovado, com base no suporte de que *o Xenical é bom*, ou seja, considera-se que, em virtude de ser um medicamento considerado bom para combater a obesidade, pode ser aprovado pelo FDA (cf. *AI* mostrada anteriormente).

Constata-se, novamente, que ambos os aspectos normativos e transgressivos derivam do mesmo bloco semântico (BS1) e que o aspecto assumido pelo locutor é o normativo recíproco desse bloco: *O uso do Xenical é bom e eficaz DC é aprovado pelo FDA / O uso do Xenical é ruim e ineficaz DC não é aprovado pelo FDA*. Assim, corrobora a ideia de poder ter a aprovação, e com, conseqüente permissão, para ser vendido, como se pode verificar na sequência:

argumentação interna é o encadeamento argumentativo constituído no discurso, o qual resumem, e palavras que apenas constata, as quais sintetizam um dos segmentos” (GRAEFF, 2007, p. 191).

⁹⁵ Entenda-se aqui como “[...] uma interdependência semântica que se estabelece entre os dois segmentos de enunciado” (GRAEFF, 2007, p. 197), onde um só faz sentido em função do outro.

BS2

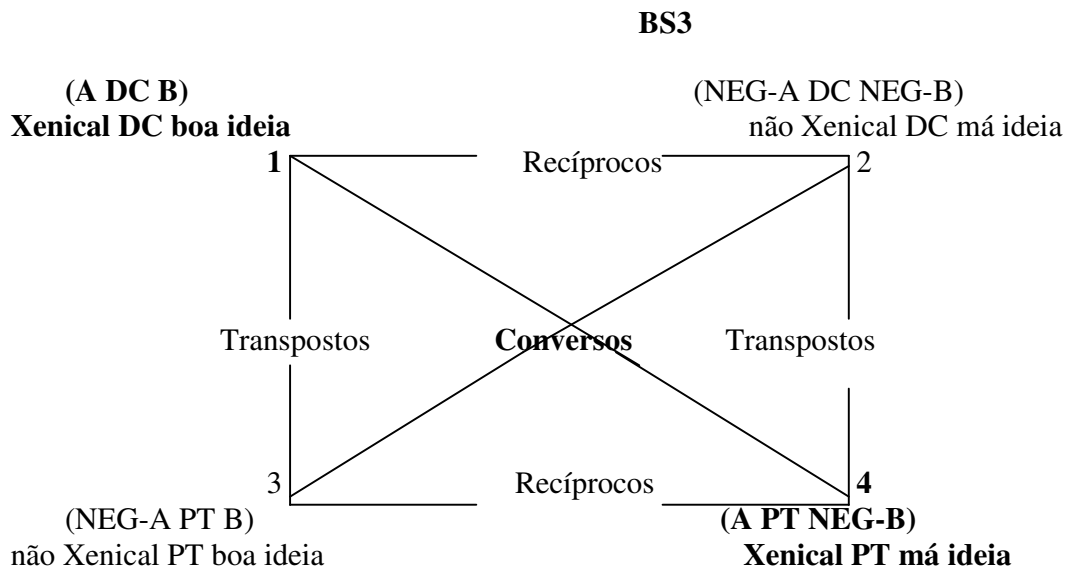


Neste ponto, afirma-se que a intenção primeira do locutor ao fazer uso desse aspecto é de continuar a orientação normativa de sua argumentação em direção à aprovação e ao uso do Xenical pelos adolescentes. Para ser realmente entendida, esta deve ser encadeada com o enunciado subsequente: *but is it a good idea?* – mas é uma boa ideia? –, que nitidamente questiona se seu uso é ou não bom. Ressalta-se que, se questiona, significa que há dúvida quanto a ser benéfico e seu uso ser bom.

Análise do enunciado 3: – *mas é uma boa ideia?*

Percebe-se que, ao introduzir esse novo enunciado, o locutor dá outro rumo para a sua argumentação, visto que o operador *but* – mas (mesmo assim, embora)⁹⁶ – introduz e dá suporte à ideia oposta e transgressiva de que o Xenical tem a aprovação do FDA, embora possa não ser uma boa ideia. Logo, o enunciado relaciona, inicialmente, dois segmentos de um encadeamento argumentativo do mesmo bloco semântico:

⁹⁶ De acordo com Carel (2005), é considerado uma estrutura ambígua, pois pode ser tanto de argumentação direta (omite partes do mesmo bloco e deve ser recuperado no próprio discurso) quanto um PT, que relaciona dois predicados do mesmo bloco semântico (BS2), os quais se constituem semanticamente e formam um sentido único, indecomponível.



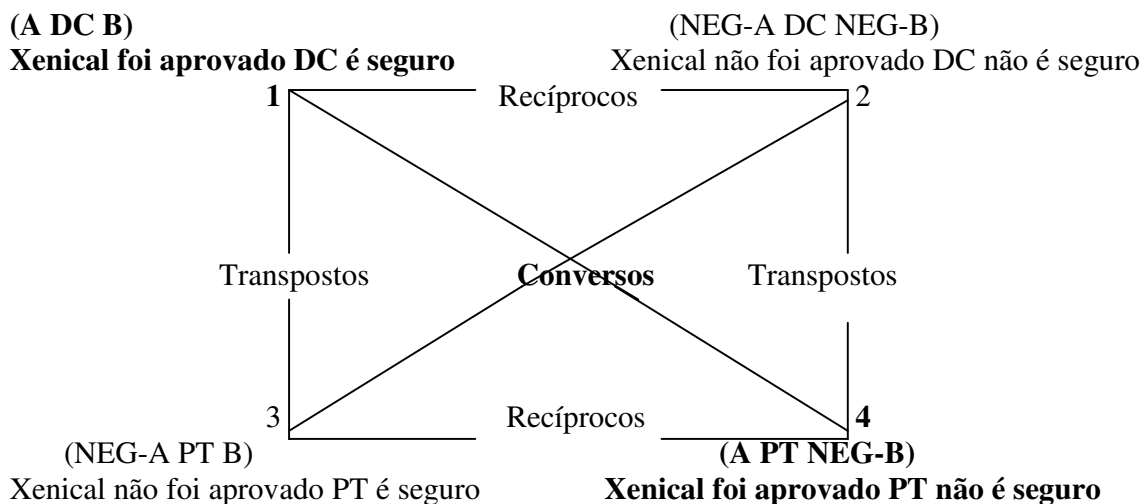
Note-se que esses dois aspectos conversos, (1) e (4), têm o mesmo suporte, *o uso do Xenical*, embora tenham aportes diferentes, uma vez que, enquanto para (1) está posta a questão do *ser uma boa ideia*, para o (4) tem-se o *não ser uma boa ideia*, expresso pelo uso do operador transgressivo PT. Novamente, se tem configurada aí a negação comum ou polêmica, que transforma um aspecto em seu converso, conservando o suporte e negando o aporte, visto que ambos derivam do mesmo bloco semântico: *o Xenical tem a aprovação do FDA*. Assim, acredita-se que os aspectos conversos evocados pelo mesmo bloco dão conta do valor argumentativo do terceiro enunciado *mas é uma boa ideia*, a partir de uma relação de interdependência semântica de oposição entre eles, visto estarem expressos no mesmo bloco semântico, o que ocorre por meio da troca do operador DC por PT e da negação. É isso que dá ao enunciado um caráter transgressivo, trazendo o novo ou o inusitado para a argumentação, que neste caso se caracteriza como algo inesperado: *ter a aprovação do FDA apesar de não ser seguro ou bom para a saúde*.

Já os três enunciados, quando encadeados de forma conjunta, constituem não apenas a polifonia do texto – expressa pelo posicionamento do locutor perante os enunciadores que ele põe em cena no discurso – mas o próprio encadeamento argumentativo (argumentação central do texto) constituído no título, no sentido de que expressam a ideia assumida e defendida pelo locutor de que *a Pílula da gordura para adolescentes, o Xenical, tem a bênção da Administração de Comidas e Medicamentos (FDA), embora não seja uma boa ideia, por ser um medicamento*

caro e com alguns efeitos colaterais. Esse fato pode ser comprovado na seguinte passagem do texto: “Enquanto a droga pode ajudar algumas crianças, as complicações podem não ser fáceis. Porque a pílula age no bloqueio de uma enzima que absorve a gordura, pode haver conseqüências embaraçosas – incluindo gases, diarréia e incontinência – para crianças que consumirem doces muito gordurosos. Muitos adolescentes irão preferir largar o Xenical que o sorvete. E porque custa R\$ 1.500,00 por ano, seus pais também podem estar semelhantemente inclinados a fazer o mesmo.”

Logo, pode-se afirmar que o título analisado contém os principais encadeamentos argumentativos de um mesmo bloco semântico, que expresso, nesse caso, em PT, sintetiza o valor semântico-argumentativo, ou a argumentação, de todo o encadeamento principal: *A insegurança no uso de remédio para adolescentes obesos, aprovado pelo FDA*, representado pela sua *AE* – Pílula para obesidade (Xenical) é aprovada pelo FDA DC pode ser usada, e Pílula para obesidade (Xenical) é aprovada pelo FDA PT não pode ser usada, pois seu uso não oferece segurança ao público pediátrico, em razão de suas restrições e efeitos colaterais (fato já explicitado anteriormente por meio de uma passagem do texto). Confirma-se isso, por meio do seguinte quadrado argumentativo, que sintetiza o valor argumentativo de todo o encadeamento pelo seu aspecto converso:

BS4



Com base no que foi explicitado anteriormente, pode-se afirmar que esse sentido ocorre graças ao posicionamento do locutor, que, ao pôr em cena determinados enunciadores, com os quais concorda, como é o caso do seguinte enunciador (positivo) – *tem a aprovação do FDA DC é uma boa ideia (A DC B)* – e outros que ele se assimila ou assume completamente – *tem a aprovação do FDA PT não é uma boa ideia (A PT NEG-B)* – rechaça completamente a ideia de que a aprovação dada ao Xenical por parte do FDA signifique que seja bom para o público pediátrico. O terceiro enunciado reforça essa ideia ao explicitar que o *Xenical não é uma boa ideia, embora tenha a aprovação do FDA*, ou seja, *pode até ter sido aprovado pelo FDA PT não pode (não deve) ser usado por qualquer um indistintamente*.

Por fim, cabe dizer que, ao analisar a relação argumentativo-polifônica existente entre o título e o texto, observou-se que o título sintetiza ou encapsula os principais encadeamentos argumentativos expressos no texto. Logo, pode ser considerado como muito bem articulado com a estrutura textual tanto do ponto de vista da leitura quanto da produção textual, uma vez que desempenha plenamente a sua função estratégica na articulação textual, levando o leitor a uma maior compreensão textual ou discursiva.

4.2.2 Análise do título do texto II

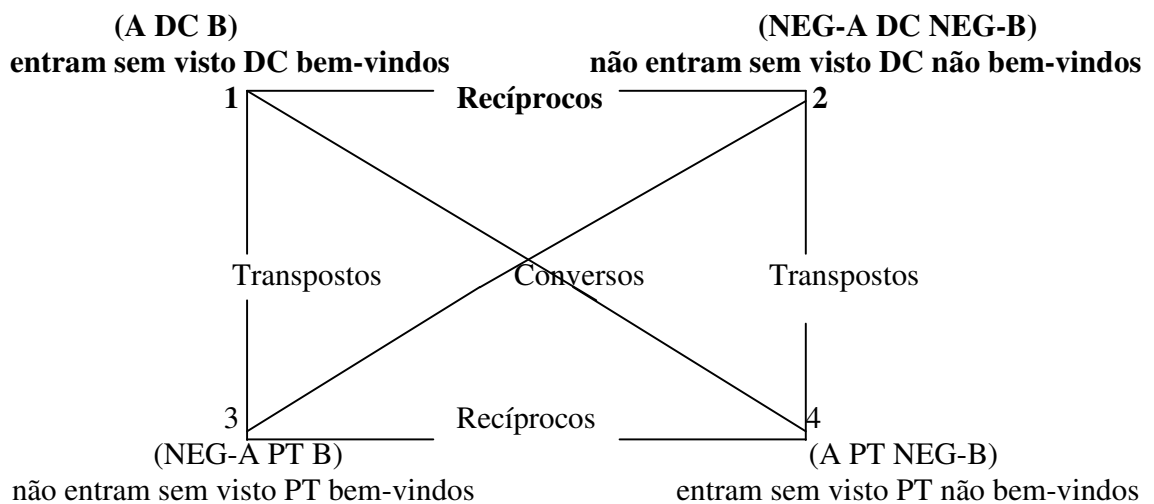
O enunciado: *E eles podem entrar sem um visto*, contido no título do texto, tem como *AE*, à esquerda, e à direita, respectivamente, os seguintes encadeamentos: *podem entrar sem visto DC entram; entram sem visto DC podem entrar*. Essas argumentações suportam a ideia de que *pessoas, coisas ou animais* possuem permissão para entrar livremente e permanecer em algum lugar ou país, o que é reforçado inicialmente tanto pelo uso da palavra *visto*, que tem como *AI* o seguinte encadeamento: *têm permissão para entrar DC têm acesso garantido*, quanto pelo uso do verbo poder (*can*) na expressão *podem entrar*, que tem como *AI* o encadeamento: *têm autorização para entrar DC entram*.

Entretanto, cabe considerar ainda que o enunciado em questão, apresenta, em sua *AI*, uma estrutura predicativa conectiva normativa em *DC*⁹⁷, que é constituída “[...] a partir de um termo

⁹⁷ Conforme Carel (2005).

do grupo do sujeito e um termo do grupo verbal [...]” (SANTOS, 2008, p. 60). Em outras palavras, neste caso, trata-se da interdependência semântica que se estabelece entre a parte nuclear do encadeamento, expressa pela estrutura verbal *podem entrar*, e a predicação *sem visto*. Logo, ao afirmar que *eles ou elas podem entrar sem um visto, ou seja, que eles não precisam de visto para entrar*, o locutor assume o ponto de vista que expressa que há determinadas pessoas, animais ou objetos que, mesmo sendo estrangeiros, não precisam de visto, pois de alguma forma são bem-vindos em algum lugar. Então, têm-se os seguintes encadeamentos: *podem entrar sem visto DC são bem-vindos*; *podem entrar sem visto, porque não são considerados estrangeiros*, os quais podem ser explicitados no quadrado argumentativo do bloco, que evoca, neste caso, os aspectos normativos recíprocos, que possuem uma mesma interdependência semântica.

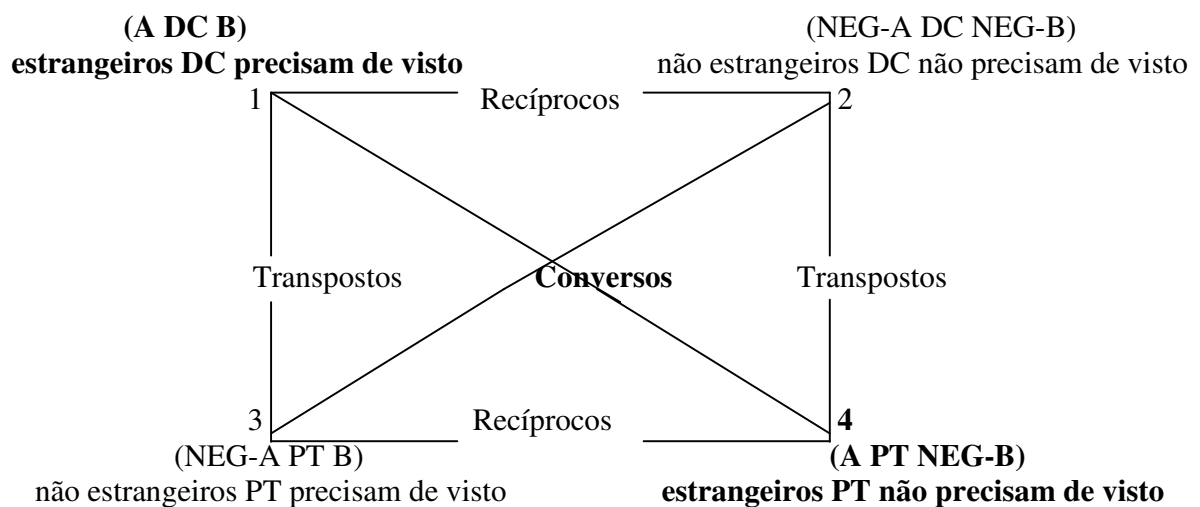
BS1



Por meio dos encadeamentos explicitados anteriormente, nota-se que, além de os aspectos convocados, tanto em (1) quanto em (2), serem o normativo recíproco do mesmo bloco semântico, o locutor posiciona-se concordando com esse aspecto, o qual tem como suporte a ideia de que *alguém ou algo deve ser muito bom ou importante para, mesmo sendo estrangeiro, poder entrar nos EUA sem visto*, e, por fim, ele o assume, explicitando a questão de que se trata de uma grande façanha realizada pelos chinelos *havaianas*. Isso ocorre porque o comum seria: *não ter visto DC não poder entrar*. Tal posicionamento do locutor pode ser comprovado e mais

bem compreendido na seguinte passagem do texto: “Talvez os pés⁹⁸ que os usam não sejam bem-vindos, mas os chinelos são”. Na verdade, nessa passagem fica claro que, apesar de o aspecto normativo do bloco ter sido convocado, não se mantém totalmente a argumentação esperada: *são estrangeiros DC não são aceitos sem visto*. Contudo, por se tratar dos chinelos *havaianas*, não precisam de licença alguma para entrar em lugar algum, mesmo nos EUA, ou seja, têm livre acesso a todos os lugares, como pode ser verificado no seguinte bloco formado:

BS2



Assim, pode-se afirmar que se trata da convocação do aspecto transgressivo converso, (1) e (4), do mesmo bloco semântico, que têm o mesmo suporte *o fato de serem estrangeiros* e aportes diferentes, visto que para (1) está posta a questão da *necessidade dos havaianas terem o visto para entrar nos EUA*, ao passo que para o (4) está posta a *não necessidade de permissão das autoridades para a sua entrada no país, uma vez que os consumidores já os aprovaram, e eles já fazem parte do dia-a-dia americano; não sendo, portanto, mais considerados estrangeiros*, o que é reforçado pelo uso do conector transgressivo PT. Trata-se, na verdade, da negação comum ou polêmica, que, ao transformar um aspecto em seu converso, conservando o suporte e negando o aporte, por meio da troca do conector DC por PT e da negação, atribui ao enunciado um caráter transgressivo e inusitado: *não precisar ter um visto de entrada no país*,

⁹⁸ Observa-se que nessa passagem é usada a metonímia *pés* no sentido de *peessoas*.

apesar de ser de origem estrangeira. Tal fato refere-se à proeza realizada pelos chinelos em questão.

Pode-se afirmar que nesse enunciado o locutor assume o ponto de vista do E1 (positivo) de que pessoas ou seres estrangeiros precisam de visto para entrar nos EUA, que é expresso a partir do seguinte encadeamento: *estrangeiros DC precisam de visto*. O E2 (negativo), por sua vez, constitui o seu aspecto recíproco (NEG-A DC NEG-B), a partir da ideia de que *não são estrangeiros DC não precisam de visto*. Note-se que o locutor rejeita o ponto de vista do E3 (positivo), que expressa a ideia de que *não são estrangeiros PT precisam de visto* (NEG-A PT B), ao passo que assimila o ponto de vista do E4, expresso no seguinte encadeamento: *são estrangeiros PT não precisam de visto* (A PT NEG-B), o qual deixa claro tratar-se de seres diferenciados (os chinelos *havaianas*) que, embora sejam de origem estrangeira podem ingressar nos EUA sem um documento formal de permissão, pois já estão integrados à moda e à cultura norte-americana.

Ainda cabe ressaltar que a partir do sentido argumentativo construído com base no encadeamento argumentativo, isto é, através da interdependência semântica que se estabelece entre os dois predicados (do grupo do verbo: *podem entrar* e do sujeito: *sem visto*), se pode explicitar de forma segura a argumentação central do discurso em questão, a qual, neste caso, diz respeito *ao sucesso dos chinelos havaianas em domínios norte-americanos*, expressa no título do texto. Em outras palavras, quando se constituem os blocos semânticos e se explicitam os aspectos argumentativos selecionados no enunciado que compõe o título, observa-se que contém os principais encadeamentos argumentativos de um mesmo bloco semântico, expressos em PT, que sintetizam a argumentação central de todo o texto: *O sucesso e a popularidade que os chinelos havaianas têm nos EUA, que fazem com que eles, mesmo sendo estrangeiros, não precisem de visto de entrada e permanência, tal como, geralmente, acontece com a maioria das pessoas que tentam lá entrar, e até com outros produtos, que precisam de uma permissão especial para ter a sua comercialização aprovada em terras americanas.*

Pode-se afirmar, com base na análise feita, que o título *E eles podem entrar sem um visto*, quando considerado apenas do ponto de vista cognitivista, é enganador, uma vez que sugere, inicialmente, a ideia de que se trata de pessoas que podem entrar livremente nos EUA – fato que só é rechaçado pela identificação na primeira linha do texto de que se trata dos chinelos

havaianas, personificados no título⁹⁹ –, remetendo, de imediato, ao seguinte questionamento por parte do leitor: *quem, apesar de ser estrangeiro, entra nos EUA sem visto?*. A resposta encontra-se explicitada no objeto que explica e caracteriza o pronome *they* – eles ou elas –, utilizado no título do texto: os chinelos *havaianas*.

Tal tipo de título, também denominado de “tangencial” por Terzi (1992)¹⁰⁰, deriva da macroestrutura semântica sem, contudo, ser parte dela, ou seja, por não constituir um resumo de nível mais alto, articulado com todas as informações textuais, não orienta a leitura convenientemente, como pôde ser comprovado anteriormente. Desse ponto de vista, pode-se asseverar que se trata de um título “[...] mal elaborado [...], que ativa mal os esquemas do leitor, proporcionando interpretações parciais ou até mesmo distorcidas” (MENEGASSI; CHAVES, 2000, p. 34), visto que não desempenha bem sua função estratégica na articulação do texto.

Quando, entretanto, esse título é tomado, como foi o caso desta análise, do ponto de vista argumentativo-polifônico, percebe-se que, embora aparentemente problemático, contém (como já foi salientado anteriormente) o encadeamento argumentativo. Pode, portanto, ser considerado como uma eficaz estratégia de leitura e compreensão textual por leitores proficientes e não proficientes, tanto em língua materna quanto em língua estrangeira, uma vez que em sua relação com o texto se mostrou coerente, interessante e articulado com a estrutura textual, posto que possibilitou uma maior compreensão textual, sem, contudo, tornar-se muito óbvio e previsível. Esse fato foi possibilitado justamente pela substituição do termo *chinelos havaianas* pelo pronome pessoal *eles*, o que também corrobora a acepção argumentativa de que, do ponto de vista da produção textual, um título bem proposto contém a argumentação central do texto, isto é, expressa o encadeamento argumentativo do discurso, independentemente da sua tipologia e extensão.

⁹⁹ Visto que se atribui a eles características humanas, como a necessidade de permissão para ingressarem naquele país.

¹⁰⁰ Em seu estudo sobre textos publicados pela imprensa escrita.

4.2.3 Análise do título do texto III

It is becoming possible now to engineer people, but just how far should we allow the technology to go? – Está se tornando possível fabricar pessoas, mas quão longe devemos deixar essa tecnologia chegar?

Segmentação do título em enunciados:

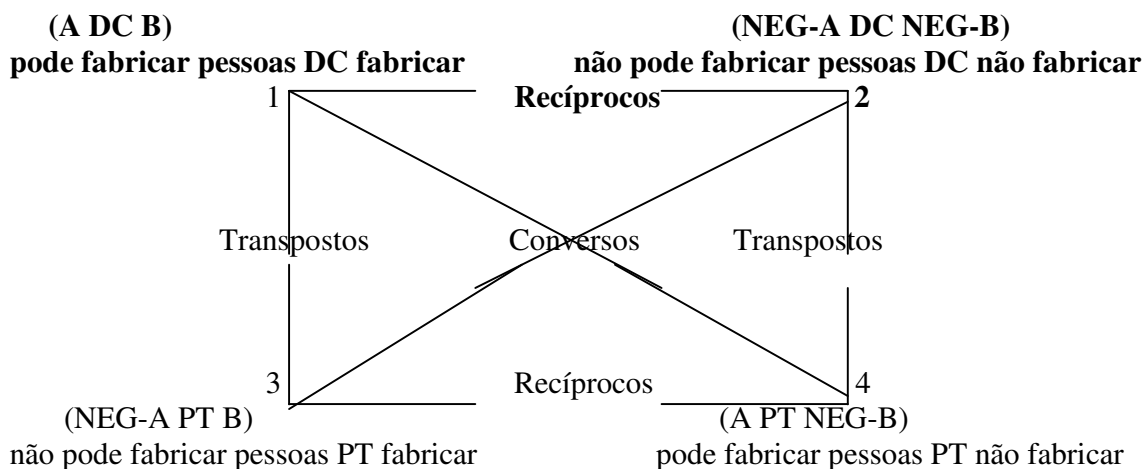
Enunciado 1 - *It is becoming possible now to engineer people – Está se tornando possível fabricar pessoas*

Enunciado 2 - *but just how far should we allow the technology to go? – mas quão longe devemos deixar essa tecnologia chegar?*

Análise do enunciado 1:

Na parte inicial do título do texto, o locutor apresenta e sustenta o fato de que hoje há tecnologia suficiente para fabricar pessoas. Esse fato pode ser mais bem apreendido por meio da explicitação da *AE* à direita que se pode construir para o enunciado, expressa no seguinte encadeamento argumentativo: *fabricar pessoas já pode ser uma realidade DC fabricar*. Com base nesse encadeamento, é possível apresentar o quadrado argumentativo do bloco semântico construído, que, neste caso, evoca os aspectos recíprocos do mesmo, como se pode visualizar a seguir:

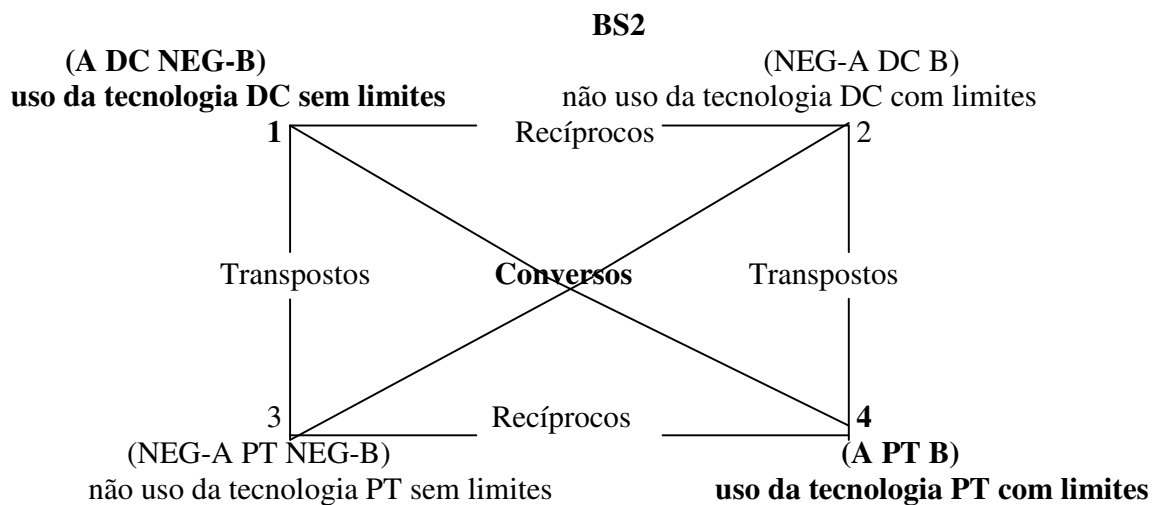
BS1



Como se pode observar nesses encadeamentos, os aspectos normativos recíprocos, convocados tanto em (1) quanto em (2), têm como suporte a ideia de que *se é possível fabricar pessoas, se deve fazê-lo, visto que isso representará um avanço muito significativo para a humanidade*, e revelam a posição do locutor, que concorda com o E1 (*pode-se fabricar pessoas DC fabricar*) e o E2 (*não se pode fabricar pessoas DC não fabricar*), assumindo-os no sentido de que *isso só pode ser algo bom e positivo, que deve ser incentivado e apoiado por todos*, o que constitui o seu aporte.

Análise do enunciado 2: but just how far should we allow the technology to go? – mas quão longe devemos deixar essa tecnologia chegar?

Note-se que, com a introdução desse novo segmento e, em especial, ao fazer uso do operador *but – MAS*¹⁰¹ –, o locutor introduz um novo bloco, que relaciona a possibilidade de fabricar pessoas com os limites desse ato. É o que pode ser observado a partir do BS2, explicitado a seguir:



Com base no quadrado apresentado, pode-se afirmar que os aspectos argumentativos seleccionados são os conversos, (1) e (4), cujo suporte é *o uso da tecnologia*, enquanto seus aportes diferem entre si, visto que, se para o (1) tem-se *o uso da tecnologia sem limites*, para o (4)

¹⁰¹ Compara aspectos argumentativos de blocos semânticos contrários.

está posta a questão de que *seu uso deve ser limitado*. Ainda se deve explicitar que, ao transformar um aspecto em seu converso, conservando o suporte e negando o aporte, que derivam do mesmo bloco semântico – *o uso da tecnologia e do conhecimento científico para fabricar pessoas pode ser usado, mas com limites* –, tem-se, mais uma vez, configurada a negação comum ou polêmica. Como se pode asseverar, a convocação do aspecto converso do bloco, expressa pelo conector transgressivo PT e associada a essa negação, confere à argumentação o seu caráter transgressivo ou incomum.

Contudo, ao relacionar os dois blocos por meio do operador *MAS*, o próprio locutor questiona *o quão longe devemos deixar que essa tecnologia vá*, assumindo o ponto de vista de que, *se nossa intenção for utilizar essa tecnologia de fabricar seres humanos sem limites, ela não deve ser utilizada*. Logo, tem-se o seguinte encadeamento, formado pelos dois blocos semânticos, que são relacionados pelo operador *MAS*, aos quais é possível encadear um DC com duas conclusões contrárias:

BS1: possível fabricar pessoas	<i>MAS</i>	BS2: a tecnologia pode ser prejudicial
DC fabrica-se		DC não se fabrica

Observa-se que o *MAS* compara duas argumentações, dois pontos de vista, e que o locutor assume o último, de que se devem pôr limites ao uso da tecnologia para produzir seres humanos, dando um novo rumo para a sua argumentação, isto é, ele sustenta a ideia de que *a possibilidade de fabricar pessoas até pode existir, mas se essa tecnologia for prejudicial, ela não deve ser utilizada com os seres humanos*. Em outras palavras, é imposta a ideia de que, se a intenção for utilizar essa tecnologia de fabricar seres humanos sem limites, ela não deve ser utilizada. Isso é reforçado ainda pelo uso da interrogação, que funciona como uma dúvida quantos aos limites da utilização dessa nova tecnologia, ou seja, questiona-se até aonde se pode chegar com ela, posto que várias questões éticas, biológicas, humanitárias devem ser consideradas antes do seu uso efetivo com a espécie humana.

Assim, cabe salientar que o título em questão compara encadeamentos argumentativos de diferentes blocos semânticos, que, relacionados pelo *MAS*, sintetizam o valor semântico-argumentativo do texto: Já temos tecnologia e conhecimento suficientes para fabricar os primeiros seres humanos, de acordo com a vontade e a necessidade; contudo, o uso dessa

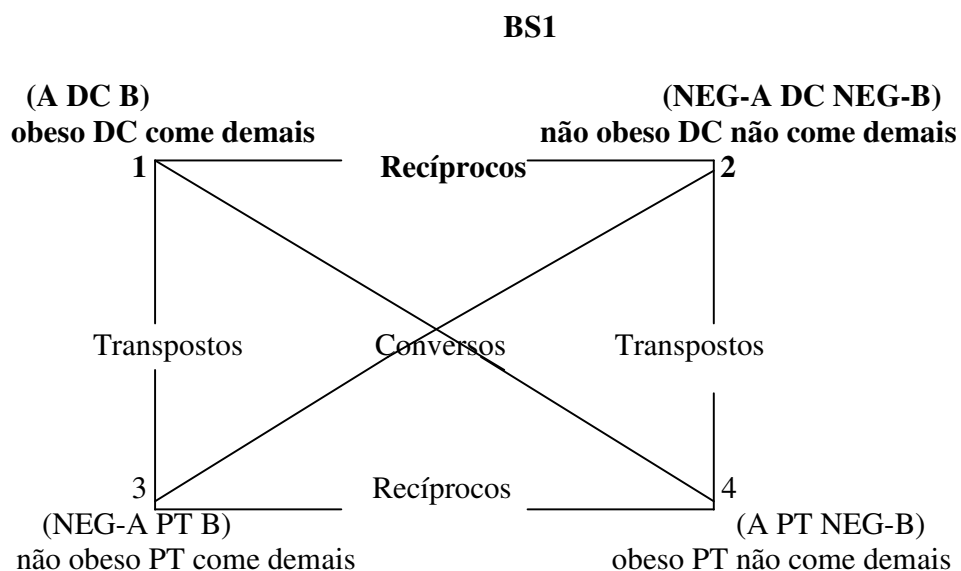
tecnologia não deve ultrapassar os limites da ética e do bom senso, devendo, sobretudo, respeitar os limites da natureza humana. Tendo em vista a ocorrência de tal síntese, pode-se concluir que esse título poderia realmente funcionar como uma estratégia de leitura e produção textual, por conter (como já foi explicitado anteriormente) a argumentação central do texto, numa espécie de paráfrase resumitiva e simplificada dele.

4.2.4 Análise do título do texto IV

Can a virus make you fat? – *Pode um vírus torná-lo gordo?*

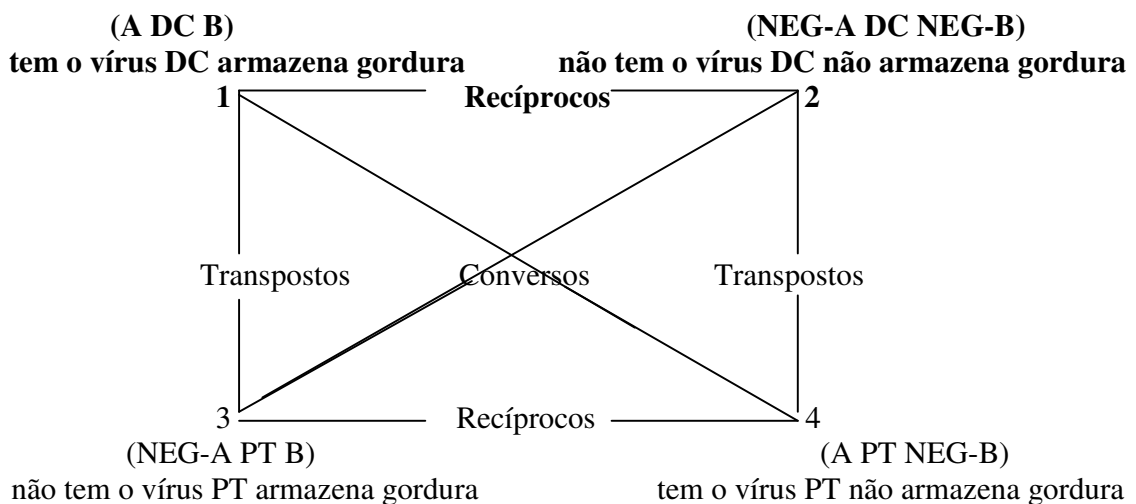
Análise do enunciado contido no título: Can a virus make you fat? – *Pode um vírus torná-lo gordo?*

Quando se toma o enunciado principal contido no título do texto, percebe-se que o locutor o constrói, primeiramente, pela argumentação interna da palavra *fat* - gordo, a qual pode ser expressa pelo seguinte encadeamento argumentativo: *come muito DC armazena gordura*. Com a ideia de obeso pode ser constituído o bloco semântico que estabelece interdependência semântica entre *ser obeso e comer demais*, como segue:



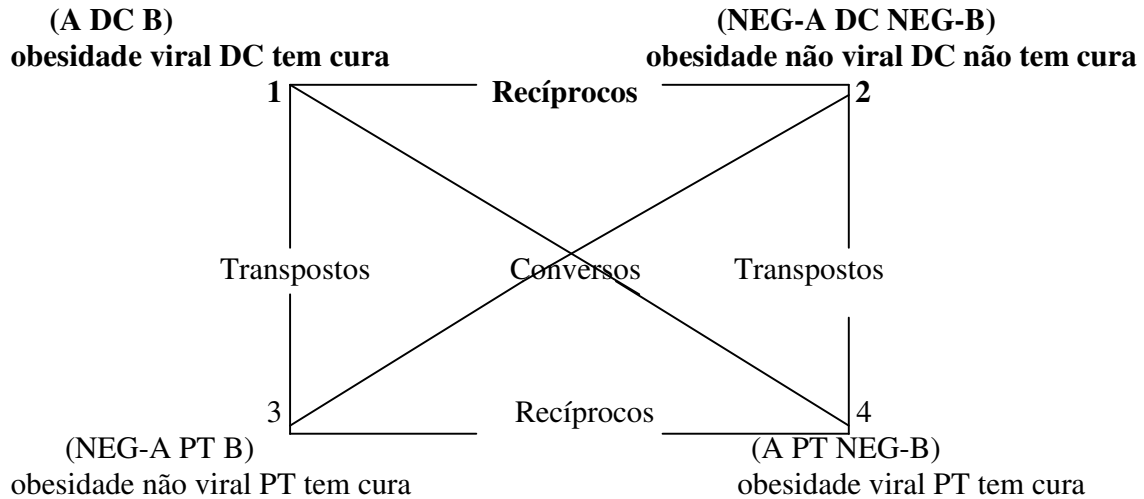
Nitidamente, nota-se que o locutor, inicialmente, concorda com o E1, o qual afirma que a obesidade se deve à grande ingestão de alimentos. Pode-se destacar que neste ponto o aspecto convocado é o normativo recíproco do bloco, que seria o esperado da argumentação, uma vez que se sabe que *quem come demais engorda*. Contudo, também se pode notar que, ao mesmo tempo em que o locutor concorda com isso, questiona no discurso se a obesidade também não pode ser causada por um vírus. Nesse sentido, o mesmo enunciado desencadeia um novo encadeamento argumentativo a partir da argumentação interna da palavra *vírus*, caracterizado como um microorganismo causador de doença, o qual pode ser não apenas combatido, mas prevenido, tal qual ocorre com o vírus da gripe, por exemplo, cuja vacina se encontra disponível para a população. A AI de gordo, então, poderia ser expressa pelo seguinte encadeamento: *tem o vírus que faz engordar DC armazena gordura*, cujo bloco semântico constituído seria:

BS1



Além disso, o texto relaciona a *obesidade causada por um vírus com a possibilidade de ser prevenida, tratada e curada*. Ao se colocar esse encadeamento no quadrado argumentativo, tem-se o seguinte esquema do bloco semântico formado:

BS2



Com base no que foi exposto anteriormente, observa-se que novamente os aspectos convocados tanto em (1) quanto em (2) são o normativo recíproco do mesmo bloco semântico, pois o locutor posiciona-se não apenas concordando com esse aspecto, mas assumindo esse enunciador, que aborda a questão de que, caso isso seja mesmo comprovado pela ciência, os obesos poderão ter motivos para se alegrar, porque na medicina moderna as doenças virais podem ser prevenidas, tratadas e curadas completamente. Esse ponto de vista, na verdade, dá respaldo à ideia expressa pelo enunciador do aspecto recíproco negativo de que a obesidade, que não é causada por um vírus, não pode ser tratada e curada facilmente.

Quanto ao título em questão, pode-se afirmar, primeiramente, que o uso da forma verbal *CAN* – poder – em sua estrutura interrogativa, associada ao uso da negação, é responsável pelo tom de questionamento e de desconstrução das certezas sobre as causas da obesidade sustentadas pelo texto. Todavia, cabe, neste aspecto, salientar que se trata de um título que, por encapsular apenas um segmento do encadeamento, não o encadeamento como um todo, não pode ser classificado como uma estratégia eficaz de leitura e produção textual. Isso ocorre porque, embora se tenha conseguido chegar a uma boa compreensão da argumentação central do texto, por meio da explicitação dos blocos semânticos constituídos e dos aspectos argumentativos selecionados, os quais estavam contidos nos encadeamentos argumentativos construídos a partir do título, este não expressa, completamente, a ideia que se realmente comprovada a relação entre o vírus AD36,

encontrado, principalmente, em ratos e frangos, e a obesidade, as pessoas que sofrem desse mal podem ter uma nova esperança, uma vez que, caso seu problema seja, realmente, causado por ele ou por outros vírus, o tratamento seria, teoricamente, mais simples do que aquele que consiste em lutar contra as bases genéticas ou psicológicas desse mal.

4.2.5 Análise do título do texto V

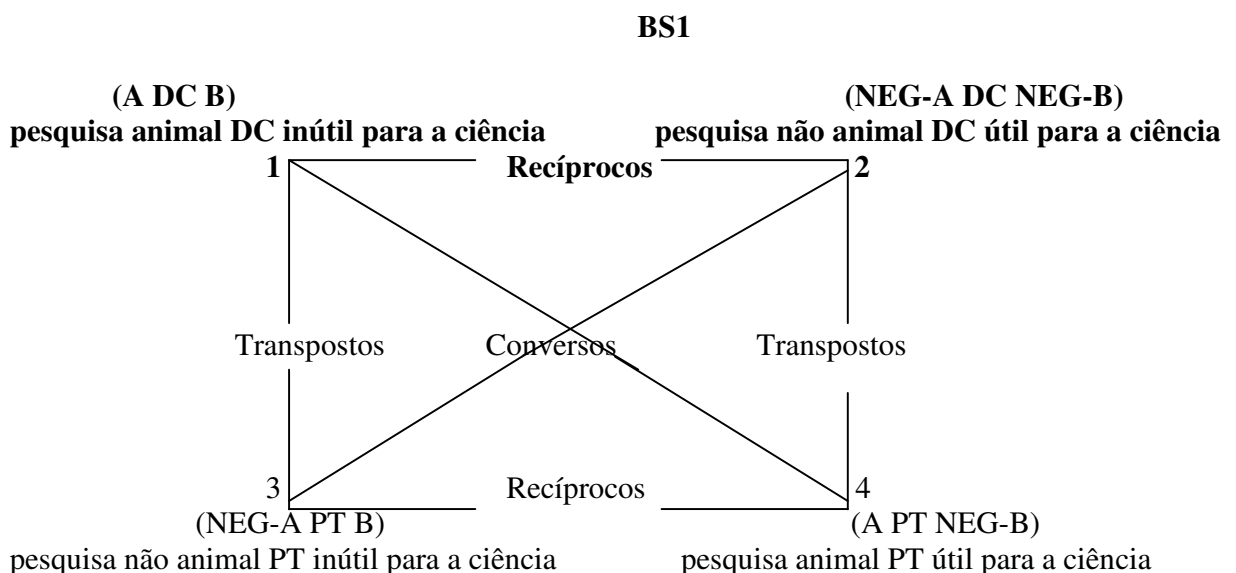
Animal research is wasteful and misleading – Pesquisa animal é perda de tempo e enganadora

3.2.5.1 Encadeamentos argumentativos expressos a partir do título:

Análise do enunciado 1: pesquisa animal é perda de tempo e enganadora

A leitura do título do texto permite construir uma argumentação interna ao enunciado que pode ser expressa pelo seguinte encadeamento: *pesquisa com animais DC inútil para o avanço da ciência*. A partir desse encadeamento, pode-se explicitar o quadrado argumentativo do bloco, que é constituído pelos aspectos conversos, recíprocos e transpostos. Confira-se:

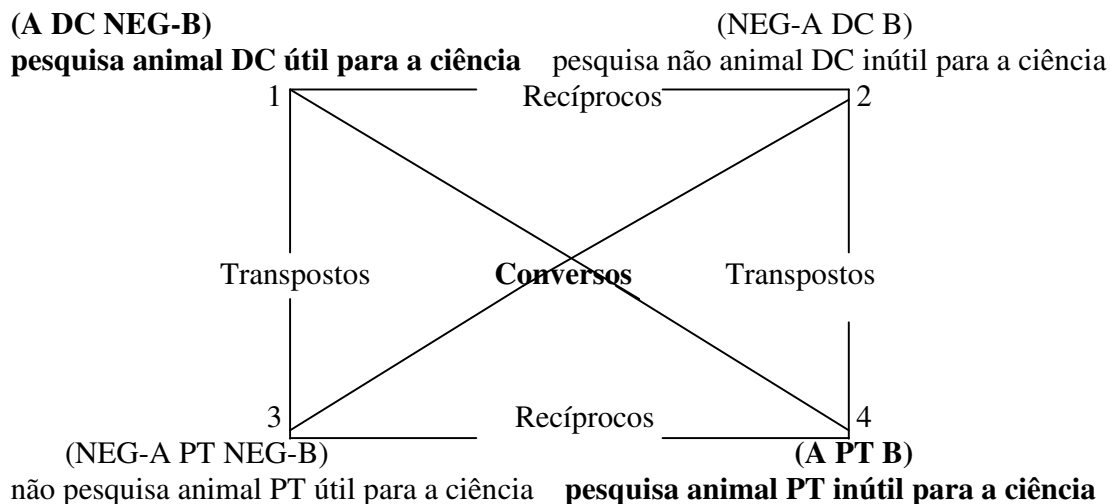
Bloco semântico 1: a pesquisa com animais é inútil para o progresso da ciência



Pela análise desses encadeamentos, constata-se que os aspectos convocados tanto em (1) quanto em (2) são os normativos recíprocos. Quanto à posição do locutor, pode-se afirmar que ele concorda com o aspecto normativo do bloco, o qual tem como suporte a ideia de que *a pesquisa animal é inútil para a ciência*. Essa ideia, contudo, é completamente contrária à de que *a pesquisa animal é importante para o progresso da ciência*, que expressaria o bloco semântico 2, como se pode observar no respectivo quadrado argumentativo que segue:

Bloco semântico 2: a pesquisa com animais é útil para o progresso da ciência

BS2



Lendo o enunciado retirado do texto “embora a pesquisa animal seja uma prática frequente da ciência, seus resultados mostram-se não tão eficazes quando aplicados ao homem, visto existirem muitas diferenças genéticas, evolutivas, etc, entre as espécies testadas e os seres humanos”, pode-se perceber que o aspecto convocado foi o converso (4). Em outras palavras, trata-se da negação comum ou polêmica, que transforma um aspecto em seu converso, conservando o suporte e negando o aporte (por meio do conector transgressivo PT). Essa ideia transgressiva assumida pelo locutor fica clara quando se considera que, ao abordar esse aspecto, ele visa a desconstruir a noção benéfica e útil dos experimentos com animais, posto que é ideia corrente que as pesquisas com animais são a base da ciência, ou seja, sabe-se que, por questões éticas e legais, os testes de laboratório não podem e não são feitos com seres humanos, apenas com animais. Daí o aspecto normativo *pesquisa animal PT inútil para a ciência*.

Quando tal título é considerado com base na relação entre os enunciados que o compõem, observa-se que compreende a polifonia do texto ao contemplar dois blocos contrários em seus oito encadeamentos e, mais especialmente, o aspecto transgressivo do bloco semântico 2, que, expresso em PT, resume o valor semântico-argumentativo, ou a argumentação, do enunciado: *pesquisas animais PT enganadoras e inúteis quando seus resultados são utilizados no tratamento de seres humanos*.

Ainda, constata-se que a argumentação expressa no título sintetiza parte da ideia assumida e defendida pelo locutor no texto de que a pesquisa animal é inútil para o homem. Justifica-se essa ideia com a seguinte passagem do texto: “Acreditamos que embora experimentos com animais sejam, às vezes, intelectualmente sedutores, eles são precariamente capazes de se adequarem aos problemas urgentes de saúde da nossa época, tais como doenças do coração, câncer, derrame, aids e defeitos de nascença. Até pior, os experimentos animais podem enganar os pesquisadores ou até mesmo contribuir com as doenças ou mortes ao falhar na previsão dos efeitos tóxicos dos medicamentos”, na qual o uso de **até** introduz a ideia expressa no bloco 1, de que a pesquisa com animais é inútil para seres humanos. Esse seria o argumento mais forte para não ser realizada do que a ideia expressa no encadeamento transgressivo converso do bloco 2: *pesquisa animal PT inútil*.

Por fim, considera-se que a argumentação central do texto não se encontra totalmente expressa no título, o qual contém apenas o aspecto transgressivo converso do BS2: *pesquisa animal PT inútil*. Em outras palavras, é o uso de *até* no texto que impõe o ponto de vista expresso no BS1 de que *a pesquisa animal é inútil e enganadora quando aplicada aos seres humanos, visto que pode contribuir para o aparecimento de doenças ou até ocasionar a morte em alguns casos*. Assim, conclui-se que o título, ao sintetizar apenas um segmento do encadeamento principal assumido pelo locutor, não resume o valor semântico-argumentativo do texto, não podendo ser considerado como uma adequada estratégia de leitura e produção textual.

A seguir, é feita uma breve apreciação de cada uma dos títulos analisados, de modo a apontar a relação argumentativa entre texto e título, com base nos blocos constituídos e nos aspectos argumentativos selecionados. Também são tecidas considerações sobre a adequação do título ao texto, sua utilização como eficaz estratégia de leitura e produção textual, tanto em língua

materna quanto em língua estrangeira, bem como a proposição de novos títulos, visando a uma maior compreensão textual.

4.3 Discussão dos resultados

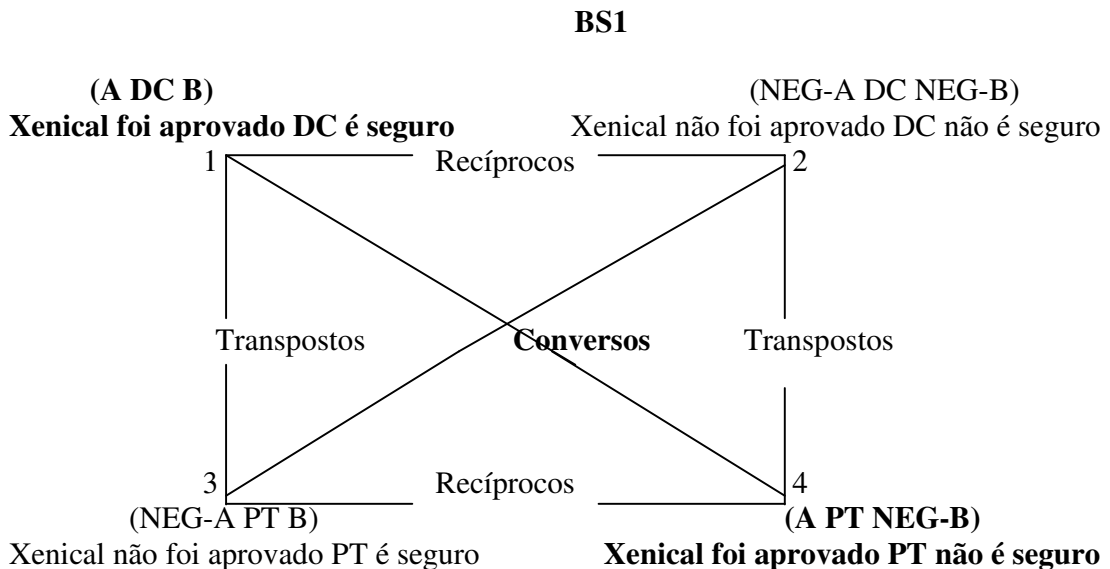
Ao estabelecer a relação argumentativa entre os textos e os títulos analisados, observou-se que possuem encadeamentos argumentativos que convocam ora os aspectos **normativos recíprocos** do mesmo bloco semântico, ou do bloco semântico contrário, ora os **transgressivos conversos** do mesmo bloco, ou do bloco contrário. Na verdade, pode-se afirmar que, com exceção do título IV – em que os aspectos convocados foram os **normativos recíprocos** do bloco semântico contrário – em todos os demais os aspectos argumentativos selecionados, que contém a argumentação principal do texto¹⁰², foram os **transgressivos conversos**, constituindo a chamada negação comum ou polêmica, já abordada anteriormente. Constatou-se também que a relação de **transposição** entre os aspectos do bloco não ocorreu em nenhum dos títulos considerados, o que pode, de certa forma, reforçar as conclusões de Fornari (2007) de que a expressão *até* sempre relaciona os aspectos **transgressivos transpostos** do mesmo bloco semântico, constituindo, o que Carel e Ducrot (2008) chamam de “negação metalinguística”, também já explicitada nesta pesquisa¹⁰³.

O título I – *Pílula da gordura para adolescentes - O Xenical pode ter a bênção da Administração de Comidas e Medicamentos (FDA), mas é uma boa ideia?* – que se apresenta em forma de pergunta, é formado por três enunciados, que, quando considerados de forma conjunta, constituem sua polifonia e expressam os principais encadeamentos argumentativos de um mesmo bloco semântico, o que expresso, neste caso, em PT sintetiza ou encapsula o valor semântico-argumentativo ou a argumentação de todo o encadeamento principal: *A insegurança no uso de remédio para adolescentes obesos, aprovado pelo FDA*, representado pela sua AE – *Pílula para*

¹⁰² Cabe distinguir aqui os casos em o título expressa todo o encadeamento argumentativo – sintetizando a argumentação principal do texto –, ou segmentos dele – caso em que expressa parte do encadeamento argumentativo ou da argumentação principal do texto –, como será mais bem explicado na sequência.

¹⁰³ Como este não é o foco deste estudo, optou-se por não aprofundar essa questão.

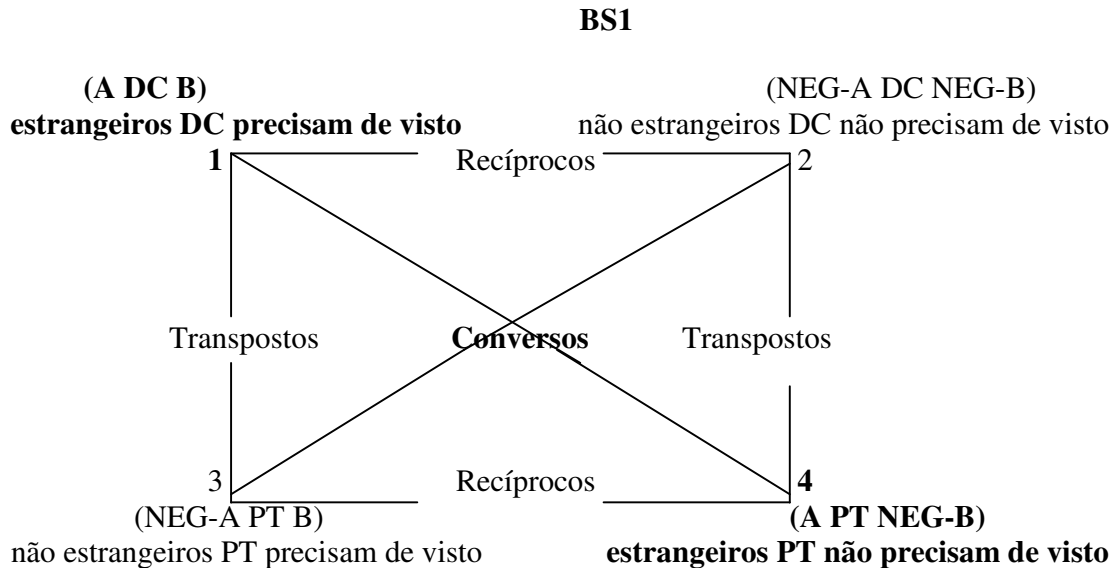
obesidade (Xenical) é aprovada pelo FDA DC pode ser usada; e Pílula para obesidade (Xenical) é aprovada pelo FDA PT não pode ser usada, pois seu uso não oferece segurança ao público pediátrico, em razão de suas restrições e efeitos colaterais (cf. seção 4.2.1). Confira-se isso por meio do seguinte quadrado argumentativo, que sintetiza o valor argumentativo de todo o encadeamento, através do seu aspecto **transgressivo converso**:



Ao analisar a relação argumentativo-polifônica existente entre o título e o texto, constatou-se que o título pode ser considerado como muito bem proposto e articulado com a estrutura textual, tanto do ponto de vista da leitura quanto da produção textual, uma vez que, ao encapsular ou expressar a argumentação principal do texto, desempenha plenamente a sua função estratégica na articulação textual, possibilitando ao leitor uma melhor compreensão textual.

O título II – *E eles podem entrar sem um visto* –, por sua vez, é formado por uma oração afirmativa, constituída um único enunciado, cuja predicção conectiva (já explicitada anteriormente) constitui sua polifonia e sintetiza a argumentação principal do texto. Em outras palavras, o título explicita que *eles* – os chinelos havaianas –, mesmo sendo forasteiros, não precisam de visto para entrar no EUA, uma vez que já fazem parte dos acessórios de moda dos americanos. Cabe salientar que o aspecto convocado a partir dessa ideia é o **transgressivo converso** do mesmo bloco semântico, o que dá à argumentação seu caráter incomum e

concessivo, ao postular que *apesar de serem de origem estrangeira, os chinelos havaianas não precisar ter um visto de entrada nos EUA*. Apresenta-se abaixo o bloco constituído:

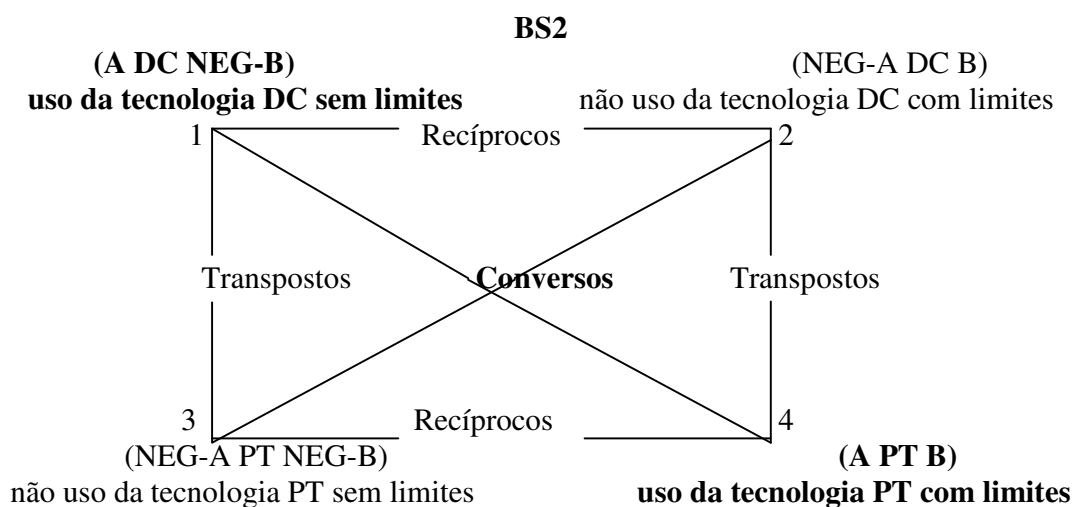


Com base na análise feita, conclui-se que tal título, quando considerado apenas do ponto de vista cognitivista, não está adequadamente proposto, sendo denominado de “tangencial” por Terzi (1992), por derivar da macroestrutura semântica sem, contudo, ser parte dela, isto é, por apresentar elementos que não estão totalmente articulados com todas as informações textuais. Este tipo de título, segundo essa visão, leva um leitor desavisado a imaginar que o texto trata de pessoas que podem entrar livremente nos EUA – fato que só é esclarecido na primeira linha do texto pela identificação dos chinelos *havaianas*, personificados no título. Todavia, tal identificação só ocorre a partir do seguinte questionamento por parte do leitor: quem, apesar de estrangeiro, entra nos EUA sem visto?, cuja resposta se encontra explicitada na expressão *chinelos havaianas*, que explica e caracteriza o pronome *they* – eles ou elas –, utilizado no título.

No entanto, ao se analisar tal título, do ponto de vista argumentativo-polifônico, observa-se que, embora aparentemente problemático, sintetiza (como já salientado anteriormente), a argumentação central do texto, funcionando, pois, como uma eficaz estratégia de leitura e compreensão textual por leitores proficientes e não proficientes, tanto em língua materna quanto em língua estrangeira. Isso ocorre porque, em sua relação com o texto, mostrou-se coerente, interessante e bem articulado com a estrutura textual, sem, contudo, ser óbvio e previsível,

justamente por substituir o termo *chinelos havaianas* pelo pronome pessoal *elas*. Tal fato corrobora a acepção argumentativa de que, do ponto de vista da leitura e da produção textual, um título bem proposto e que pode ser considerado como uma estratégia eficaz de leitura é aquele que contém ou encapsula a argumentação principal do texto, independentemente da sua tipologia e extensão.

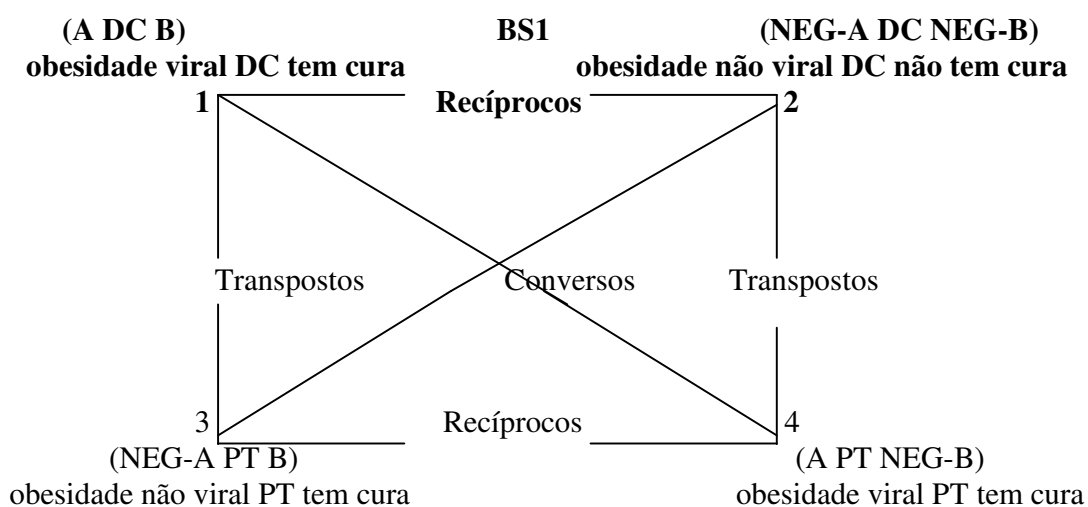
O título III – *Está se tornando possível fabricar pessoas, mas quão longe devemos deixar essa tecnologia chegar?* –, formado por dois enunciados, é novamente uma pergunta. Em seu primeiro enunciado, o aspecto convocado é o **normativo recíproco** do mesmo bloco semântico, uma vez que o locutor concorda com o enunciador positivo, cujo ponto de vista é de que *se fabricar pessoas já pode ser uma realidade DC deve-se fabricá-las*. Já no enunciado 2, o locutor, por meio do operador *MAS*, introduz um novo bloco, que relaciona a possibilidade de fabricar pessoas com os limites desse ato (que será mais bem explicado mais adiante, ainda nesta seção). Verificam-se a seguir o bloco constituído e os aspectos seleccionados:



Quanto à relação argumentativo-polifônica que se estabelece entre o título e o texto, cabe explicitar que tal título sintetiza (como já foi explicitado anteriormente) a argumentação principal do texto, numa espécie de paráfrase resumitiva e simplificada desse. Isso ocorre especialmente por causa do uso do operador *MAS*, que, ao comparar encadeamentos argumentativos de diferentes blocos semânticos, expressa no título o valor semântico-argumentativo do texto: Já temos tecnologia e conhecimento suficientes para fabricar os primeiros seres humanos, de acordo

com a vontade e a necessidade; contudo, o uso dessa tecnologia não deve ultrapassar os limites da ética e do bom senso, devendo, sobretudo, respeitar os limites da natureza humana. Dessa forma, considera-se este título uma importante estratégia de leitura e produção textual, visto que contribui para a compreensão textual. Além disso, do ponto de vista da produção textual, considera-se que este tipo de texto pode servir como parâmetro de elaboração, sobretudo, por resumir o encadeamento principal de uma forma simples e, ao mesmo tempo, interessante.

O título IV – *Pode um vírus torná-lo gordo?* – também é uma pergunta, porém, é constituído apenas por um enunciado, no qual se tem a convocação do aspecto **normativo recíproco** do mesmo bloco semântico. Neste ponto, fica claro que o locutor, ao questionar a possibilidade de esse fato inusitado acontecer – de um vírus poder causar a obesidade –, desconstrói as certezas sobre as causas da obesidade, refletindo se esse mal realmente não pode ter outras causas que não apenas uma dieta calórica, dentre outros fatores físicos e psicológicos que podem contribuir com tal situação. Observe-se o bloco formado:



Em relação ao título, pode-se afirmar que, embora se tenha conseguido chegar a uma boa compreensão da argumentação central do texto, por meio da explicitação dos blocos semânticos constituídos e dos aspectos argumentativos selecionados – os quais estavam contidos nos encadeamentos argumentativos construídos a partir do título –, não se pode afirmar que expressa completamente a argumentação central do discurso. Essa argumentação contém a ideia de que uma vez comprovada a relação entre o vírus AD36, encontrado, principalmente, em ratos e

frangos, e a obesidade, as pessoas que sofrem desse mal podem ter uma esperança de tratamento, ou mesmo, de cura, que, teoricamente, seria mais simples do que lutar contra as bases genéticas ou psicológicas desse mal. Logo, pode-se afirmar que a relação argumentativo-polifônica entre o título e a argumentação principal do texto não ocorre de forma explícita como, no caso do primeiro e do terceiro títulos analisados, visto que, ao encapsular apenas parte do encadeamento argumentativo principal do texto e em forma de interrogação, este título, segundo a concepção argumentativa de linguagem, não funciona adequadamente como uma estratégia de leitura e de produção textual. Entretanto, se tal título fosse tomado apenas do ponto de vista da sua estrutura linguística e semântica, poder-se-ia afirmar que se trata de um título coerente e coeso, uma vez que, ao fazer uso do verbo *CAN* (poder), em sua estrutura interrogativa, associada ao uso da negação, visa a questionar e a desconstruir as certezas sobre as causas da obesidade. Esse fato é em parte sustentado pelo texto, que, também dá suporte à ideia de que se tal possibilidade for realmente comprovada, os obesos e a sociedade em geral deverão reaprender a tratar a obesidade.

Assim, sugere-se que o título a fim de encapsular ou expressar todo o encadeamento principal, não apenas parte dele, de modo a constituir uma eficiente ferramenta de leitura e produção textual, seja reformulado da seguinte maneira: *Descoberta da possível relação entre o vírus AD36 e a obesidade pode ser fator de otimismo para os que sofrem desse mal*, posto que este tipo de título, articulado com todas as partes do texto, contribui para que “[...] se resuma, ou melhor, que se compreenda, interprete o texto [...]”. (MENEGASSI; CHAVES, 2000, p. 28).

No título V – *Pesquisa animal é perda de tempo e enganadora* –, que apresenta estrutura declarativa, tem-se a convocação dos aspectos **normativos recíprocos** de blocos semânticos contrários: BS1, que postula que *a pesquisa animal é inútil para o progresso da ciência*, e BS2, que constrói o sentido de que *a pesquisa animal é útil para a ciência*.

Note-se ainda que o locutor do texto aceita a argumentação expressa no encadeamento transgressivo *pesquisa animal PT inútil*, concordando com o ponto de vista que reconhece a importância da pesquisa animal, ainda que hoje haja problemas na aplicação de seus resultados aos seres humanos. Contudo, o locutor impõe e assimila-se ao ponto de vista do enunciador presente no enunciado: “Até pior, os experimentos animais podem enganar os pesquisadores ou até mesmo contribuir com as doenças ou mortes ao falhar na previsão dos efeitos tóxicos dos medicamentos”, posto que o argumento desse enunciado de que *a pesquisa animal é inútil e*

enganadora quando seus resultados são aplicados aos seres humanos é mais forte contra a pesquisa animal do que o argumento expresso pelo aspecto transgressivo converso do BS2: pesquisa animal PT inútil.

Dessa forma, entende-se que, embora haja do ponto de vista gramatical e semântico uma coesa e bem articulada relação entre o título e o texto, o mesmo não ocorre quando se considera a relação argumentativo-polifônica entre eles, visto que (como expresso anteriormente) a argumentação principal do texto não se encontra totalmente expressa no título, o qual contém apenas o aspecto **transgressivo converso** do BS2: *pesquisa animal PT inútil*. Na verdade, é o uso do morfema *até* expresso no texto que deixa claro o ponto de vista imposto pelo locutor de que *a pesquisa animal é, sim, inútil e enganadora quando aplicada aos seres humanos, uma vez que as inúmeras diferenças entre a genética humana e a animal podem, ao invés de ajudar na cura das pessoas, contribuir para o aparecimento de doenças ou até ocasionar a morte em alguns casos*. Pode-se afirmar, então, tratar-se de um título que não funciona adequadamente como uma estratégia de leitura e produção textual, pois, ao sintetizar apenas um segmento do encadeamento principal assumido pelo locutor, não resume o valor semântico-argumentativo do texto, conseqüentemente não propiciando uma adequada compreensão textual.

Com o intuito de que o título encapsule ou expresse todo o encadeamento principal, não apenas parte dele, constituindo-se, de modo, numa eficiente ferramenta de leitura e produção textual, sugere-se a seguinte reformulação: *Pesquisa animal é inútil e enganadora quando seus resultados são aplicados aos seres humanos*.

De imediato, durante a análise do *corpus* (especialmente após a análise do texto I), elaborou-se a hipótese de que nos títulos, em forma de pergunta, o aspecto convocado seria sempre o **transgressivo converso** do mesmo bloco semântico. Contudo, o título IV mostrou que tal ideia não pode ser sustentada, uma vez que através dele o aspecto convocado e sustentado pelo locutor foi o **normativo recíproco**. Os dois títulos afirmativos também mostraram não haver uma relação direta entre a interrogação e a transgressão ou, ainda, entre a afirmação e os **aspectos normativos** do bloco, pois, a exemplo do que já havia acontecido com os demais títulos analisados, convocaram os aspectos **normativos recíprocos** e os **transgressivos conversos**.

Outro fato que chamou a atenção foi a questão do *MAS*, que, como já havia sido preconizado por Carel (2005), no caso do título I (ver seção 4.2.1), é um PT (mesmo assim, embora), que relaciona dois predicativos de um mesmo bloco semântico (BS1), os quais se constituem semanticamente e formam um sentido único, indecomponível. Em outras palavras, esse *MAS*, que é um operador transgressivo, relaciona a ideia assumida pelo locutor de *que a Pílula da gordura para adolescentes – o Xenical – tem a bênção do FDA, embora não seja uma boa idéia por ser um medicamento caro e com alguns efeitos colaterais*, que constitui a argumentação principal do texto, expressa ou encapsulada em seu título. Porém, observa-se que tal sentido do *MAS* não se mantém quando se considera o encadeamento argumentativo principal expresso no título III (ver seção 4.2.3) no qual ele articula dois blocos opostos, ou seja, compara duas argumentações, dois pontos de vista, aos quais se pode encadear um DC com duas conclusões contrárias, como pode ser verificado na sequência:

BS1: é possível fabricar pessoas *MAS* **BS2:** a tecnologia pode ser prejudicial
DC se fabrica **DC** não se fabrica

Em consonância com a afirmação de Carel (2002) de que os discursos em *MAS* contrastam os segundos segmentos com os primeiros, observa-se que o locutor assume o último ponto de vista, *de que se essa tecnologia de fabricar seres humanos for prejudicial, ela não deve ser utilizada, visto que seu uso envolve questões éticas, biológicas e humanitárias, que devem ser consideradas*. A esse respeito Freitas (2006, p. 201-202) esclarece que

[...] o locutor introduz no primeiro segmento um ponto de vista X que aparecerá desqualificado e invalidado na continuação discursiva Y introduzida por *MAS* Y, dado que o ponto de vista X, que representa uma certa visão das coisas, é atribuído necessariamente a outras vozes, a outros pontos de vista sobre o tema, e que o segmento Y, que o refuta, constitui o objeto declarado da enunciação do locutor; dessa forma, esse emprego de *MAS* tem um forte caráter polêmico. Assim, nas estruturas da forma X *MAS* Y, o locutor põe em cena um ponto de vista X, com o qual em um primeiro momento parece identificar-se.

Logo, constata-se que essa diferenciação entre os dois tipos de *MAS* só é realmente possível por meio da observação dos encadeamentos argumentativos por eles construídos, bem

como das argumentações “[...] que constituem o sentido dos segmentos que os precedem e os seguem” (FREITAS, 2006, p. 148). Nesse sentido, cabe salientar que tanto o *MAS* conector quanto o articulador correspondem ao que Ducrot (2002) chama de “palavras instrumentais”, as quais contam ainda com os operadores, cuja subdivisão são os internalizadores e os modificadores¹⁰⁴.

Por fim, pode-se apontar que os títulos I, II, III, embora tenham sua estrutura e organização peculiares, resumem ou encapsulam os principais encadeamentos argumentativos do texto, funcionando, de modo geral, como uma eficaz estratégia de leitura e de produção textual. Já o mesmo não se pode dizer dos títulos IV e V, os quais, por conterem apenas um segmento do encadeamento argumentativo, sintetizam ou resumem parcialmente a argumentação principal do texto, não podendo ser classificados satisfatoriamente como estratégias de leitura e produção textual.

¹⁰⁴ Por não constituir o foco deste estudo, considerações adicionais sobre os internalizadores e os modificadores são neste ponto consideradas irrelevantes.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho com a leitura em sala de aula vem sendo baseado em teorias linguísticas, que, em sua maioria, consideram em seus princípios fatores extralinguísticos, como é o caso da Psicolinguística, da Sociolinguística e da Linguística Textual, para citar algumas. A Semântica Argumentativa, ao preconizar que o sentido de um enunciado é construído com base no que o contexto linguístico aponta, permite que se vislumbrem novas e diferentes possibilidades de realizar o processo de leitura, especialmente em língua estrangeira. Em outras palavras, essa concepção argumentativa de linguagem para a leitura e compreensão de textos, utilizada neste estudo, a qual focou, especialmente, a questão da relação argumentativa e polifônica entre o título e o texto, possibilitou verificar que, de acordo com esse ponto de vista, o título, satisfatoriamente classificado como uma estratégia de leitura, expressa um encadeamento argumentativo em DC ou em PT de um bloco semântico, de modo a encapsular a argumentação central do texto (tal qual já foi apontado por Graeff, 2007).

Os procedimentos de leitura elaborados para este estudo¹⁰⁵ com base nos principais conceitos da teoria da Argumentação na Língua – num quadro que combina a Teoria dos Blocos Semânticos e a Teoria Polifônica Ampliada – foram de fundamental importância para que se pudesse apontar com clareza e segurança a argumentação expressa em cada discurso analisado e, conseqüentemente, a relação argumentativo-polifônica entre título e texto¹⁰⁶. Na verdade, considera-se que esse processo de leitura argumentativa e polifônica, que parte da identificação e explicitação do valor semântico-argumentativo do encadeamento principal do texto (que contém sua argumentação central), por meio dos blocos semânticos constituídos e dos aspectos selecionados, pode auxiliar professores, tanto de língua materna quanto de língua estrangeira, em

¹⁰⁵ 1) Segmentação dos títulos analisados segundo o critério de que o enunciado contemplasse um encadeamento argumentativo (dois predicados passíveis de serem relacionados por DC ou PT);

2) Identificação do encadeamento argumentativo que as relações linguístico-discursivas permitiam evocar;

3) Explicitação do aspecto do bloco nele expresso;

4) Construção do quadrado argumentativo com as relações de reciprocidade, conversão e transposição que se estabelecem entre seus ângulos (seus aspectos argumentativos);

5) Resumo argumentativo do texto, mostrando a seqüência dos aspectos expressos no transcórre do discurso (título/ texto), cada qual representado por um enunciador;

6) A análise da posição assumida pelo locutor diante dos enunciadores ou dos pontos de vista.

¹⁰⁶ Conforme seção 4.3.

seu trabalho com a leitura em sala de aula, principalmente no que diz respeito à explicitação dos blocos semânticos constituídos e dos aspectos argumentativos selecionados, visando a ampliar nos alunos a capacidade de compreender e apontar a temática do texto tanto durante a leitura do título quanto do texto em si. Esse enfoque poderá, da mesma forma, servir para que os docentes selecionem textos, cujos títulos sintetizem ou não o encadeamento argumentativo do discurso, conforme seus objetivos de leitura, bem como instruem seus alunos durante a produção textual a escolher um título que sintetize ou encapsule, de preferência, o encadeamento argumentativo como um todo, não apenas segmentos dele¹⁰⁷. Considera-se, ainda, que tais procedimentos de leitura, análise e produção textual possam ser aplicados, por leitores com diferentes níveis de proficiência a todos os gêneros textuais, tanto em língua materna quanto em língua estrangeira, visto que o mais importante, desse ponto de vista, não é o domínio dos elementos linguísticos ou extralinguísticos em si, mas a noção da própria estrutura argumentativa que subjaz a toda a atividade humana, especialmente de leitura e de produção textual.

Como se pôde perceber pelas análises realizadas, a abordagem adotada neste trabalho mostrou-se capaz de simplificar a atividade de leitura em língua estrangeira, especialmente para os leitores menos proficientes, visto que permitiu, com segurança, estabelecer a relação argumentativa entre os títulos e os textos das provas de proficiência de leitura em língua inglesa, de modo a apontar em que circunstâncias o título pode, verdadeiramente, ser classificado como uma estratégia eficaz de leitura instrumental, por encapsular todo o encadeamento argumentativo, não apenas seus segmentos, como foi o caso dos títulos IV e V (cf. seções 4.2.4 e 4.2.5). Em outras palavras, um título construído desse modo facilita bastante a leitura e a compreensão textual, na medida em que expressa ou sintetiza a argumentação principal do texto, como ocorreu com os títulos I, II e III (cf. seções 4.2.1, 4.2.2 e 4.2.3).

Nesse sentido, pode-se afirmar que o estudo realizado ampliou os meus horizontes, especialmente em relação à leitura instrumental, ao proporcionar, por meio da ADL, uma nova forma de realizá-la. Isso porque, como professora de língua inglesa adepta desta teoria, sempre preconizei que a leitura e a tradução do título antes da leitura do texto propriamente dita facilitariam muito a compreensão textual, uma vez que, de certa forma, resumiria a temática do texto. Esse fato foi em parte rechaçado por esta pesquisa, especialmente ao apontar que o título,

¹⁰⁷ Em consonância com os aspectos apontados na seção *Discussão dos resultados*.

que poderia funcionar realmente como uma válida estratégia de leitura, seria apenas aquele que encapsula a argumentação principal do texto, apresentando uma espécie de paráfrase resumitiva, como foi referido anteriormente. A título de exemplificação, considera-se importante neste ponto apresentar uma breve análise na perspectiva instrumental de um dos títulos selecionados a fim de reforçar a diferença desse tipo de leitura e daquela baseada na ADL e em seus desdobramentos.

Ao analisar o título I – *Pílula da gordura para adolescentes - O Xenical pode ter a bênção da Administração de Comidas e Medicamentos (FDA), mas é uma boa ideia?* –, apenas do ponto de vista instrumental, percebe-se que seu sentido não fica totalmente claro. Isso ocorre porque o uso do verbo modal *may*¹⁰⁸ (pode) associado ao verbo *have* (ter), na frase *O Xenical pode ter a bênção da Administração de Comidas e Medicamentos (FDA)*, não deixa claro se o medicamento pode ter a bênção do FDA, no sentido de que há essa possibilidade, ou se já tem permissão para ser comercializado. Esta ideia é pouco esclarecida pelo uso da palavra *blessing*, que quer dizer *bênção ou aprovação*. A sequência do título – *mas é uma boa ideia?* – funciona apenas como um questionamento ou uma dúvida quanto ao fato de a utilização do produto pelo público pediátrico constituir ou não uma boa ideia, não servindo, assim, para esclarecer a ambiguidade de sentido causada pela estrutura verbal utilizada. Esse fato ocorre porque a conjunção adversativa *MAS*¹⁰⁹, segundo esse ponto de vista, apenas confronta a questão da aprovação (possível ou efetiva) do FDA com o fato de talvez não ser uma boa ideia para os adolescentes gordos, não auxiliando para esclarecer o sentido que tal frase pode adquirir nesse contexto.

Assim, pode-se afirmar que o título considerado, embora expresse uma macroposição de nível mais alto da estrutura textual, pode vir a não contribuir muito para a compreensão textual, posto que, ao manter o duplo sentido do verbo modal *may* – possibilidade e permissão – leva, até mesmo um leitor mais proficiente em língua inglesa, a só conseguir depreender o seu sentido por meio da leitura efetiva do texto. Note-se, especialmente, a passagem que diz que “o Xenical [...] é o primeiro medicamento de obesidade para adolescentes, aprovado pelo Departamento de Comidas e Medicamentos”, em que fica clara a ideia preconizada no título de que *o Xenical pode*

¹⁰⁸ De acordo com a gramática normativa da língua inglesa é geralmente usado com o sentido de permissão, ou como uma possibilidade ou chance.

¹⁰⁹ Do ponto de vista da gramática normativa da língua inglesa funciona como um contraste ou uma oposição em relação à primeira ideia apresentada, da possível ou real aprovação do produto pelo FDA.

até ter tido a permissão ou a aprovação do FDA para ser comercializado, mas há de ser ver se pode ser usado por qualquer adolescente gordo. Esse fato corrobora a ideia de que apenas uma leitura argumentativa e polifônica é realmente capaz de desvendar os segredos do texto, ao revelar o sentido que as palavras e as expressões da língua podem assumir nas diferentes situações discursivas em que são empregadas.

Ainda, se pôde constatar que determinados títulos, aparentemente *enviesados* ou *tangenciais*, assim classificados por não constituírem um resumo de nível mais alto, articulado com todas as informações textuais, quando considerados do ponto de vista da argumentação, geralmente se mostram bem articulados e coerentes ao expressarem tanto o encadeamento argumentativo como um todo, como é o caso do título II (cf. seção 4.2.2) quanto apenas um segmento dele, como ocorre com os títulos IV e V (cf. seções 4.2.4 e 4.2.5). Ainda, em relação aos títulos mencionados anteriormente, cabe postular que, embora contenham a argumentação do texto, o fazem de modo diferente: enquanto o título II encapsula todo o encadeamento argumentativo expresso no texto, os outros títulos expressam apenas segmentos do encadeamento argumentativo, não podendo, nesse caso, ser considerados como ferramentas eficazes de leitura e produção textual.

Considera-se, ainda, fundamental que, diferentemente do que ocorre no processo de leitura (em que o título é o primeiro elemento a ser lido e compreendido), sua elaboração realmente seja a etapa final da produção textual, visto que, para que resuma o valor semântico-argumentativo de todo o encadeamento argumentativo e funcione como uma eficaz estratégia de leitura, o escritor deve ter consciência dos blocos semânticos constituídos e dos aspectos argumentativos selecionados, os quais constituem a argumentação e expressam a polifonia do discurso.

Pode-se, por fim, afirmar que a aplicação dos principais conceitos de leitura, argumentação, sentido e discurso, num quadro que combinou a TBS e a Semântica Polifônica Ampliada na análise dos textos selecionados, evidenciou a contribuição que essas teorias podem oferecer tanto para a leitura e análise de títulos de textos quanto para a sua elaboração. Este estudo também revelou que a noção de *encapsulamento anafórico* aqui utilizada, bem como a

questão do possível *encapsulamento anafórico do título do texto*¹¹⁰, podem e devem ser mais bem exploradas em estudos futuros, uma vez que, como afirmou Graeff (2007, p. 198), “[...] a Teoria da Argumentação na Língua, ampliada pela Teoria dos Blocos Semânticos, [...] pode oferecer contribuição importante ao estudo da remissão lexical e, em especial, ao estudo do encapsulamento anafórico”.

Tem-se consciência, entretanto, de que, embora esta pesquisa tenha contribuído no conhecimento sobre as questões da leitura em língua materna e em língua estrangeira, e do título do texto como estratégia de leitura e produção textual, o tema pode e deve ser enriquecido e ampliado com base nessa concepção argumentativa de linguagem, segundo a qual é apenas o discurso que pode determinar o valor linguístico-argumentativo das palavras e das expressões da língua.

¹¹⁰ Considerando-se que a noção de encapsulamento anafórico pela ADL, tal como foi introduzida e desenvolvida até neste ponto por Graeff, se refere à questão dos objetos do discurso, numa espécie de anáfora conceitual ou *encapsulamento anafórico*, bem como levando em consideração que apenas o título I (cf. seção 4.2.1) apresentava tal encapsulamento, decidiu-se considerar neste estudo apenas a ideia de que uma espécie de *encapsulamento anafórico do título do texto* ocorre caso sintetize, expresse ou encapsule o encadeamento argumentativo do texto como um todo ou apenas segmentos dele.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Tarcísia Maria Travassos de. *Títulos, para que os quero?* Dissertação (Mestrado em Letras), Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2002.
- ANSCOMBRE, Jean-Claude; DUCROT, Oswald. *L'argumentation dans La langue*. Bruxelles: Mardaga, 1983.
- BAKHTIN, M. M. Os gêneros do discurso. Trad. Paulo Bezerra. In: M. M. Bakhtin (1979). *Estética da criação verbal*, São Paulo: Martins Fontes, 2003. p. 261-306.
- BAKER, L.; BROWN, A.L. Cognitive monitoring in reading. In: FLOOD, J. *Understanding reading comprehension*. Newark: International Reading Association, 1984. p. 20-44.
- BARBISAN, Leci; TEIXEIRA, Marlene. Polifonia: origem e evolução do conceito em Oswald Ducrot. *Organon*, Porto Alegre: UFRGS, v. 16, n. 32/33, p. 161-180, jan. 2002.
- BERTUCCI, Roberlei Alves. Anáforas encapsuladoras: uma análise em textos de opinião. *Letras*, Curitiba: Editora UFPR, n. 70, p. 207-221, set./dez. 2006.
- CAREL, Marion. Pourtant: argumentation by exception. *Journal of Pragmatics*, Amsterdam: Elsevier, v. 24, n. 1, p. 167-188, 1995.
- _____. Para un tratamiento argumentativo de la predicación. *Revista Iberoamericana de Discurso y Sociedad*. Barcelona: GEDISA v. 2, n. 4, p. 45 - 72, dic. 2000.
- _____. Argumentação interna aos enunciados. *Letras de Hoje*, Porto Alegre: Edipucrs, v. 37, n.3, p. 27-43, set. 2002.
- _____. O que é argumentar? *Desenredo*, Passo Fundo, v. 1, n. 2, p. 77-84, jul. /dez. 2005.
- _____. Análise argumentativa de uma fábula de La Fontaine. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 43, n. 1, p. 19-26, jan./mar. 2008
- CAREL, Marion; DUCROT, Oswald. *La semántica argumentativa: una introducción a la teoría de los bloques semánticos*. Edición literaria a cargo de María Marta Garcia Negroni e Alfredo M. Lescano. Buenos Aires: Colihue, 2005.

_____. Descrição argumentativa e descrição polifônica: o caso da negação. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 43, n.1, p.7-18, jan./mar. 2008.

CAVALCANTI, Mônica Magalhães. Anáfora e dêixis: quando as retas se encontram. In: KOCH, Ingedore; MORATO, Edwiges Maria; BENTES, Anna Christina (Org). *Referenciação e discurso*. São Paulo: Contexto, 2005.

CONTE, Maria-Elisabeth. Encapsulamento anafórico. In: CAVALCANTI, Mônica Magalhães; RODRIGUES, Bernardete Biasi; CIULLA, Alena (Org). Referenciação. Clássicos da linguística 1. São Paulo: Contexto, 2003. p. 177-190.

CORACINI, Maria José R. Faria. O título: uma unidade subjetiva (caracterização e aprendizagem). *Trabalhos em lingüística aplicada*, Campinas, n. 13, p. 235-254, jan./jun. 1989.

CORRÊA, Hércules Toledo. *Títulos canônicos e enviesados e seus efeitos na compreensão de textos jornalísticos*. 2002. Disponível em: [www.alb.com.br/anaisjornal/ezequiel/comunicações/T%C3%ADtulos%20can%](http://www.alb.com.br/anaisjornal/ezequiel/comunicações/T%C3%ADtulos%20can%20). Acesso em: 16 jun. 2009.

DELANOY, Cláudio Primo. *Uma definição de leitura pela teoria dos blocos semânticos*. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

DUCROT, Oswald. Enunciação. In: *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1984.

_____. *O dizer e o dito*. Campinas, SP: Pontes, 1987.

_____. *Polifonía y argumentación*. Conferencias del seminario teoría de la argumentación y análisis del discurso. Cali: Universidad del Valle, 1990.

_____. Os internalizadores. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 37, n.3, p.7-26, set. 2002.

_____. A pragmática e o estudo semântico da língua. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v.40, n. 1, p. 9-21, mar. 2005.

FILOLOGIA. *Teoria dos atos de fala*. Disponível em: <http://www..org.br/viiifelin/41.htm>. Acesso em: 14 jul. 2009.

FLORES, Valdir do Nascimento (Org.). *Dicionário de linguística da enunciação*. São Paulo: Contexto, 2009.

FORNARI, Tânia Aider Sacrton. *Marcas da enunciação em textos publicitários: o sentido argumentativo de até*. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos), Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2007.

FREITAS, Ernani Cesar de. *A teoria da argumentação na língua: blocos semânticos e a descrição do sentido no discurso*. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

GOODMAN, K.S. Reading: a psycholinguistic guessing game. In: SINGER, H.; HUDELL, R. (Org.). *Theoretical models and processes of reading*. Newark, DE. International Reading Association, ERIC Document Reproduction Service, 1976. p. 124-919.

_____. Unidade na leitura: um modelo psicolinguístico transacional. *Letras de Hoje*, v 26, n. 86, p. 9-43, 1991.

GRAEFF, Telisa Furlanetto. Encadeamento argumentativo e encapsulamento anafórico. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 42, n. 2, p. 191-200, jun. 2007.

GUIMARÃES, E. *A articulação do texto*. São Paulo: Ática, 1990.

KATO, M.A. *O aprendizado da leitura*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

KINTSCH, W; VAN DIJK, Teun Adrianus. Toward a model of text comprehension. In: *Psychological Review*. The American Psychological Association, Washington D.C., v. 85, 1985.

KLEIMAN, Angela. *Texto e leitor: aspectos cognitivos da leitura*. Campinas: Pontes, 1989.

_____. *O conhecimento prévio na leitura*. Texto e leitor: aspectos cognitivos da leitura. São Paulo: Pontes, 1992.

KOCH, Ingedore Villaça. *Desvendando os segredos do texto*. 2. ed., São Paulo: Cortez, 2003.

_____. *Introdução à linguística textual*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

_____. Referenciação e orientação argumentativa. In: KOCH, Ingedore Villaça; MORATO, Edwiges Maria; BENTES, Anna Christina (Org.). São Paulo: Contexto, 2005, p. 33-52.

KOCH, Ingedore Villaça; MARCUSCHI, Luiz Antônio. Processos de referenciação na produção discursiva. *DELTA*, v.14, n. esp., p. 169-190, 1998.

KOCH, Ingedore Villaça; MORATO, Edwiges Maria; BENTES, Anna Christina (Org.). *Referenciação e discurso*. São Paulo: Contexto, 2005.

LEFFA, Vilson J. *Aspectos de leitura*. Porto Alegre: Sagra, 1996.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Leitura como processo inferencial num universo cultural cognitivo. *Leitura: teoria e prática*, Porto Alegre: Mercado Aberto, n. 5, p. 21-44, 1985.

_____. Exercícios de compreensão ou cópia nos manuais de ensino de língua? *Em Aberto*, Brasília, ano 16, n. 69, jan /mar. 1996.

_____. Referenciação e cognição: o caso da anáfora sem antecedente. In: PRETI, Dino. *Fala e escrita em questão*. São Paulo: Humanitas\FFLCH USP, 2001.

_____. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO, Ângela. et al. *Gêneros textuais e ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002.

_____. Gêneros textuais emergentes no contexto da tecnologia digital. In: MARCUSCHI, L. A.; XAVIER, A. C. (Org.). *Hipertexto e gêneros digitais: novas formas de construção do sentido*. 2. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.

MARTINS, Maria Cristina dos Santos. Os elementos linguísticos contextualizadores na compreensão leitora. *Letras de Hoje*, Porto Alegre. V. 39, n. 3, p. 101-115, set. 2003.

MENEGASSI, Renilson José; CHAVES, Maria Izabel Afonso. O título e sua função estratégica na articulação do texto. *Linguagem & Ensino*, Pelotas, v. 3, n. 1, p. 27-44, 2000.

MUNHOZ, Rosângela. *Inglês instrumental: estratégias de leitura*. São Paulo: Textonovo, 2001.

NUPEA. *Semioticagreimasiana*. Disponível em: <http://www.fafcs.ufu.br/atividades/aulas>. Acesso em 14 out. 2009.

NUTTAL, C. *Reading skills in a foreign language*. London: Macmillan, 1982.

OXFORD, R. *Language learning strategies, what every teacher should know*. New York: Newberry, 1990.

SANTOS, Noemi Luciane dos. A construção do sentido numa propaganda. *Letrônica*. Porto Alegre. v. 1 , n. 1 , p. 52 - 66 , dez. 2008

SAUSSURE, Ferdinand. *Curso de linguística geral*. São Paulo: Cultrix, 2006.

SILVA, Nadiana Lima da. Títulos: processos inferenciais na (re)construção de sentidos do texto. *Ao Pé da Letra*. v 10, p. 67-81, 2008.

SMITH, Frank. *Compreendendo a leitura: uma análise psicolinguística da leitura e do aprender a ler*. 4. ed. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1989.

_____. *Leitura significativa*. Trad. Beatriz Affonso Neves. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

SOARES, Adriana. Estratégias de leitura centradas no léxico como facilitadoras da compreensão leitora de textos em língua inglesa. *Letras de Hoje*, Porto Alegre. v. 39, n. 3, p. 91-100, set. 2003.

SOLÉ, Isabel. *Estratégias de leitura*. 6. ed. Porto Alegre: Artmed, 1998.

SOUZA, Ana Paula Dias. Avaliação da compreensão leitora de alunos de ensino médio: escores de teste *cloze*, representações do professor e boletim escolar. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 39, n. 3, p. 117-137, set. 2003.

TERZI, S. B. Processos de relevância no texto jornalístico: títulos enviesados e tangenciais. *Trabalhos em Lingüística Aplicada*, Campinas, n. 20, p. 119-131, 1992.

VAN DIJK, Teun Adrianus. Macroestructuras de los textos. In: VAN DIJK, Teun Adrianus. *La ciencia del texto: un enfoque interdisciplinario*. Barcelona/ Buenos Aires: Ediciones Paidós, 1978 a, p.54-78.

_____. La ciencia del texto. In: VAN DIJK, Teun Adrianus. *Texto y contexto*. Barcelona / Buenos Aires: Ediciones Paidós, 1978 b, p.195-338.

_____. Macro-estructuras. In: VAN DIJK, Teun Adrianus. *Texto y contexto*. Madrid: Cátedra, 1980, p.195-338.

_____. *Cognição, discurso e interação*. São Paulo: Contexto, 1992.

_____. Estruturas da notícia na imprensa. In: KOCH, Ingedore Villaça. 6. ed. *Cognição, discurso e interação*. São Paulo: Contexto, 2004, p. 122-157.

WIDDOWSON, H. G. *Teaching language as communication*. Oxford: OUP, 1983.

ANEXOS

ANEXO A – Fat pill for teens - Xenical may have the FDA’s blessing, but is it a good idea?¹¹¹

As a child, I never thought much about my weight. I wasn’t served sugary cereals, and I played outside with my friends, as my mother instructed me, till the streetlights came on. Like most children back in the 80’s, when only 5% of U.S. kids were overweight, we were trim, maybe even skinny. But the percentage of overweight or obese children has tripled since then, along with all manner of related health risks, from diabetes to heart disease. And now our quick-fix society has come up with a pill for the problem: Xenical, the first obesity drug approved by the Food and Drug Administration (FDA) for adolescents.

One of the several medications on the market that limit the body’s ability to digest fat, Xenical (also called orlistat) was approved for adults in 1999. In fact, it was the FDA that originally encouraged Xenical’s manufacturer, Hoffman-La Roche, to study its effectiveness in the pediatric population. The company selected 357 obese kids ages 12 to 16 and put them on both Xenical and a low-fat diet. As a control, 182 equally overweight teens were put on the same diet and a placebo. At the end of the study, the Xenical children had lower body-mass indexes than the controls did and had gained less weight, even during the growth spurts of adolescence.

While the drug may help some kids, compliance might not be easy. Because the pill works by blocking an enzyme that absorbs fat, there can be embarrassing consequences – including gas, diarrhea and incontinence – for kids who dip into fatty treats. Many teens would rather give up Xenical than ice cream. And because it costs \$1,500 a year, their parents may be similarly inclined. Xenical was only moderately effective when it was tested on adults; after treatment stopped, the pounds tended to return. – With reporting by A. Chris Gajilan/ New York (Time Magazine, January 5, 2004) * Sanjay Gupta is a neurosurgeon and CNN medical correspondent.

¹¹¹ Texto retirado da Prova de Proficiência em leitura da URI – Campus de Erechim, 2005. Publicado na revista *Time*, de 13 ago. 2003, p.5.

Tradução: *Pílula da gordura para adolescentes – O Xenical pode ter a bênção da Administração de Comidas e Medicamentos (FDA), mas é uma boa ideia?*

Quando criança, eu nunca me preocupei muito em relação ao meu peso. Não me davam cereais açucarados, e eu brincava fora de casa com os meus amigos, como minha mãe me ensinou, até que as luzes da rua se acendiam. Como a maioria das crianças nos anos 80, quando apenas 5% das crianças no EUA estavam acima do peso, nós éramos magros, até mesmo esqueléticos. Mas o percentual de crianças acima do peso ou obesas tem triplicado desde então, juntamente com todo o tipo de doenças relacionadas, desde diabetes até doenças do coração. E agora nossa rápida sociedade apresenta uma pílula para o problema: o Xenical, o primeiro medicamento de obesidade para adolescentes, aprovado pelo Departamento de Comidas e Medicamentos.

Uma dos vários medicamentos no Mercado que limita a habilidade do corpo de digerir a gordura, o Xenical [...] foi aprovado para adultos em 1999. Na verdade, foi o DCM que originalmente encorajou o fabricante do Xenical, Hoffman-La Roche, a estudar sua eficácia na população pediátrica. A companhia selecionou 357 crianças obesas, idades entre 12 e 16 anos e as colocou em dietas com Xenical e com pouca gordura. Como controle, 182 adolescentes igualmente obesos foram colocados na mesma dieta, mas sem o medicamento. No final do estudo, as crianças do Xenical tiveram menores índices de massa corporal que as do controle e ganharam menos peso, mesmo durante o ápice do crescimento na adolescência.

Enquanto a droga pode ajudar algumas crianças, as complicações podem não ser fáceis. Porque a pílula age no bloqueio de uma enzima que absorve a gordura, pode haver consequências embaraçosas – incluindo gases, diarreia e incontinência – para crianças que consumirem doces muito gordurosos. Muitos adolescentes irão preferir largar o Xenical que o sorvete. E porque custa R\$ 1.500,00 por ano, seus pais também podem estar semelhantemente inclinados a fazer o mesmo. O Xenical somente foi moderadamente eficaz quando foi testado em adultos; depois que o tratamento parou, os quilos tiveram a tendência de retornar. * Sanjay Gupta é um neurocirurgião e correspondente médico da CNN.

ANEXO B - And they can get in without a visa¹¹²

Maybe the feet that wear them aren't welcome, but the flip flops are. Havaianas, that essential fashion accessory of the average Brazilian, are the latest hot footwear item in the US. Here in Brazil they cost \$3, but in America they are retailing for \$10 a pair for the plain version and as much as \$160 for jewel-encrusted pairs. The secret of their success? "They're comfortable", says fashion editor Paolo Macedo, "but with Swarovski crystals sewn onto them, they are simply fantastic".

Tradução: *E eles podem entrar sem um visto*

Talvez os pés que os usem não sejam bem-vindos, mas os chinelos são. Havaianas, esses acessórios da moda típicos do brasileiro, são a última febre em calçados nos EUA. Aqui no Brasil, eles custam R\$6,00, mas nos EUA estão sendo vendidos por R\$20,00 o par da versão mais simples, e pela quantia de R\$160,00 para os pares bordados com joias. O segredo do sucesso deles? "Eles são confortáveis", diz o editor de moda Paolo Macedo, "mas com cristais Swarovskis costurados neles, eles são simplesmente fantásticos.

¹¹² Texto retirado da Prova de Proficiência em leitura da UPF, 2003. Extraído da revista *Speak Up*, ano XVI, número 195.

ANEXO C - It is becoming possible now to engineer people, but just how far should we allow the technology to go?¹¹³

We hear a lot nowadays about designer babies. The idea that parents can choose the genes of their children is frightening. The question we have to answer is: how much can we and should we control the creation of designer babies?

At the moment there are laws that control the creation of designer babies. But of course laws are different in different countries. And laws can also change. What exactly is a “designer baby”? One simple way that parents “design” their child is by choosing its sex. From a technical point of view, this is very easy. In Europe, it is not legal specialized fertility clinic where they can choose the sex of their child.

It is also possible to choose the specific genes that a baby will have. This happens for medical reasons, to avoid certain serious genetic diseases.

A lot of people are worried that parents will want to choose their baby’s genes for non medical reasons. The parents may, for example, want to have a child with specific qualities. Some experts believe that this will certainly happen. Professor Lee Silver of Princeton University in the USA says, “Men and women will go to specialized clinics. The doctors will take about 200 eggs from the women. They will throw away the other embryos”.

In this case, the genes of the baby will have come from the parents. But it is also possible to add genes to an embryo. The baby that grows will then have genes that did not come from its parents. The parents will be able to add a gene for intelligence, for example, or for musical ability.

Nobody has added a gene to a human embryo yet, but scientists have added genes to other animals. Dr Keith Campbell is one of the researchers who cloned Dolly, the sheep. Dr Campbell has also added a human gene to another sheep called Polly. Dr Campbell says, “The way of adding genes to humans is the same as in animals.”

If someone tries to add a gene to a human embryo, something terrible could happen. Some of the experiments on animals have in fact produced terrible consequences. In one experiment,

¹¹³ Texto retirado da prova de proficiência em leitura da UPF, 2003-2. Disponível em: www.english-magazine.com.

scientists added a gene to pigs to make them grow bigger more quickly. But the experiment went wrong. Only some parts of the pigs grew bigger. The animals became ill and died.

The problem is that scientists do not know enough about what specific genes do and how different genes work together. Dr Dean Hamer of the National cancer Institute says, “One gene can do a lot of different things. We can never be sure that we know everything about a particular gene. If we added a gene to a human, the result could be terrible.”

If scientists add a gene to a human, that new gene will be passed to future generations. After many generations, this could produce a division in society. Professor Lee Silver says, “The problem with this technology is that it will make a division between rich and poor. The rich will have good genes. They will be intelligent, beautiful and healthy. The poor will have bad genes.”

Dr Hamer is sure that one day scientists really will design human genes. “The question isn’t: will we be able to do it?” he says. “The real question now is: what genes are we going to change?”

Tradução: Está se tornando possível fabricar pessoas, mas quão longe devemos deixar essa tecnologia chegar?

Ouvimos muito ultimamente sobre fabricar bebês. A ideia de que pais podem escolher os genes de seus filhos é assustadora. A questão que temos que responder é: quanto podemos e devemos controlar a criação desse “fabricar” bebês?

No momento há leis que controlam isso. Mas, é claro, as leis são diferentes em diferentes países. E leis podem também mudar. O que exatamente é “fabricar bebê?” Uma forma simples de os pais “projetarem” seu filho é escolhendo o seu sexo. De um ponto de vista técnico, isso é muito simples. Na Europa, clínicas especializadas em fertilização, onde os pais possam escolher o sexo do bebê, não são legalizadas.

Também é possível escolher os genes específicos que um embrião vai ter. Isso ocorre por razões médicas, para evitar certas doenças genéticas sérias.

Muitas pessoas estão preocupadas que os pais irão querer escolher os genes dos seus bebês por razões não médicas. Os pais podem, por exemplo, querer ter uma criança com determinadas qualidades. Alguns especialistas acreditam que isso certamente irá acontecer. O Professor Lee Silver da Universidade de Princeton, nos EUA, diz que, “homens e mulheres irão

para clínicas especializadas. Os médicos pegarão 200 óvulos da mulher e jogarão fora os outros embriões”.

Neste caso, os genes do bebê terão vindo dos pais. Mas também é possível acrescentar genes ao embrião. O bebê que cresce então terá genes que não vieram de seus pais. Os pais serão capazes de acrescentar um gene para a inteligência, por exemplo, ou para a habilidade musical.

Ninguém acrescentou um gene a um embrião ainda, mas os cientistas acrescentaram genes a outros animais. Dr Keith Campbell é um dos pesquisadores que clonou Dolly, a ovelha. Ele também acrescentou um gene humano em outra ovelha chamada Polly. Dr Campbell diz que “a maneira de acrescentar genes em humanos é a mesma que nos animais.”

Se alguém tentar acrescentar um gene a um embrião humano, algo terrível pode acontecer. Alguns dos experimentos em animais têm, de fato, produzido terríveis consequências. Em um experimento, cientistas acrescentaram um gene em porcos para fazê-los crescerem mais rápido: os animais ficaram doentes e morreram.

O problema é que os cientistas não sabem o suficiente sobre o que determinados genes fazem e como diferentes genes trabalham juntos. Dr Dean Hamer do Instituto Nacional de câncer diz: “Um gene pode fazer muitas coisas diferentes. Não poderemos nunca ter certeza que sabemos tudo sobre um determinado gene. Se acrescentássemos um gene a um humano, o resultado poderia ser terrível”.

Se os cientistas acrescentarem um gene em um ser humano, esse gene será passado para as gerações futuras. Depois de muitas gerações, isso poderia produzir uma divisão na sociedade. O Professor Lee Silver diz: “O problema com esta tecnologia é que ela irá provocar uma divisão entre ricos e pobres. Os ricos terão os genes bons. Eles serão inteligentes, bonitos e saudáveis. Os pobres terão os genes ruins.”

Dr Hamer tem certeza de que um dia os cientistas realmente fabricarão genes humanos. “A questão não é: seremos capazes de fazer isso?”, ele diz. “A questão real agora é: que genes vamos mudar?”

ANEXO D - Can a Virus Make You Fat?¹¹⁴

Although the idea sounds more like the premise of a B movie than scientific theory, two scientists at the University of Wisconsin in Madison believe they've found a virus that causes some people to get fat. Nikhil Dhurandhar and Richard Atkinson reported recently that when they injected a virus known as AD36 into mice and chickens, the animal's body fat increased. Because humans were unlikely to volunteer for such experimentation, the scientists decided to test for the presence of antibodies to the virus. Of 154 people tested, about 15 percent of those who were obese had the antibodies. None of the lean people did.

However, the findings don't necessarily prove that the virus caused obesity in the test group. As several virologists have pointed out, obese people may simply be more susceptible to such a virus. Still, in recent years researchers have been surprised to find that viruses can be linked to so many diseases that had been thought to have other origins. For example, viruses are now implicated in several types of cancer, hardening of the arteries, and even mental disorders such as depression. In addition, five viruses besides AD36 have already been shown to cause obesity in animals. The good news is that the same methods that produce flu shots each year could ultimately be used to create an antiobesity injection.

Tradução: *Pode um vírus torná-lo gordo?*

Embora a ideia soe mais como a premissa de um filme B do que com uma teoria científica, dois cientistas da Universidade de Wisconsin, em Madison, acreditam que encontraram um vírus que faz com que algumas pessoas fiquem gordas. Nikhil Dhurandhar e Richard Atkinson afirmaram recentemente que, quando injetaram um vírus conhecido como AD36 em ratos e galinhas, a gordura do corpo do animal aumentou. Devido ao fato de que humanos possivelmente não se voluntariam para tal experimento, os cientistas decidiram testar a presença de anticorpos para o vírus. Das 154 pessoas testadas, cerca de 15% daquelas que eram obesas tinham os anticorpos. Nenhuma das magras os tinha.

¹¹⁴ Texto retirado da Prova de proficiência em leitura da UPF, 2005.

Entretanto, as descobertas não necessariamente provam que o vírus causou a obesidade no grupo testado. Como vários virologistas têm apontado, pessoas obesas podem simplesmente ser mais suscetíveis a tal vírus. Ainda, nos últimos anos, pesquisadores têm se surpreendido ao descobrir que os vírus podem estar associados a tantas doenças que se havia imaginado terem outras origens. Por exemplo, os vírus estão agora envolvidos em vários tipos de câncer, no endurecimento das artérias, e até em certos tipos de distúrbios mentais, como a depressão. Além disso, cinco vírus além do AD36 já demonstraram causar obesidade em animais. A boa notícia é que os mesmos métodos que produzem vacinas para a gripe cada ano poderiam, finalmente, serem usados para criar uma injeção antiobesidade.

ANEXO E - Animal research is wasteful and misleading¹¹⁵

The use of animals for research and testing is only one of many investigative techniques available. We believe that although animal experiments are sometimes intellectually seductive, they are poorly suited to addressing the urgent health problems of our era, such as heart disease, cancer, stroke, AIDS and birth defects. Even worse, animal experiments can mislead researchers or even contribute to illnesses or deaths by failing to predict the toxic effects of drugs. Fortunately, other, more reliable methods that represent a far better investment of research funds can be employed.

The process of scientific discovery often begins with unexpected observations that force researchers to reconsider existing theories and to conceive hypotheses that better explain their finding. Many of the apparent anomalies seen in animal experiments, however, merely reflect the unique biology of the species being studied, the unnatural means by which the disease was induced or the stressful environment of the laboratory. Such irregularities are irrelevant to human pathology, and testing hypotheses derived from these observations wastes considerable time and money.

The majority of animals in laboratories are used as so-called animal models: through genetic manipulation, surgical intervention or injection of foreign substances, researchers produce ailments in these animals that “model” human conditions. This research paradigm is fraught with difficulties, however. Evolutionary pressures have resulted in innumerable subtle, but significant, differences between species. Each species has multiple systems of organs – the cardiovascular and nervous systems, for example – that have complex interactions with one another. A stimulus applied to one particular organ system perturbs the animal’s overall physiological functioning in myriad ways that often cannot be predicted or fully understood. Such uncertainty severely undermines the extrapolation of animal data to other species, including humans.

Tradução: *Pesquisa animal é perda de tempo e enganadora*

¹¹⁵ Texto retirado da Prova de proficiência em leitura da UFRGS - 24 de outubro de 1996.

O uso de animais para pesquisas e testes é apenas uma das muitas técnicas investigativas disponíveis. Acreditamos que, embora experimentos com animais sejam, às vezes, intelectualmente sedutores, eles são precariamente capazes de se adequarem aos problemas urgentes de saúde da nossa época, tais como doenças do coração, câncer, derrame, aids e defeitos de nascença. Até pior, os experimentos animais podem enganar os pesquisadores ou até mesmo contribuir com as doenças ou mortes ao falhar na previsão dos efeitos tóxicos dos medicamentos. Felizmente, outros métodos mais confiáveis, que representam um melhor investimento de fundos de pesquisa, podem ser empregados.

O processo de descoberta científica geralmente começa com observações inesperadas que forcem os pesquisadores a reconsiderar as teorias existentes e conceber hipóteses que melhor expliquem seus achados. Muitas das aparentes anomalias vistas em experimentos animais, entretanto, meramente refletem a biologia peculiar das espécies que estão sendo estudadas, o meio não natural de indução da doença ou o ambiente estressante do laboratório. Tais irregularidades são irrelevantes para a patologia humana e o teste das hipóteses que derivam dessas observações desperdiça tempo e dinheiro consideráveis.

A maioria dos animais nos laboratórios são usados como modelos de animais: através da manipulação genética, intervenção cirúrgica ou injeção de substâncias estranhas, pesquisadores produzem doenças nesses animais que “reproduzem” as condições humanas. Porém, esse paradigma de pesquisa é conduzido com dificuldade. Pressões evolutivas têm resultado em inúmeras diferenças sutis, mas significativas entre as espécies. Cada espécie tem múltiplos sistemas de órgãos – os sistemas cardiovascular e nervoso, por exemplo – que têm interações complexas entre si. Um estímulo aplicado em um sistema de órgãos específico perturba todo o funcionamento fisiológico do animal de variadas formas, que não podem ser previstos ou totalmente compreendidos. Tais incertezas seriamente indeterminam a extrapolação dos dados animais para outras espécies, incluindo os humanos.